

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZASSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E OITO**-----

----- Aos dezasseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----.

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Margarida Taborda Duarte Martins de Carvalho, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rita Maria Oliveira Calvário, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Rute

Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria João Bernardino Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Susana Maria da Costa Guimarães, João Miguel Estrompa de Almeida, Rosa Maria Carvalho da Silva, Mário Nelson Morais Freitas, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Nuno Miguel Mendes Firmo e Maria José Pinheiro da Cruz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale.-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Miguel Estrompa de Almeida.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato a Deputada Municipal Maria do Carmo Amaral Cabral da Câmara Pereira Muñoz (PPM), sendo o mandato assumido pela Deputada Municipal Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo (CDS-PP), durante o período de 6 meses a iniciar em 12 de outubro, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina, pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Paula Marques, Manuel Grilo, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Ana Jara, Nuno Correia da Silva e Nuno Rocha Correia. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício Manuel Laje**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhores Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares, uma vez que já temos quórum, para dar início aos nossos trabalhos. -----

----- Começando com a nossa Ordem de Trabalhos, vamos dar ao início ao período de intervenção do público, para usar da palavra chamava a Munícipe Filipa ■■■ Mascate, que nos vem falar sobre ameaça de despejo sem solução.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Munícipe, Senhora Filipa ■■■ Mascate**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, o meu nome é Filipa Mascate, neste momento ■■■, porque ■■■, é da Câmara Municipal de Lisboa, visto ■■■ porque em Lisboa é impossível alugar uma casa. -----

----- Na minha situação estão várias pessoas, e o que nós pedimos neste momento é uma solução para nós todas. Nós queremos pagar uma renda! Nós queremos tudo! Dê-nos uma solução, ajudem-nos tudo, ■■■ penso que não será a solução, porque vamos andar sempre nisto, entra e sai, entra e sai. -----

----- É contra a lei, nós sabemos, mas ■■■ nós também não queremos. -----

----- O que eu pergunto aqui é: eu estou há nove anos inscrita em concursos da Câmara Municipal de Lisboa. ■■■, tudo. Eu não tenho pontuação para ter uma casa, dizem eles. -----

----- O que é que é preciso? É preciso ■■■? É preciso ■■■, uma coisa qualquer? Porque são os critérios que dão mais pontuação, que é o que a Câmara Municipal de Lisboa nos responde. -----

----- Eu acho que isto é injusto, porque todos merecemos, temos direito a uma casa. ---

----- *Eu gostava de ter possibilidade de pagar uma casa, gostava [REDACTED]. [REDACTED] uma casa, para daqui a dois meses a três meses [REDACTED], está [REDACTED].* -----

----- *Isto não sei, eu penso que nós devemos... a Doutora Vereadora Paula Marques tentarmos entrar em acordo, falarmos, resolvermos a situação de todos nós, somos todos civilizados, acho que devemos conversar para tentarmos chegar a uma situação.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício Manuel Laje**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado pela sua intervenção. Nós aqui na Assembleia tomámos boa nota da sua...* -----

----- *Eu agradecia que o público não se manifestasse durante a intervenção dos nossos munícipes. Eu sei que por vezes é difícil. De qualquer modo agradecer a sua intervenção, e certamente que os serviços do Município e também da Assembleia vão dar boa nota da sua intervenção aqui hoje, e farão o acompanhamento devido da situação. Muito obrigado pela sua intervenção.* -----

----- *Chamava para utilizar da palavra a segunda Munícipe inscrita, a Senhora Dona Maria [REDACTED] Pinheiro, que nos vem falar da situação no Largo de São Miguel com suspensão das obras para o Museu Judaico de Lisboa.*” -----

----- **A Munícipe, Senhora Maria [REDACTED] Pinheiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhor Presidente, Senhoras Membros da Mesa, Senhores Eleitos.* ----

----- *Estou aqui em nome da Associação do Património e da População de Alfama e venho falar sobre a questão do Largo de São Miguel.* -----

----- *A Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Turismo de Lisboa iniciaram em março as demolições dos prédios do Largo de São Miguel, na Rua de São Miguel no Beco da Cardosa e no Beco do Pocinho.* -----

----- *No comunicado a anunciar as obras, a Associação Turismo de Lisboa informou que seriam suspensas entre 15 de maio e 15 de julho. Com esta suspensão prevista, os promotores da obra deveriam ter tomado providências mínimas, como seja retirar o entulho e limpar o espaço.* -----

----- *Este tipo de medidas fazia também mais sentido, sabendo-se que tínhamos recorrido da primeira decisão judicial sobre a providência cautelar.* -----

----- *São da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Turismo de Lisboa:* -----

----- *1- O estado em que a obra foi deixada, quase um mês antes de outro Tribunal ter reconhecido razão ao nosso recurso, o Acórdão de 14 de Junho;* -----

----- *2- Todos os problemas de segurança e de salubridade que hoje os moradores e os comerciantes estão a sofrer.* -----

----- *É certo que agora qualquer intervenção na obra suspensa depende de autorização do Tribunal. Mas este fato não invalida o que atrás foi dito.* -----

----- *E queremos casas no Largo de São Miguel.* -----

----- *Com boa aceitação, continuamos a recolher assinaturas com um novo abaixo-assinado, insistindo para que a Câmara Municipal de Lisboa deve encontrar outro*

local para construir o Museu Judaico, pode encontrar esse local em Alfama, e deve recuperar para habitação permanente os edifícios que está impedida de demolir. -----

----- Desta forma, ficaria comprovado que o Município quer pôr termo ao processo de expulsão dos moradores, quer trazer de volta as pessoas que tiveram de sair de cá, e quer que possam cá morar outras, excluídas desse direito por muito elevado custo das casas. -----

----- Queremos um bairro com gente! A Associação do Património e da População de Alfama (APPA) mantém-se fiel ao objetivo principal para que foi criada há mais de trinta anos, defender o património e a população de Alfama. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- (A Documentação entregue pela Munícipe Maria de Lurdes Pinheiro fica anexado a esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício Manuel Laje**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção, e obrigado também por deixar documentação.-----

----- Como disse há pouco vamos dar seguimento à intervenção que aqui nos deixou. -

----- De qualquer modo, passava à terceira intervenção, a Senhora Dona Ana ■■■ Vieira, o assunto é despejos sem solução.” -----

----- **A Munícipe, Senhora Ana ■■■ Vieira**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá boa tarde, eu sou Ana ■■■ Vieira. -----

----- Neste momento ■■■, ontem, pela Câmara Municipal de Lisboa, ■■■. E ao contrário do que é dito pela Câmara Municipal de Lisboa, ■■■. -----

----- ■■■, que é um T2, na Habitação Social, mas como a Câmara Municipal de Lisboa sabe, eu não vivo naquela casa, há cerca de oito anos.-----

----- ■■■ casa no privado, fora de Lisboa. -----

----- Atenção, eu sou lisboeta, e fui obrigada a sair de Lisboa, pelo preço da habitação. -----

----- ■■■, sempre à procura de melhores rendas, e ■■■. -----

----- A ■■■, ■■■ e não tinha outra solução senão ■■■ casa pública, que ■■■ há anos. -

----- Quando tentei concorrer à habitação municipal, foi-me dito pela Câmara Municipal de Lisboa, que só me colocou entraves, por um lado porque tinha saído de Lisboa. Eu não saí de Lisboa porque eu quis, eu saí de Lisboa porque fui obrigada, ■■■, e mesmo assim negam-me o direito à habitação. -----

----- Não posso viver na casa ■■■, porque ■■■, são muito grandes mesmo. E é ■■■ o facto de viver nesta situação. -----

----- O facto, do meu nome estar na ficha não quer dizer nada, podem reparar que já nesta ficha não está o nome ■■■, que não habitou nunca naquela casa, por esses devidos motivos.-----

----- Agora pergunto o que é que os Senhores e Senhoras Deputadas fariam no meu lugar?-----

----- Depois de (...) num arrendamento privado, nenhuma resposta social à minha situação, o que é que fariam para dar um teto ■■■ ? -----

----- ■■■, e já ■■■. ■■■ mais de que uns dias. -----

----- Venho aqui perguntar aos Senhores políticos, onde ■■■, e com ■■■. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício Manuel Laje**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Rita Vieira. -----

----- É de fato uma situação dramática da habitação, e temos que ir tentando dar conta desta situação e vou pedir aos serviços que, naturalmente tomem em conta e que vão acompanhando a situação dramática que nos manifestou aqui. -----

----- Muito obrigado, por ter vindo. -----

----- Eu peço aos Senhores Municípios que não interrompam os trabalhos da Assembleia. -----

----- Chamo agora para usar da palavra então a Senhora Dona Sandra Benfica, que nos vem entregar uma Petição, vem do Movimento Democrático de Mulheres “Prostituição não é trabalho, em defesa da dignidade das mulheres.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Sandra Benfica**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputadas Municipais. -----

----- Dirijo-me a vós em nome do Movimento Democrático de Mulheres, da Associação “O Ninho” e da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, organizações promotoras da Petição, em “Defesa da Dignidade das Mulheres, prostituição não é trabalho”, dirigido a este Órgão Autárquico. -----

----- Formalizamos hoje a entrega de três mil e cinquenta e três assinaturas, que correspondem ao apoio comprometido de três mil e cinquenta e três homens e mulheres, de todas as áreas políticas, de muitas e diversas profissões, de inúmeras áreas de intervenção cívica. Três mil e cinquenta e três pessoas que a subscrevem a título individual, e em representação de organizações nacionais e internacionais, que solidariamente se juntaram a este esforço de vos lembrar que a prostituição é uma forma de violência contra as pessoas prostituídas, em particular contra as mulheres e crianças, que é um gravíssimo problema social e uma forma de exploração que subverte o estatuto social e os direitos de todas as mulheres. -----

----- Gostaria de dizer-vos que algumas destas organizações se encontram nesta sala, participando neste ato, que não significa o fim de um processo, mas antes a continuação de uma luta justa e comprometida, com o respeito pelos direitos e a dignidade, da qual não abdicamos. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, a partir deste momento transferimos para as vossas mãos a discussão do teor da petição e o apelo nela contido. Para que as decisões que venham a tomar contrariem qualquer tentativa de normalização e de aceitação da violência e acionem todos os mecanismos ao vosso dispor para eliminar a exploração da prostituição e apoiar todas as suas vítimas.-----

----- Estamos confiantes que prevalecerá a sensatez e a justiça, confiamos que esta Assembleia Municipal não deixará de decidir no respeito da Constituição da República e das convenções vinculativas da ONU. Que esta Assembleia não permitirá que os valores basilares dos direitos e dignidade humana, que é devido a todas as pessoas, sejam subalternizados e subvertidos. Que esta assembleia assumirá a responsabilidade de rejeitar a criação da plataforma local de respostas na área do trabalho sexual na cidade de Lisboa e proporá em alternativa a criação de uma plataforma municipal de intervenção na área da prostituição e outras formas de exploração sexual. Que se decidirá pela eliminação do conceito e da utilização do termo “Trabalho sexual” por parte dos Órgãos do Município, dos serviços e das Empresas Municipais. E que se decidirá pela promoção e pela implementação de políticas autárquicas que rejeitem a exploração da prostituição e o tráfico de pessoas e dirijam o seu foco e o apoio para o apoio e proteção das pessoas prostituídas e traficadas, investindo em programas de saída, reinserção social, acesso à habitação, educação, formação profissional, saúde e proteção social.-----

----- Por último desejamos reiterar o compromisso assumido desde a primeira hora e em todas as diligências que fizemos junto, do então, Vereador Ricardo Robles, do próprio Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores e da Assembleia Municipal e do conjunto dos seus eleitos, dizendo-vos que poderão contar com as organizações promotoras desta Petição e certamente com muitas outras que a subscreveram, poderão contar com o nosso trabalho, com o nosso conhecimento, com a nossa experiência no terreno. Poderão contar com a nossa colaboração empenhada, em todas as iniciativas que promovam os direitos, a promoção e o apoio às pessoas prostituídas e combatam esta forma de violência que atinge sobretudo as mulheres!”-----

----- (A Múncipe Sandra Benfica entregou uma Petição que fica anexada a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção. Teremos certamente oportunidade de debater esta Petição que agora dá entrada na Assembleia Municipal e que faremos descer à Comissão adequada para os devidos efeitos.-----

----- Chamo agora, para usar da palavra, a Senhora Dona Vanessa ■■■ Godinho, o assunto é o despejo.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Vanessa ■■■ Godinho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, desde já aviso que ■■■, é a primeira vez que aqui venho.-----

----- ■■■ por Instituições. Trabalho, e atualmente, ■■■ por cinco anos, da qual ■■■, ■■■. Mas fui informada pelo senhorio em setembro, que tinha que abandonar a mesma até dia 2 de fevereiro, pois pretende vender o imóvel.-----

----- Dirigi-me à Câmara Municipal de Lisboa, na qual falei com uma Assistente Social, pedi-lhe ajuda. A ajuda que me ofereceu, como única solução, é ir para uma Instituição, ■■■!-----

----- (...) , mais tarde ■■■. A ■■■! -----

----- A vida tem sido madrasta comigo, pois tenho lutado, trabalho, pago os meus impostos, ■■■ da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Pergunto: com tanta casa fechada, a Câmara não me pode alugar uma casa?  
 Resposta vossa: “Concurso de Rendas Convencionadas, anos de espera e o meu vencimento não é compatível, e quando é compatível fico com uma numeração de quatrocentos e setenta e quatro”-----

----- Pergunto: é esta a oportunidade que se dá aos jovens que lutam todos os dias para criar os seus filhos e serem integrados na sociedade? -----

----- Não quero uma mansão, não estou a pedir nada de “borla”. ■■■, pois foi uma das soluções ditas pela mesma Assistente, para ter casa! -----

----- Pergunto: onde posso arranjar resposta para o meu problema? ■■■, e eu também preciso que a minha oportunidade de vida íntegra seja contínua e estável! Não queremos ■■■, só porque as Instituições com meios de ajuda resolvem fechar os olhos ou voltar as costas!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Pedia de novo que os senhores Municípes que nos acompanham, que acompanham os nossos trabalhos não interviesses, sei que são situações que não são, que nos tocam a todos, mas vamos pedir que...-----

----- Os senhores Municípes têm que perceber que estão na Assembleia Municipal de Lisboa, que é um Órgão deliberativo e que não tem competência para executar políticas, nós fiscalizamos o Executivo Municipal. E aquilo que nós fazemos é ouvir os municípes que aqui vêm e pedir ao Executivo que haja por eles. E é por isso que os senhores aqui estão, porque nós vos ouvimos. E naturalmente que aquilo que é aqui dito toca a todos nós, e não é com indiferença que ouvimos aquilo que é aqui dito. E portanto, não é por os senhores gritarem daí, que nós vamos poder exercer melhor os nossos poderes de fiscalização e de pressão sobre o Executivo Municipal. Agora, nós não temos respostas para dar daqui e, portanto, era importante que os senhores percebessem que isto é um Órgão Deliberativo, nós não temos poder de execução, portanto, isso é na Câmara Municipal.-----

----- Nós agradecemos, naturalmente, a vinda das pessoas que aqui vêm, e damos nota daquilo que é feito e pediremos ao Executivo Municipal informação sobre todos os casos que aqui nos são apresentados, portanto, muito obrigado por isso. -----

----- Eu apresentaria à consideração do Plenário o facto de termos mais uma intervenção, é um suplente, é o Senhor José Furtado, eu colocaria à consideração do Plenário o facto de o podermos ouvir, uma vez que é só um, que nos vem falar do Aeroporto de Lisboa. -----

----- Não registando por parte dos Senhores Membros da Assembleia, dos Senhores Deputados Municipais, nenhuma objeção, eu chamaria o Senhor José Furtado para nos falar do Aeroporto de Lisboa.”-----



----- **O Múncipe, Senhor José Furtado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos, o assunto que me traz aqui é o Aeroporto de Lisboa, que penso que é algo que nos afeta a todos, seja no ruído ou seja na segurança. -----*

----- *Eu só queria dar uma pequena introdução para nivelar o que vai acontecer em Lisboa. No final de 2019, com a solução avançada pela Concessionária Vinci, o Aeroporto da Portela será a única plataforma citadina europeia com aviões de longo-curso e transferência. -----*

----- *No final de 2019, o aeroporto citadino europeu a seguir a Lisboa em volume de tráfego, será Milão- Linate que só faz nove milhões, que está limitado a aviões de médio-curso e ao qual foi imposto, mesmo tendo melhor aproximação que Lisboa, o teto operacional de 18 movimentos por hora. -----*

----- *É intenção da concessionária reforçar o longo-curso de transferência na Portela, que poderá ir até 48 movimentos por hora, e ponta diária na ordem dos 850 a 950 movimentos, para o que será necessário eliminar a pista que hoje existe para ventos adversos. -----*

----- *Ora, as atenções têm-se centrado sobre o Montijo, na comunicação social, abafando a celeuma que lançaria a divulgação das consequências em ruído e risco nos habitantes e visitantes de Lisboa, em razão da extraordinária subida do movimento de aeronaves na Portela. -----*

----- *Repare-se que na comparação com o Montijo, em Lisboa ficarão voos de longo-curso com aviões de grande envergadura. No Montijo é só até médio-curso. A sobrevoar logo a 500 metros as primeiras casas no Sul da Portela, no Montijo é a três mil e quinhentos metros e a mil metros do Lado Norte, no Montijo não existem casas! -----*

----- *Sofrendo a Portela com um horário operacional mais alargado, destinos intercontinentais, e com elevado nível de ruído que abrange uma população muitas vezes superior. Tudo isto numa frequência habitual de aviões que, grosso modo, será na Portela acima do dobro do que ficará no Montijo.-----*

----- *E não sendo propositadamente referido que mais de 90% dos passageiros do Aeroporto de Lisboa têm como origem e destino a margem Norte, ou que nenhum Aeroporto Europeu tem o barco como principal transporte, nem mesmo o propagandeado exemplo de Veneza, uma cidade-ilha que é ímpar no mundo, escamoteando: que Veneza tem os seus dois aeroportos no mesmo lado, não em duas margens, e que eles estão na maioria no lado onde está a maioria da população e hotéis, Veneza só tem 50 mil habitantes. Ou que para Veneza vai tudo por uma ponte rodoviária e que apenas alguns dos turistas se deslocam em pequenos barcos, até dez pessoas, num passeio direto de 6 quilómetros em que há uma laguna.-----*

----- *Nada disto se passa em Lisboa, em que serão barcos de deslocação casa/trabalho percorrendo 13 quilómetros, em por vezes agitado estuário com nevoeiro e a que somam mais dois transbordos, uma na margem norte e outro na margem sul. -----*

----- *E omitindo que hoje todos os passageiros têm igualmente a possibilidade de sair e entrar no Aeroporto da Portela por ferrovia, como as concorrentes cidades de Madrid e Barcelona, e que na proposta avançada pela Vinci não será assim, sendo os passageiros empurrados para a rodovia, com portagem, sem alternativa, de que a concessionária aeroportuária é parte interessada, a Vinci é acionista da Lusoponte. --*

----- *As perguntas que se fazem são as seguintes: Pergunta um – A posição do anterior Presidente da Câmara era que um Aeroporto com 400 movimentos por dia era um fator de poluição gravíssimo para a cidade e de que era essencial para a cidade era ter um aeroporto com acesso fácil, cómodo e barato, palavras do anterior Presidente da Câmara.*-----

----- *Ora, a Portela vai ter mais do dobro dos movimentos e o transporte para o Montijo é a antítese do antes indicado, cómodo, barato. E isso, a pergunta é: qual a posição do atual Presidente da Câmara? Do anterior já conhecemos.*-----

----- *A pergunta dois: a solução Montijo foi apresentada pela Concessionária como inevitabilidade, que não é. E a Câmara Municipal de Lisboa sabe há mais de um ano que existe uma alternativa em que a Portela passa a ser só médio-curso, com horário operacional mais reduzido e com teto operacional de movimentos. Qual a avaliação técnica que é feita pela Câmara Municipal de Lisboa?”*-----

----- (O Município José Furtado entregou um documento que fica anexado a esta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção, Senhor José Furtado.-----

----- Senhores Deputados, terminámos o período de intervenção aberto ao Público, antes de darmos entrada no período da Ordem do Dia, gostava de dar nota aos Senhores Deputados que, nos termos do Anexo três do ponto um, ponto um, o formato de debate para perguntas à Câmara Municipal ou perguntas sobre matérias da responsabilidade da Câmara Municipal ou relativas as Freguesias, é feito através de um único período para cada Grupo Municipal ou para cada Deputado Municipal que, exercem o seu mandato como independentes, seguindo o modelo pergunta com resposta imediata, sem prejuízo de poder ser feita mais uma pergunta.-----

----- E eu leio esta parte do nosso regimento, tendo em conta que houve uma alteração ou seja já não é rondas, é feito todo de uma só vez e, portanto, houve um lapso no envio da convocatória onde seguia que não era esta a fórmula, portanto, é esta, é feito de uma só vez por grupo.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **1. APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO APRESENTADO PELA DEPUTADA MUNICIPAL MARIA DO CARMO AMARAL CABRAL DA CÂMARA PEREIRA MUÑOZ, DO GRUPO MUNICIPAL DO PPM, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 7.º DO REGIMENTO;**-----

----- (O Pedido de Suspensão do Mandato, fica anexado a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Posto isto, dada esta informação, entraria no período da ordem do dia, para a Apreciação do Pedido de Suspensão do Mandato apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria do Carmo Amaral Cabral da Câmara Pereira Muñoz, do Grupo Municipal do PPM, ao abrigo do disposto no art.º 7º do nosso Regimento. -----

----- A Deputada Municipal já identificada solicitou a suspensão do mandato por um período de seis meses, com início no dia doze de outubro por motivos profissionais, que obrigam a estar fora da cidade de Lisboa, terminando esse período no dia onze de abril de 2019, de acordo com o previsto no art.º 77, da Lei n.º 169/99 de dezoito setembro, na sua redação atual e número dois, do art.º 7 do Regimento, submeto esse pedido de suspensão à apreciação do Plenário da Assembleia Municipal” -----

----- Vou pôr à votação **do pedido de suspensão do mandato**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PPM, MPT, PEV e 9 IND. **O pedido de suspensão do mandato foi aprovado por unanimidade.**-----

----- “Uma vez que não existem mais candidatos não eleitos efetivos ou suplentes no PPM na lista de Coligação “Nossa Lisboa” CDS-PP, MPT e PPM, submetida as eleições para os órgãos das autarquias locais no passado dia um de outubro de 2017, torna-se impossível o preenchimento da vaga pelo cidadão proposto do mesmo partido. Pelo que nesta situação, aplica-se o disposto no número dois do art.º 79, da Lei 169/ 99, de dezoito de setembro na sua redação atual. Devendo assim, o mandato ser conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência referida, assim sendo, no presente caso a vaga é preenchida pela cidadã Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo do CDS.-----

----- Já verifiquei a respetiva identidade e legitimidade para efeitos de início do exercício de funções como membro desta Assembleia, pelo que deve agora proceder à assinatura do respetivo termo. -----

----- Para efeitos de contagem dos Senhores Deputados Municipais, significa que a bancada do CDS passa a dispor de seis membros e a bancada do PPM, de um membro.-----

----- Senhores Deputados, no ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos, temos a aprovação da Ata número, vinte cinco de cinco de junho de 2018, que foi distribuída em tempo. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Graça pede a palavra, microfone ao Senhor Deputado Miguel Graças, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, coloca a seguinte questão à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia em Exercício era para colocar uma questão que, era se esta mudança relativa do peso dos Grupos Municipais se, teria alguma implicação na grelha de tempos ou outras que, teria no funcionamento da Assembleia? ----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, responde à questão colocada e fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, essa questão será discutida em Sede de Conferência de Representantes quando ela reunir e, portanto, será proposta e será analisada em tempo, não nesta Assembleia, em concreto. -----

----- Portanto, hoje os tempos mantem-se conforme estão. Segundo creio a manutenção dos tempos conforme estão, quer por parte do PPM quer parte do CDS, há esse compromisso e, portanto, mantém-se tudo como está para a sessão de hoje, em Sede de Conferência de Representantes será tratado esse assunto em sede própria.” ----

----- **2. APROVAÇÃO DA ATA Nº 25 DE 05.06.2018;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Assim sendo podemos dar continuidade, onde íamos dar Aprovação da Ata número vinte e cinco de junho de 2018.-----

----- Não sei se alguns dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não registo nenhuma intervenção, estamos em condições de votar Senhores Deputados.”-----

----- Vou pôr à votação **Ata n.º 25 de 5 de junho de 2018**. Não há votos contra, nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 25, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 25 Sessão Extraordinária, realizada em cinco de junho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Albuquerque (PS), Hugo Lobo (PS), Jorge Jacinto Marques (PS), José Cardoso Alves (PS), Rute de Jesus (PS), Maria João Correia (PS), Henrique Sá e Melo (PS), Maria José Pinheiro (PSD), Diana Vale (CDS-PP), Gonçalo Moita (CDS-PP), Ana Margarida Carvalho (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE) e João Miguel Estrompa (IND).-----

----- **3. TOMADA DE POSSE DE UM MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DO ART.º 9.º DA LEI N.º 33/98, DE 18 DE JULHO, PUBLICADA EM ANEXO À LEI 106/2015, DE 25 DE AGOSTO E DO ART.º 18 DO REGULAMENTO DO REFERIDO CONSELHO;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Antes de passarmos ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, aliás, podemos passar já passar ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, a “Tomada de posse do novo conselho Municipal de Segurança”, nos termos do art.º 9º da Lei n.º 33/98, de dezoito de julho publicada em Anexo à Lei n.º 106/2015 de vinte e cinco de agosto e do art.º 18 do Regulamento do referido Concelho.-----

----- Assim sendo, vou passar a ler o termo de posse:-----

----- *TERMO DE POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LISBOA*-----

----- *Aos, 16 de outubro de 2018, perante a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão e em consequência da renúncia ao Mandato apresentada pelo Vereador do Pelouro da Educação e Direitos Sociais, Ricardo Amaral Robles, vai tomar posse como membro do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, conforme o disposto no art.º 9º da Lei 33/98, de 18 de Julho, na sua redação atual, conjugado com o art.º 18º do Regulamento deste Conselho, o seu elemento que a seguir se designa e assina o presente Termo de Posse:* -----

----- *O Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro da Educação e Direitos Sociais, Manuel Fernando Rosa Grilo*-----

----- *E Eu* *Manuel Malheiro*  
*Portugal de Nascimento Lage, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, confirmo a identidade e a posse do membro do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa.* -----

----- *O Senhor Vereador está neste momento a assinar o Termo de Posse e, nesse sentido este ponto está ultrapassado.*-----

----- **4. APRECIACÃO CONJUNTA DAS MOCÇÕES ABAIXO INDICADAS; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS**-----

----- *Senhores Deputados vamos passar ao ponto quatro.*-----

----- *No entanto, deram entrada na Mesa dois documentos que estão a ser subscritos pelo PAN, creio que subscrito por todas as bancadas. Dois votos, um de congratulação e um de saudação. Subscrito por todas as bancadas e, portanto, eu pediria Senhora Primeira Secretária que procedesse à leitura do voto de solidariedade.”*-----

----- **VOTO N.º 038/02 (PSD) – (Subscrito por Todos dos Grupos Municipais) “Voto de Solidariedade para com as entidades Públicas, atingidas pelo Furação Leslie!”;**-----

----- *(O Voto n.º 038/02, fica anexada à presente ata como Anexo V e dela faz parte integrante)*-----

----- *(Neste momento, Senhora Primeira Secretária, Patrocínia Vale Cesar, procedeu à leitura do Voto de Solidariedade n.º 038/02)*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Obrigada, Senhora Primeira Secretária.* -----

----- *Peço à Segunda Secretária para leia o Voto de Louvor, também, ele subscrito por todas as bancadas.”*-----

----- **VOTO N.º 038/03 (PSD) – (Subscrito por Todos dos Grupos Municipais) “Voto de Louvor – À PSP, em particular ao agente Carvalho”;**-----

----- *(O Voto n.º 038/03, fica anexada à presente ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)*-----

----- *(Neste momento a Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho, procedeu à leitura do Voto de Louvor n.º 038/03)*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Segunda Secretária.-----

----- Senhores Deputados vamos colocar à votação o **Voto de Solidariedade**, “Para com as entidades Públicas e Privadas, atingidas pelo Furacão *Leslie!*”. Portanto, o voto que foi lido pela Primeira Secretária ”-----

----- O **Voto de Solidariedade n.º 038/02** foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9IND.-----

----- “Passando à votação do **Voto de Louvor**, “À PSP em Particular ao Agente Carvalho.”-----

----- O **Voto de Louvor n.º 038/03** foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9IND.-----

----- **4. APRECIACÃO CONJUNTA DAS MOCÕES ABAIXO INDICADAS; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS,**-----

----- **4.1 MOÇÃO 037/01 DO DM RUI COSTA (IND) - PELA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º E NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ART.º 47.º CONJUGADA COM A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, TODOS DO REGIMENTO;**-----

----- (A Moção n.º 037/01, fica anexada à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **4.2 MOÇÃO 037/02 DO DM RUI COSTA (IND) - PELA FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DEMOCRÁTICO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º E NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ART.º 47.º CONJUGADA COM A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, TODOS DO REGIMENTO;**-----

----- (A Moção n.º 037/02, fica anexada à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito bem, Senhores Deputados vamos então passar ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, à apreciação conjunta das Moções n.º 037/01 e 037/02, ambas do Senhor Deputado Municipal Rui Costa. A primeira, “Pela defesa dos serviços públicos” e a segunda “Pela fiscalização e controle democrático setor Empresarial Local”, que transitaram da nossa última sessão, portanto, para apresentação das Moções, Senhor Deputado Municipal Rui Costa, dispõe de dois minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Estas duas Moções, que procuram prevenir as críticas que vão sendo feitas à empresarialização dos serviços municipais e procura-o fazer de duas formas, apelando

aos órgãos de soberania, sim, porque temos essa competência com dizia o Senhor Deputado Luís Newton, há uma reunião atrás, as Moções são exatamente para isso e, apelando aos órgãos de soberania para que façam duas coisas:-----

----- A primeira é que devolvam à Assembleia Municipal poderes efetivos, relativamente, ao setor empresarial local, designadamente, quanto à aprovação e conformação de planos e contas, quanto à designação de órgãos de administração na parte não executiva e de fiscalização da empresa, porque os administradores não executivos têm essa função com a formadora e que, portanto, Assembleia Municipal, volte dentro do sistema de governo das autarquias locais a ter a possibilidade de ter uma intervenção mais forte, porque quando são serviços municipais prosseguido por entidades participadas pelo município. -----

----- Relativamente aos serviços públicos, a verdade é que tivemos sucessivos orçamentos de Estado e não vêm de hoje que, foram cortando as possibilidades de contratação de pessoal pelas administrações públicas que se viram forçadas, não apenas a recorrer a este tipo de mecanismos das empresas municipais mas, sobretudo até a recorrer a mecanismos de precariedade. E não à toa, temos em sucessivos períodos programa extraordinário de regularização precários. -----

----- Isto não é forma de organizar, nem de valorizar os serviços públicos e muito menos permite uma gestão consentânea dos recursos humanos por parte das autarquias e, portanto, esta tendência dos orçamentos de Estado tem de se dar por finda sob pena de acabarmos por descaracterizar o serviço público e é só. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos então passar as inscrições, Senhora Segunda Secretária.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caros Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais. -----

----- Eu gostaria de me pronunciar sobre um dos documentos apresentados pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa e que é relativo aos serviços públicos, obviamente, que este é um tema sério, tem estado em debate, nomeadamente agora que estamos a chegar ao Orçamento de Estado. -----

----- Mas, obviamente, aquilo que ele propõe e expõe este caso, o tempo que nós temos aqui não permite a seriedade na discussão. -----

----- Mas, eu acho que mais do que colocar as culpas na entrada do euro é preciso olhar para a situação que administração pública atravessa e, portanto, temos que olhar para PREVPAP (Programa de Regulamentação Extraordinária dos Vínculos Precários na administração Pública). -----

----- A verdade é que com o PREVPAP não foi feito nenhum estudo para racionalizar os meios humanos da Administração Pública, e nessa medida é provável estamos perante serviços com funcionários a mais e serviços com funcionários a menos e mesmo PREVPAP essa avaliação não foi tida em conta. -----

----- E nós somos a favor para serviços permanentes contratem quadros com vínculo permanente mas, também, é preciso olhar para o quadro atual e alterar meios de serviços e adaptá-los forma-los e capacitados. E, portanto, Senhor Deputado PREVPAP está a correr no nosso entender, muito mal.-----

----- No estudo realizado identificaram cento e dezasseis mil funcionários precários e foram recebidos cerca de trinta e um mil novecentos requerimentos, desses foram analisados cerca de vinte mil, cujo parecer favorável foi dado a pouco mais de doze mil. -----

----- Nos concursos abertos para integrar foram poucos mais de dois mil funcionários até junho deste ano, e nesses concursos já foram chumbadas pessoas com parecer favorável por falta de habilitações literárias. E já percebemos que, perante este cenário a meta que foi apresentada pelo Governo em dezembro 2018, não será efetivamente cumprida e, portanto, esta situação não é de fácil resolução.-----

----- Ao mesmo tempo, o que é que nós temos assistido. Temos assistido a um Governo que aumentou o número de precários com contrato a termo que, já ronda os oito mil e nem com a Lei atual em vigor, permite integrar estes precários, isso sucede.-

----- Mas, também, Senhor Deputado é preciso dizer porque é que nós chegámos a este estado. E nós chegámos a este estado, porque o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda prometeram tudo a todos. Prometeram a integração dos estagiários, dos bolseiros, os investigadores, nos contratos emprego inserção, entre outros e, portanto, prometeram tudo a todos ao mesmo tempo, prometeram, mas não cumprem. E claro, o sentimento de frustração destes dos funcionários públicos é evidente. -----

----- Mas, indo aos pontos deliberativos apresentados pelo Senhor Deputado:-----

----- Ponto um. Valorizar carreiras na função pública, obviamente, estamos todos de acordo, mas não é que o PCP e o Bloco exigem ao Governo, nós temos problemas de atratividade para a função pública, porque esta esquerda sempre foi contra a avaliação do mérito e quer que as progressões na carreira, os aumentos sejam iguais para todos. Está a esquerda disponível para mudar esta posição? -----

----- Depois em segundo. Propõe evitar o recurso a quaisquer vínculos do privado, como já descrevi seria o ideal, mas não é possível eliminar de vez neste momento e por quê? Porque tanto o PCP como o Bloco são corresponsáveis pela degradação dos serviços públicos, como já aqui falei anteriormente. -----

----- No ponto três, tutela dos interesses dos privados. -----

----- Senhor Deputado quanto promete tudo a todos e quanto promete todo a todos e depois não consegue cumprir e ano após ano aprova orçamentos, devia pôr a mão na consciência. Tutela dos interesses dos privados, Senhor Deputado parece-me um termos desadequado nesta Moção e, é apenas isso que queria dizer.-----



----- Agora, este é o problema de alguma esquerda que acha que é tutora dos privados. A sociedade nosso entender, deve ser livre e quando necessário Estado e autarquias podem regular atividades. -----

----- Tutela uma coisa diferente, por exemplo, a relação que a Câmara tem com as suas empresas municipais ou o Estado com o setor público e não sobre o setor privado e, portanto, com este cenário querer proibir as prestações de serviço na administração pública na sua totalidade, é o desejável mas neste momento não é possível. -----

----- Sabemos que a tese do PCP e do Bloco é querer que as portarias sejam asseguradas por funcionários públicos mas, também, sabem que quando dizem é impossível de concretizar por essa via, neste momento. -----

----- A situação é clara para nós, o dinheiro é escasso, a austeridade não acabou, as trinta e cinco horas e as promessas constantes traduzissem-se num maior corte de investimento público de sempre, está à vista de todos na degradação dos serviços essenciais, como a educação e como a saúde. -----

----- E, portanto, aumentar a função pública sem resolver estes problemas de fundo, não é um debate sério e que irá prejudicar não só os próprios funcionários públicos, mas todos os portugueses. -----

----- Portanto, Senhor Deputado, as suas preocupações devem dirigir-se a quem governa o país e neste caso não é apenas o PS mas é, também, o PCP, o Bloco e o PEV que orçamento atrás de orçamento vão apoiando o Partido Socialista.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado-----

----- O microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, para um protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez o seguinte Protesto:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Quanto eu gostaria de ter ouvido o CDS enquanto foi poder, enquanto foi Governo e destruiu, vir aqui defender posições mais justas, mas não é isso que acontece, vem tentar lavar o que fizeram e vem acusar-nos a nós por estarmos a tentar melhorar, por lutarmos para melhorar.-----

----- E também é verdade que os senhores sabem na luta política, consegue-se o que se pode conseguir e continua-se a lutar por aquilo que não se conseguiu, é essa a postura do PCP.-----

----- Portanto, rejeitamos liminarmente a intervenção do CDS neste caso e assinalamos a hipocrisia que continua acompanhar esta gente que fez tanto mal a este país durante quatro anos de mandato e, agora vem aqui d'el rei gritar por aquilo que eles destruíram.-----

----- Estaremos aqui para acompanhar, agora é bom que sejam verdadeiros, era bom tivessem alguma vergonha na cara.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Palavra ao Senhor Deputado Diogo Moura, para resposta ao protesto. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Diogo Moura. -----

----- Vamos entrar na latitude habitual da Mesa, mas pedia que não exagerassem muito. -----

----- Faça favor, microfone ao Senhor Deputado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra e em resposta ao protesto: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, não é a defesa da honra mas, quando se fala em hipocrisia e não ter vergonha na cara, obviamente, que tenho que responder. -----

----- Nem vale a pena voltar a lembrar em que condição é que o anterior Governo governou o país e da forma como ele nos foi entregue, a nossos CDS e ao PSD, na bancada rota. -----

----- Agora o que eu disse, obviamente, que aquilo que é defendido em alguns pontos por parte do Senhor Deputado Municipal, Rui Costa nós concordamos. -----

----- Agora, desculpe, devolver-lhe a palavra que o senhor usou mas, hipocrisia é do PCP que vem dizendo que, põe este Governo incondicionalmente ou não o diz, mas vai dizendo ao mesmo tempo aos funcionários públicos que lhes dá tudo e mais alguma coisa, dos investigadores, aos bolsiros a todas as áreas da função pública, percebe! -----

----- E depois chega ao final e diz, nós exigimos, mas vamos estar a favor. -----

----- Vem o ano seguinte, aí nós queremos! Queremos! Vamos reivindicar, vamos para a rua! Ai! Mas, afinal vamos votar a favor deste orçamento outra vez. -----

----- Este ano, vamos ver outra vez a mesma lengalenga, portanto, não nos venha falar a nós de hipocrisia, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhora Segunda Secretária, para continuarmos então centrados na Moção.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Vereadores, Público aqui presente. -----

----- A apreciação conjunta das Moções aqui apresentadas pelo Senhor Deputado Independente Rui Costa, leva-nos sempre aqui uma reflexão de critérios e princípios e oportunidade. -----

---- Em primeiro lugar dar nota de que, do nosso ponto de vista é extemporânea a discussão do Ponto cinco e por isso dificilmente fará sentido, depois prosseguir com a sua própria discussão. -----

----- Mas, relativamente ao quatro um e quatro dois, ainda que, do ponto de vista daquilo que entendemos ser, no âmbito, da própria defesa dos serviços públicos e do reconhecimento e do empenho dos funcionários públicos. Eu não me poderia rever mais naquilo, nem o PSD revê-se mais daquilo que escreve o Senhor Deputado. -----

----- Temos que salientar que “palavras leva-as o vento” e gostávamos de ver à esquerda alguma ação que fosse de certa forma consentânea com as palavras que se escrevem e, sobretudo alguma consequência, porque os Senhores Deputados Municipais não podem estar hoje aqui elogiar o papel dos senhores funcionários públicos e depois a seguir na oportunidade que tem as várias forças políticas de fazer valer essas palavras, deixar acontecer o oposto.-----

----- Isto aqui, Senhores Deputados parece-me pouco sério. -----

----- Como também parece pouco sério, a fiscalização e controlo democrático do setor empresarial local, Senhor Deputado e por um motivo muito claro. Não deveria o Senhor Deputado apresentar escusa para discutir este tipo de matérias! -----

----- Deverá em momento algum, alguém que obviamente que no exercício das suas funções privadas, mas ainda assim com responsabilidades políticas nesta Assembleia Municipal, querer condicionar a forma como as pessoas que o contrataram, são elas próprias nomeadas. -----

----- E depois a questão do princípio que é, fará sentido, reverter para a Assembleia Municipal aquelas competências que estão exclusivamente dentro do âmbito e dentro do fórum executivo. Que papel, queremos nós para a própria Assembleia Municipal! --

----- Esta reflexão é uma reflexão que nos assiste, no âmbito, da discussão dos próprios pontos e que, obviamente condicionam a sua própria apreciação, convenhamos. Pode fazer pouco sentido em determinado momento considerar que, no limite deverá ser a Assembleia Municipal a substituir-se ao papel que tem a Câmara Municipal.-----

----- Mas, a pergunta que se encerra por detrás da proposta propriamente dita é: há por parte deste Senhor Deputado e da força política que representa, alguma suspeita sobre a capacidade de execução ou sobre a capacidade de organização por parte do município, destas competências que lhe estão atribuídas para ter vontade de as avocar à Assembleia Municipal.-----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, Rui Costa para? Uma interpelação à Mesa. -----  
----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, Faz favor.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a  
seguinte interpelação à Mesa: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Eu queria só que a Mesa, pudesse esclarecer para boa condução dos trabalhos  
que, estas duas Moções foram apresentadas em setembro, a propósito da discussão da  
Sociedade de Reabilitação Urbana que, regimentalmente não puderam ser debatidas  
nesta Assembleia Municipal e foram sendo sucessivamente adiadas restando-se para  
hoje.-----  
----- Já agora, para me declarar que não me considero impedido, perante um assunto  
que diz respeito à globalidade daquilo que é o setor empresarial local de Lisboa e,  
portanto, também não sentirei impedido nunca no exercício do meu mandato por  
qualquer tipo de observação ou de insinuação que se faça, foi eleito para exercer o  
mandato livremente e fá-lo-ei livre e honradamente até ao final do mandato.-----  
----- Muito obrigada.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a  
seguinte intervenção: -----  
----- “Senhor Deputado, de facto, estes documentos deram entrada no dia vinte e três  
de Setembro, aliás, como consta da data e da distribuição que foi feita aos Senhores  
Deputados, portanto, feito este esclarecimento podemos continuar com as  
intervensões.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a  
seguinte intervenção: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a  
seguinte intervenção: -----  
----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal Exercício, Excelentíssimos  
Senhores Vereadores e Caros colegas.-----  
----- Os Deputados Municipais Independentes “Cidadãos por Lisboa” relativamente a  
estas duas Moções apresentadas gostariam de deixar, também, aqui a sua posição.-----  
----- Na Moção relativa à “Defesa dos serviços públicos”, dizer que, naturalmente,  
concordamos com a defesa junto à Assembleia da República e do Governo de uma  
política de valorização de carreiras dos trabalhadores em funções públicas, evitando o  
recurso a quaisquer veículos do direito privado, o que geram a precariedade das  
relações laborais, nomeadamente os recibos verdes, aliás, saudando o processo do  
PREVPAP em curso e aguardando os resultados no mesmo. -----  
----- Gostaríamos ainda de dizer, aliás, como vem referido na parte deliberativa desta  
Moção, que não só relativo à administração pública, mas como o próprio universo do  
Município de Lisboa das suas empresas municipais, reverso de uma especial  
importância, afirmação, dos seus serviços e das empresas na redução ao recurso a  
estas práticas de subcontratação e recibos verdes e, por isso apoiaremos e votaremos a  
favor desta Moção.-----

----- Relativamente, à Moção relativa à “Fiscalização e controlo democrático do setor empresarial Local”, ainda que concordemos com a defesa junto à Assembleia da República e da alteração deste regulamento citado de uma maneira à intervenção da Assembleia Municipal, na aprovação dos documentos previsionais, empréstimo e orientações estratégicas das empresas locais, ainda que, ressaltemos que tal já é feito e neste documento, já são enviados esta Assembleia mas, concordamos com esta maior intervenção. -----

----- No entanto, julgamos que já não é uma opção que deva ser tomada para esta Assembleia, a designação de órgãos de fiscalização sem reserva de iniciativa do órgão executivo, a designação de administradores não executivos ou de titulares de restantes órgãos sociais das empresas locais, quando isso se afigure como nos parece ser uma competência que vai para além, da competência desta própria Assembleia Municipal e com isso não concordamos e não poderemos acompanhar estes pontos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista, André Couto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal Exercício. -----

----- Antes de mais queria só saudar a iniciativa Senhor Deputado Municipal Rui Costa, numa semana em que todos pudemos acompanhar, também, os que lê-mos jornais, alguns ataques de que foi alvo e nomeadamente às suas dificuldades de se manter independente dado ao novo desafio profissional. -----

----- Mas, aliás, acho que tem aqui com estas duas iniciativas, a demonstração e a prova que assim não será e temos a certeza que continuará a fazer duplamente bem as duas funções em que está investido, aqui na Assembleia Municipal e no seu desafio profissional, também, portanto, queríamos deixar aqui esse abraço e essa saudação. ----

----- Relativamente às suas duas iniciativas dizer que, o Grupo Municipal do Partido Socialista é genericamente a favor de ambas, as partes da defesa do serviço público, portanto, não temos nada apontar e estaremos, obviamente, a favor. -----

---- Já na segunda iniciativa, do setor empresarial local, seremos favoráveis à maior participação da Assembleia Municipal, tanto aprovação de documentos, como de empréstimos, como de orientações estratégicas, genericamente a uma maior fiscalização. -----

----- Mas, seremos contra a designação de administradores não executivos porque, achamos que as empresas municipais são veículos privilegiados de execução das próprias políticas municipais que saem em última análise, também, do voto popular, quando os programas eleitorais são sufragados e não apenas as pessoas e, portanto, achamos que esta execução das políticas municipais, também, passa pelas empresas

municipais e que deve ficar então para o Executivo a disposição de poder tomar a iniciativa de todos esses lugares. -----

----- E dizer-lhe aqui, também, que discordamos que os administradores não executivos sejam meros agentes de fiscalização, aqui buscar também um bocadinho da minha experiência pessoal, onde estou numa empresa que não é municipal, mas que sou administrador não executivo e aquilo que faço é bem mais do que fiscalizar. Há também um trabalho conjunto com os administradores executivos da qual os administrações não executivos também fazem parte, portanto, daí nós votámos contra o Ponto três e o Ponto quatro da sua segunda iniciativa, mas a favor dos dois primeiros e, também, da primeira Moção.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Câmara Municipal, Senhor Vereador João Paulo Saraiva, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Em primeiro lugar tomar posição sobre aquilo que é a Moção sobre “Fiscalização e controlo democrático do sistema Empresarial Local”, para dizer que já o referimos aqui noutros momentos que, nos parece possível e desejável que a Assembleia Municipal possa ter um papel mais interventivo, até voltarmos ao que estava antes de 2012, no seu papel de fiscalização das empresas municipais, no setor empresarial de uma forma geral.-----

----- Portanto, parece-nos e vemos com bons olhos este primeiro Ponto, já o Ponto dois e Ponto três, nos parecem, uns por difícil exequibilidade, nomeadamente, como sabem a data de hoje os órgãos de fiscalização já são uma deliberação da Assembleia Municipal, o que se fala aqui é: “não esteja necessário sujeito a reserva iniciativa do órgão executivo da entidade participante”, não pode ser de outra forma, não é assim em mais nenhum tipo de organização, quem tem que contratar os revisores oficiais de contas, são as próprias empresas e, portanto, não faz sentido do meu ponto de vista, seja de outra forma.-----

----- Quanto ao Ponto três e quatro parece-me, de facto, não faz qualquer sentido que existam administradores não executivos que sejam nomeados pela Assembleia Municipal e, portanto, não nos parece que, esta Moção faça sentido nos seus Pontos dois, três e quatro.-----

----- Quanto à salvaguarda e a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, é evidente para todos que é possível fazer diferente, é possível valorizar o trabalho dos trabalhadores da Administração Pública, foi isso que este Governo fez, é isto que o Município de Lisboa faz, mas não foi isto que o Governo anterior fez. Trabalhadores em funções públicas tinham um epíteto de inúteis, supérfluos, aqueles que não tinham produtividade, que eram no fundo, tentando criar um sentimento que eram um peso para a sociedade sem retorno.-----

----- Isto foi algo que passou como mensagem, mas não só como mensagem como prática. E o que é mais desconcertante, neste momento, na atitude da direita sobre esta matéria, é que a direita, para além de ter feito tudo isto, agora vem pôr um ar angélico em que nos tenta mostrar que, de facto, eles não fizeram nada disto, que são os grandes defensores da Administração Pública e querem uma Administração Pública forte e capaz de desempenhar as funções de serviço público.-----

----- Isto são apenas meras palavras e uma tentativa clara, mais uma vez como fizeram ao longo do passado, de nos tentarem enganar sobre as suas verdadeiras intenções, sobre Administração Pública.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Não registamos mais intervenções, vamos então passar à votação destas duas Moções.-----

----- Portanto, a **Moção n.º 037/01** – “Pela defesa dos serviços públicos”, nós recebemos vários pedidos de votação por pontos, portanto pontos em separado e nesse sentido vamos votar todos os pontos em separar.-----

----- Assim, sendo, escusar-me-ão de ler os pontos de per si e, portanto, eu colocaria à votação o ponto.”-----

----- **Voto do Ponto 1 da Moção n.º 037/01** - “Pela Defesa dos Serviços Públicos”. O Ponto 1 da Moção n.º 037/01 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9IND.-----

----- **Voto do Ponto 2 da Moção n.º 037/01** - “Pela Defesa dos Serviços Públicos”. O Ponto 2 da Moção n.º 037/01 foi **aprovado por Maioria**, com os votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 9 IND.-----

----- **Voto do Ponto 3 da Moção n.º 037/01** - “Pela Defesa dos Serviços Públicos”. O Ponto 3 da Moção n.º 037/01 foi **Rejeitada**, com os votos contra do PS, CDS-PP e PPM, abstenção do PCP, PEV e MPT, votos a favor do PSD, BE, PAN e 9IND.-----

----- “O número quatro não se vota, porque é proceder à remessa da Moção.-----

----- Passamos à votação da Moção n.º 037/02 – “Pela fiscalização e controle democrático do setor empresarial Local”, não tem qualquer pedido para votação por pontos.-----

----- Microfone, ao Senhor Deputado Miguel Graça, favor.-----

----- E ao Senhor Deputado Luís Newton porque, de facto, não se consegue perceber aqui os gestos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício.-----

----- Gostaríamos de pedir para votar em separado a Alínea um, do Ponto um.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----  
 ----- Senhor Deputado Luís Newton, por favor.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Obrigado Senhor Presidente, é para pedir para separar as alienas um e dois, das alienas três e quatro.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Muito bem, muito obrigado Senhor Deputado.-----  
 ----- Senhores Deputados vamos então votar. -----  
 ----- Daquilo que eu percebi é o número um, alínea um, ou alínea i) em separado, vamos proceder a esta votação. -----  
 ----- Senhor Deputado Sobreira Antunes faz favor.”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----  
 ----- “Senhor Presidente é só um pedido de esclarecimento, estamos a falar da Recomendação número dois? -----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, responde ao esclarecimento: -----  
 ----- “Precisamente” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, continuou: -----  
 ----- “Ok, em separado? Recomendação número dois?” -----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, retifica a informação: -----  
 ----- ”Não, não, Moção número dois, ”Pela fiscalização e controle democrático do setor Empresarial Local”-----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra continuou: -----  
 ----- “Ah! Muito bem, então aproveito já, a Moção número dois todos os Pontos em separado. -----  
 ----- Muito obrigado escuso de interromper outra vez.”-----  
 ----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Muito obrigado, então mais fácil ainda. -----  
 ----- Vamos então votar tudo em separado, no Ponto um, da aliena i).”  
 ----- **Voto do Ponto 1, da aliena i) da Moção nº 037/02** - “Pela fiscalização e controlo democrático do setor empresarial Local”. O Ponto 1, da alínea i) da Moção nº 037/02 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9IND.-----



----- **Voto do Ponto 1, da aliena ii) da Moção nº 037/02** - “Pela fiscalização e controlo democrático do setor empresarial Local”. O Ponto 1, da alínea ii) da Moção nº 037/02 foi **aprovado por Maioria**, com os votos contra de 7 IND, abstenções de CDP-PP e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 2IND. -----

----- **Voto do Ponto 1, da aliena iii) da Moção nº 037/02** - “Pela fiscalização e controlo democrático do setor empresarial Local”. O Ponto 1, da alínea iii) da Moção nº 037/02 foi **aprovado Rejeitado**, com os votos contra do PS, PSD e 8 IND, abstenções de CDS-PP e PPM, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 1 IND.--

----- **Voto do Ponto 1, da aliena iv) da Moção nº 037/02** - “Pela fiscalização e controlo democrático do setor empresarial Local”. O Ponto 1, da alínea iv) da Moção nº 037/02 foi **aprovado Rejeitado**, com os votos contra do PS, PSD e 8 IND, abstenções do CDS-PP e PPM, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 1 IND. -

----- “E não se vota o número dois que é proceder à remessa da presente Moção.-----

----- Senhores Deputados, antes de passar ao Ponto cinco, da nossa Ordem de Trabalhos deu entrada na Mesa, um pedido de alteração da Ordem de Trabalhos, no sentido que se prende única e exclusivamente com o facto, de o nosso último ponto serem as perguntas à Câmara Municipal e como é habitual podermos ter prejudicado o debate que se pretende profícuo, no sentido de não termos tempo regimental para que todos aos Senhores Deputados Municipais possam colocar as questões e que, o Executivo e o Senhor Presidente possam dar as respostas. -----

----- Nesse sentido e posto este pedido que foi feito à Mesa, a Mesa colocaria à consideração do plenário, a alteração da Ordem de Trabalhos e passarmos o Ponto oito para o Ponto cinco e conseqüentemente o cinco a seis, o seis a sete e o sete a oito.

----- Senhor Deputado Rui Costa para usar da palavra. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, mas permita-me que lhe diga o seguinte: a Proposta contida no Ponto cinco da Ordem de Trabalhos foi agendada já há muito. Andou por circunstâncias várias, anda há quinze dias para ser discutida e prende-se com uma matéria cujas competências terão de ser exercidas por esta Assembleia até dia vinte e um.-----

----- Portanto, o plenário por força maioria fará o que entender, eu não aceitarei que a Proposta cinco e com todo o respeito pelo debate e pelas questões à Câmara, deixe de ser hoje aqui discutida.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, nós aceitamos a passagem do Ponto perguntas à Câmara, para mais próximo no tempo, mas achamos que esta Proposta que é importante que sejam hoje discutida e votada nesta sessão. -----

----- Muito obrigada” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, então Senhores Deputados se estiverem de acordo e tendo em conta que apresentação de Ponto cinco, da Recomendação n.º 037/02 já foi apresentada na última sessão pelo Senhor Deputado, Rui Costa e que, portanto, ela não vai necessitar ser apresentada apenas discutida, tendo em conta que se recordaram o Senhor Deputado Municipal, Rui Costa utilizou do tempo que tinha disponível de um minuto, na última sessão. Este ponto não será objeto de apresentação, mas apenas de discussão. -----

----- E assim sendo, os Senhores Deputados Municipais, dispõem daquilo que consta na convocatória da grelha base de trinta e quatro minutos e assim sendo, estão abertas as inscrições para, se estiverem de acordo! Já temos aqui inscrições, aliás, para este ponto e no final deste ponto, faríamos então alteração da Ordem de Trabalhos para que passássemos às perguntas à Câmara para o ponto seguinte ou depois logo víamos o que é que faríamos a seguir. -----

----- Senhor Presidente da Câmara faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte pergunta:-----

----- “O Presidente, muito boa tarde a todos. -----

----- Eu tinha pedido a palavra para intervir precisamente sobre este Ponto cinco, não sei se será agora ou mais à frente?-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “O Senhor Presidente que se calhar é mais adiante, porque estamos a decidir se vamos abrir o Ponto ou não Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez continuou: -----

----- “Ah! Muito bem, caso assim seja aceite a Câmara quer intervir.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, não? Quer-se inscrever, é isso? Não, é o segundo inscrito. -----

----- Sendo assim, vamos começar com as inscrições, mas eu tenho um pedido de palavra do Senhor Deputados Luís Newton, é isso? Não, tem uma inscrição? Uma interpelação à Mesa? Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton. -----

----- Oh! Senhor Deputados, eu gostava que nós pudéssemos acelerar os trabalhos e não protelarmos com estas figuras regimentais, nós temos neste momento duas, quatro, seis, sete inscrições.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez uma interpelação à Mesa:-----

----- “O Senhor Presidente no que diz respeito, eu julgo que o Senhor Presidente já tinha colocado uma questão à Assembleia. -----

----- Eu acho que, em primeiro lugar se deve fazer a votação da questão que o Senhor Presidente colocou à Assembleia, e depois eventualmente analisar. -----

----- Já ficou claro aqui, a não ser que o Senhor Presidente queira retirar essa questão que tinha colocado à Assembleia.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado a Mesa retirou, eu retirei, tendo em conta inclusivamente, o facto, do Senhor Presidente da Câmara querer também intervir sobre este ponto e, portanto, não faria sentido estamos antecipar um ponto em que o Senhor Presidente, também, quer intervir, para deixar que o Senhor Presidente interviesse sobre outros temas, e nesse sentido vamos avançar. -----

----- E eu dava a palavra à Senhora Segunda Secretária para as intervenções pela ordem que estão feitas.” -----

----- **5. Recomendação 037/02 do DM Rui Costa (IND) - Estabelecimento urgente da suspensão de novos registos de alojamento local em áreas da Cidade e elaboração de regulamento”, nos termos do disposto na alínea c) do art.º 15.º e na alínea f) do n.º 1 do art.º 47.º conjugada com a alínea b) do n.º 2 do art.º 48.º, todos do Regimento; grelha base: 34 minutos.** -----

----- **A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- (A **Recomendação nº 037/02 do Deputado Rui Costa (IND)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para o Ponto cinco, o Senhor Deputado Independente, Miguel Graça.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara antes de mais, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Caros Colegas Deputados. -----

----- Gostaríamos de referir que relativamente a esta Recomendação apresentada sobre o “Estabelecimento urgente da suspensão de novos registos de alojamento local em áreas da Cidade e elaboração de regulamento”, obviamente, referir que este foi, também, o tema de intervenção das Declarações Políticas dos Deputados Municipais Independentes “Cidadãos Por Lisboa” na última sessão. -----

----- Apresentámos, aliás, juntamente com essa iniciativa e com essa declaração, uma recomendação precisamente, a poder estabelecer duas condições de base, aliás, que vem previstas na Lei, que seria a suspensão de novos registos no alojamento local e, obviamente, a elaboração por parte da Câmara Municipal de Lisboa de um regulamento nesta matéria. -----

----- Aliás, a Lei n.º 62/2018 propõe-no, era importante, de factos, que esta Assembleia Municipal tomasse uma posição sobre esta matéria e, especificamente que a Câmara Municipal tomasse a iniciativa de elaborar uma proposta. -----

----- Ao que temos conhecimento a Câmara Municipal na sua última reunião de Câmara já abordou este assunto e, portanto, também, compete, obviamente, aqui a Câmara esclarecer. Mas parece-nos que esta proposta estará, obviamente, em elaboração e que com base nesta Recomendação aprovada na última Assembleia Municipal, não nos parece haver dúvidas que a Câmara irá fazer, portanto, não só a suspensão como a elaboração de um regulamento -----

----- Temos algumas dúvidas, portanto, estes dois pontos que são aqui apresentados, deixamos, obviamente, à consideração de quem os propõe, se os quer manter dado que eles já foram aprovados na última Assembleia, o Ponto um e o Ponto quatro. -----

----- Já relativamente aos Pontos, dois e três estes, de facto, não concordamos com a abordagem que é aqui feita, aliás, como defendemos na última a Assembleia Municipal, achamos que a escolha tanto das suspensões em particular, não deve ser casuística, isto é, deve ser alvo de um estudo por parte da Câmara de Lisboa, com critérios claros. E, portanto, achamos que o Ponto dois e o Ponto três, que refere já quais são os territórios, sem primeiro fazer essa análise mais cuidada nos parece ser precipitado e, por isso, não podemos acompanhar. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Nós perguntamos, porque é que a Recomendação só abrange estas freguesias e não outras? -----

----- O estudo, quanto ao estudo, os dados são de 2017. Nós achamos que os dados devem ser mais atualizados. -----

----- Todas as freguesias mencionadas têm mais de dez por cento de alojamento local, em relação à habitação permanente.-----

----- E, propomos que o critério seja, onde se lê na parte deliberativa: “que a proposta referida no número um abranja, pelo menos a totalidade do território das seguintes freguesias”, passa a ser: “abranja, o território das freguesias cuja a relação de alojamento local seja igual ou superior a dez por cento de todos os alojamentos habitacionais utilizando para o efeito os dados estatísticos mais recentes”, a realidade atual é muito mais ampla e visível e perigosa na cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Esta Proposta entrou previamente, à Proposta aprovada na última sessão e para ela não precisei de estudo nenhum. Isto é, bastou a consulta ao registo nacional turismo para perceber os números que aqui estão, e já agora Senhor Deputados Modesto Navarro são 2018.-----

----- Estas freguesias são aquelas onde se faz sentir maior incidência, mas sim, concordo com o seu critério se a Câmara assim fizer o estudo e, portanto, aceito a alteração e agradeço alteração proposta pelo Grupo Municipal PCP.-----

----- Para finalizar e nesta matéria não adianta restringirmos alguns bairros, vai continuar..., já terminarei muito rapidamente Senhor Presidente.-----

----- Por muito que se queira tapar o sol com a peneira, se não forem as limitações suficientes na suspensão, este drama continuará e alastrar para freguesias limítrofes, das centrais para as limítrofes.-----

----- Mas, sim, aceito a formulação do PCP e solicito que seja alterada a proposta em consonância.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- A Mesa solicita que até à votação possa fazer chegar por escrito.-----

----- Vamos chamar o Senhor Deputado inscrito.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado José Leitão do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem seguido desde do princípio, esta questão com muita atenção, a questão do alojamento local, com atenção e empenho, nomeadamente, dos seus autarcas. Recordo aqui, por exemplo, o estudo que foi encomendado pelas Freguesias de Santa Maria Maior, da Misericórdia e de São Vicente mas, naturalmente, todos autarcas socialistas seguem esta matéria com atenção e empenho.-----

----- Efetivamente na sessão anterior, nós tivemos oportunidade de aprovar e em boa hora, uma proposta apresentada pelos Senhores Deputados Independentes que, na prática coincide com aquilo que consta no número um e do número quatro desta proposta e, portanto, certo modo, eu não percebo e é um pouco redundante e, naturalmente, não temos nada contra o que está no número quatro mas, é votar duas vezes aquilo que já foi votado, efetivamente, não é uma prática realmente muito interessante, quer dizer, não faz muito sentido. -----

----- Quanto ao que consta no Ponto três e quatro, nós discordamos porque isto não é uma questão de taxarmos, quer dizer não é uma questão, não é preciso estudos como foi dito aqui pelo Senhor Deputado Rui Costa. Não é preciso estudos, é preciso uma análise ponderada, efetivamente, do que se passa em cada freguesia e porventura em áreas destacadas das freguesias. A realidade nalguns casos será numa freguesia, noutros casos será áreas concretas de uma determinada freguesia.-----

----- E, portanto, efetivamente esta é uma questão de estudo, de fundamentação, porque, efetivamente, não se suspende o alojamento local de uma forma leviana, sem fundamento, falasse em despacho fundamental na Lei, nos termos da Lei tem que ser devidamente fundamentado. -----

----- E, portanto, não nos foi dado qualquer fundamento para estas freguesias, podem ser estas ou podem ser mais, com já aqui foi dito. Podem ser áreas destas freguesias, tudo isto tem que estar devidamente fundamentado. Muito menos limítrofes, categoria de Freguesias limítrofes. Limítrofe não é uma categoria que, efetivamente delimite com rigor o que quer que seja. E, por isso, realmente, de facto, não podemos estar de acordo com o que é proposto. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho, não dispõem de tempo, Senhora Segunda Secretária, portanto temos que adiantar para o Senhor Deputado que se segue.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, também, de forma rápida, até que já tivemos esta discussão na semana passada na Assembleia entre tanto já houve desenvolvimentos por parte da Câmara Municipal, obviamente, voltar a referir que esta é uma

problemática que vamos encontrar uma resposta, também, é verdade que precisamos resposta habitacionais. -----

----- O alojamento local, também, trouxe uma nova dinâmica à cidade, nomeadamente, a reabilitação mas, também daquilo que é a geração de emprego e, portanto, aqui o nosso desafio é realmente encontrar um equilíbrio.-----

----- Nós na discussão no Parlamento, como dissemos aqui na semana passada apresentámos propostas alternativas que foram vencidas na votação. -----

----- De qualquer forma dizer o seguinte, relativamente, a esta proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal. O CDS, obviamente, é a favor de uma regulamentação e esperemos que essa proposta de regulamento venha, seja o quanto antes discutida em Câmara, colocada em discussão pública, e depois possa vir esta Assembleia Municipal, também, para ter os *inputs* dos Senhores Deputados Municipais e, obviamente, que queremos um regulamento com critérios bem definidos e nesse sentido, também, daremos o nosso contributo.-----

----- Depois o Senhor Deputado vem-me propor a suspensão e zonas de contenção. Nós achamos que esta proposta enferma em vários erros, nomeadamente na fundamentação das zonas de contenção, como já foi aqui dito pelo Deputado José Leitão, consideramos que há uma falta de rigor. Esta proposta das zonas, elas são muito abrangentes e discricionárias e, portanto, parece-nos que é muito feita ao de leve, não tem em conta vários dados fidedignos, nomeadamente do INE, embora estejam datados mas, faltam dados do Turismo de Portugal, faltam ter em conta dados do IHRU (Instituto de Habitação Reabilitação Urbana), Autoridade Tributária, entre outros, não estão cá todos.-----

----- Depois, parece-nos, também, que a proposta das seis freguesias do ponto de vista macro, é tudo e não é nada, portanto, é muito alargado e muito abrangente. E, portanto, pensamos que temos que ir aqui ao pormenor da realidade do alojamento local e, portanto, não só é um erro ter as seis Freguesias na sua totalidade mas, também, o é tendo incluindo este critério que para nós não é critério, das Freguesias limítrofes. -----

----- E depois, também, me parece inaceitável haver esta suspensão, porque acho que ela viola o espírito do legislador ou seja se o legislador quisesse proibir de vez o alojamento local ter o ai feito e, portanto, penso que não é esse o espírito desta Lei. ----

----- Nós consideramos por fim, que esta suspensão de um ano tem um sentido punitivo e proibitivo e é muito facilitista e, adia a solução, que eu penso que virá com a regulamentação que a Câmara irá apresentar. -----

----- Esta Proposta, obviamente, é uma medida imediata mas, parece-nos casuística e que não é proporcional. -----

----- A Câmara já veio anunciar na última reunião de Câmara, ao contrário do que vem na comunicação social, que diz que já há uma proposta de suspensão. A proposta, o Senhor Presidente poderá elucidar-nos mas, essa proposta ainda não existe, mas existe uma intenção da Câmara e, digamos, a sustentação técnica dessa proposta. E parece-me que o caminho que a Câmara quer seguir, não é o das freguesias, mas é o de indo de bairro a bairro e, se calhar, não sei o Senhor Presidente poderá explicar-

nos, de rua a rua e percebermos, efetivamente, onde é que há um maior impacto de alojamento local e onde é que devemos ter as chamadas não zonas de proibição, mas calhar, zonas monitorização, digamos, as quotas.-----

----- E, portanto, era uma questão que nós queríamos deixar aqui ao Senhor Presidente era, se calhar, diferenciar e definirmos estes conceitos ou seja, uma coisa é suspender e proibir, outra coisa é zonas em que a Câmara poderá monitorizar ou seja implementar quotas.-----

----- Portanto, dizer que regulamentação, somos totalmente a favor dela que venha o mais depressa possível, quanto a uma suspensão imediata casuística e com estes critérios, iremos votar contra.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Presidente de Câmara, que entretanto já se juntou a nós, Público aqui presente.-----

----- Em primeiro lugar, eu julgo que é de destacar a extemporânea desta mesma Proposta, ainda que o assunto possa merecer em todo e qualquer momento, uma reflexão, diria mesmo, aprofundada para que, de facto, possam surgir contributos decisivos para a construção de um Regulamento que sirva os interesses não só da cidade e do seu desenvolvimento económico mas, também, da proteção das suas comunidades daquele tecido bairrista que o caracteriza.-----

----- Não deixa de ser, no entanto, relevante a continuada atitude perante as propostas que vemos aqui do Senhor Deputado Municipal, nomeadamente, naquilo que é incontornavelmente uma enorme desconfiança dos órgãos executivos que foram eleitos para cumprir determinado tipo de mandatos.-----

----- Vamos ignorar a questão de que o processo, ainda assim já está em análise, já saiu o processo legislativo. Está a Câmara Municipal conforme nos foi transmitido na semana passada, a refletir e a preparar as propostas concretas para a transformar em Regulamento.-----

----- Já houve entretanto, uma posição própria da Câmara Municipal num ato de efeito suspensivo das licenças em determinados territórios, também, eles necessariamente a precisar de uma revisão séria, daquilo que é adequação à realidade local. Mas, também, agora o que percebemos uma vez mais é que o Senhor Deputado, ainda há pouco, queria retirar competências ao executivo municipal para tomar decisões e, agora não quer que as Juntas de Freguesia participem nessas mesmas decisões. E novamente, o executivo municipal merece-lhe a maior desconfiança.-----



----- Senhor Deputado, eu concordo. Eu julgo que nós estamos aqui para fiscalizar o executivo municipal, exatamente porque, não porque confiamos ou desconfiamos mas, porque necessariamente esta é uma competência da Assembleia Municipal. -----

----- Agora convenhamos, os momentos e os tempos têm que se adequar às realidades e às necessidades da própria comunidade e é isso que uma vez mais não vemos com esta Proposta, o Senhor Deputado Rui Costa, por dois motivos que me parece particularmente evidentes. -----

----- Em primeiro lugar, esta profunda desorientação na escrita. Senhor Deputado é, também, ele leviano na abordagem quando coloca uma suspensão territorial *ad doc*, aposto certamente que o Senhor Deputado terá inevitavelmente consultado ou serviços da Câmara ou aos próprios Presidentes de Junta de Freguesia para compreender se as suas propostas de suspensão eram minimamente adequadas à realidade dos territórios. Não o fez!-----

----- E, em segundo lugar, porque entende novamente e fora de tempo que a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal devem em determinado momento exercer uma influência punitiva sobre uma indústria da cidade, quando na realidade passa ao lado de uma daquela que, também, é uma das questões relevantes e que, se calhar, teria a ganhar, trazendo-a aqui a debate que é: e os ilegais?-----

----- Como é que nós estamos exercer a nossa missão de fiscalização dos alojamentos locais ilegais que são eles, também, muito responsáveis por aquilo que se está a passar na cidade de Lisboa e tem passado um pouco à margem de toda esta discussão. -----

----- Essa, eu diria que seria o único contributo que vossa excelência, nesta altura do campeonato, poderia dar, não o deu, fica aqui o contributo do PSD, vamos também tratar dos ilegais. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Só um bocadinho Senhora Segunda Secretária, microfone ao Senhor Deputado Rui Costa, pede a palavra para?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado.-----

----- Mais uma vez é para esclarecer o Senhor Deputado Luís Newton, porque é uma pessoa que vai às Conferências de Representantes e não deve de perceber o que se lá passa e, também, não deve perceber que este documento, que este documento, tem quinze dias a três semanas e, eu não consinto e queria pedir que a Mesa confirmasse a data de entrada deste documento.-----

----- Porque eu não consinto ao Senhor Deputado Luís Newton, primeiro que venha marcar o tempo da minha intervenção política. -----

----- Segundo que induza a Assembleia e os Municípios em falsidades, ao dizer que esta proposta é extemporânea. É anterior a que foi votada na semana passada e isso que eu peço que a Mesa esclareça. -----

----- Quanto ao mais agradecer, todas as intervenções e apreciações que fez, mas isso não cabe nesta interpelação.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- A Mesa já confirmou a data de entrada das suas propostas, o facto, é que hoje é que serão votadas.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, muito obrigado.”-----

----- Eu exerço isto omito na defesa da honra uma vez que o Senhor Deputado Rui Costa na sua intervenção, cujo âmbito eu não compreendi ainda mas, certamente ou ele ou a Mesa poderá esclarecer, acusou de falsear informação e de faltar com a verdade aos lisboetas. -----

----- É particularmente grave, mas é um sinal de desorientação política que se compreende, ele ainda não encontrou o lugar dele. -----

----- E dizer que nesta matéria de forma muito clara, Senhor Presidente a discussão que nós aqui lançámos e a reflexão que nós fizemos, não foi sobre o momento de entrada da proposta em sede de Assembleia Municipal, é o momento da sua discussão que é extemporânea e, portanto, o que significa que o que se pretende aqui, não é tanto algo do interesse dos cidadãos, mas é quase num registo de *semi-calimero* de “ai, eu entreguei uma proposta e gostava muito que a discutissem”.-----

----- Nós já tivemos uma discussão desta a semana passada sobre este tema, Senhor Deputado! E, portanto, Conferências de Representantes, momentos *calimeros*, eu julgo que nós neste momento, temos é que seguir em frente. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Nós registamos e também registamos, o facto, de o Senhor Deputado Rui Costa que é o proponente este documento não o querer retirar e, portanto, estamos a discutir-lo, procedemos à sua votação dentro minutos. -----

----- E eu diria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não temos mais nenhuma. ... -----

----- Eu já disse a data de entrada Senhor Deputado, vinte e cinco de setembro.-----

----- Senhor Presidente da Câmara faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Primeiro lugar registar que a legislação, sobre alojamento local conheceu esta versão após forte impulso do município de Lisboa, em particular relativamente a solução adotada que não sendo nem perfeita nem aquela, aliás, que tínhamos

defendido, nomeadamente, na gestão dos contingentes e veremos problemas que teremos a seguir, a verdade é que nos vem dar pela primeira vez um quadro de poder e de autonomia na regulação deste importante fenómeno.-----

----- Segundo, é importante que na decisão que vínhamos a tomar, sobre esta matéria que tínhamos em causa a noção de equilíbrio que é necessário ter, entre a importância económica e social do alojamento local e os impactos e os seus efeitos, do ponto de vista da manutenção da multifuncionalidade dos bairros e do acesso à habitação. Isto é, decisões pouco estudadas, pouco aprofundadas serão mais negativas do que benéfica.-----

----- Terceiro lugar, a Lei define com clareza, o que é preciso fazer para que a Assembleia tome uma decisão e a Assembleia age sob proposta da Câmara e toma uma decisão fundamentada e, por isso, eu não compreendo como é que se pode querer tomar uma decisão sem ter qualquer tipo de estudo sobre a matéria. Não compreendo! Porque tomar uma decisão sem tomar o estudo, sem ponderar os resultados do estudo, sem avaliar o que estamos a falar, parece-me uma coisa que é muito compaginável no “achismo”, aquele método de tomada de decisão do “achismo”, não é! Do olhómetro! Olhar assim para o ar, ver para onde é que vem o vento e propor coisas ao sabor do vento mas, com franqueza não é compaginável com a gestão de uma cidade com a cidade de Lisboa.-----

-----A Câmara já anunciou que vai em primeiro lugar usar a prerrogativa, que é de propor à Assembleia Municipal, uma medida de contenção antes de existir Regulamento que, tem a intenção de fazer um Regulamento a brevíssimo trecho. Isto é não prolongar o prazo de elaboração do Regulamento, não eternizar esse prazo e vamos apresentar um relatório que permitirá justificar a proposta da Câmara. Relativamente àquilo que vamos fazer, propomos que seja feito para a Assembleia se pronunciar, porque é a Assembleia que vai decidir, não é Câmara, é uma decisão da Assembleia.-----

----- E o legislador colocou na minha opinião e bem este poder na Assembleia sobre proposta da Câmara, isto é, a restrição no exercício da atividade económica tem, de facto, de ser ponderada por órgãos sucessivos e por um debate sucessivo. Esta ideia de que nós tomamos a decisão assim um bocadinho na base da intuição, com franqueza, não convence ninguém nem sequer é legal.-----

----- E por isso, nós iremos aprovar uma proposta que irá ser discutida em Assembleia e se fará esse debate no seu devido tempo.-----

----- Gostava já de alertar os Senhores Deputados para uma questão sensível para não se deixarem contaminar pela leitura errada dos dados. É que os dados sobre o alojamento local, são hoje os que estão ao dispor de todos, são dados muito incompletos bastante insuficientes, com a latitude do ponto de vista da interpretação da realidade excessivamente vasta na minha opinião.-----

----- É preciso ter em atenção que quando olhamos para os dados do número de registos existentes de um alojamento local nacional, por exemplo, as bases com que temos que trabalhar, porque são as que existem, nós estamos a falar de alojamentos que, em algum momento, tempo, foram registados, não sabemos se deixaram de ser

alojamento local. Estamos a falar de alojamentos que podem ter uma ocupação de trezentos e sessenta e cinco dias por ano, uma afetação de trezentos e sessenta e cinco dias por ano alojamento local, como podem ter uma afetação no período de férias de alguém que aluga a sua casa a visitantes que venham a cidade de Lisboa.-----

----- Tudo isso, conta no mesmo registo da mesma forma, ora, isso não é mesma realidade do ponto de vista da comparação com o uso habitacional e, por isso, não há um equivalente métrico da utilização de trezentos e sessenta e cinco dias por ano, de um determinado alojamento. -----

----- E, por isso, o número que existe hoje disponível tanto conta aqueles que estiveram, admitamos, uma semana no ano, um mês no ano, dois meses no ano, o que era muito tradicional na nossa cidade de alugueres de casas para férias, durante o período de férias quando das pessoas que regressavam às suas terras de origem. Tudo isso do ponto de vista da análise do número é semelhante a um alojamento profissional que esteja a funcionar trezentos e sessenta e cinco dias por ano. -----

----- Era esta ressalva que eu gostava de dar, que é para não haver uma extrapolação das estatísticas que, depois nos fazem crer que a realidade é uma, mas a realidade na prática é bem diferente do que aquela que o número está a mostrar, porque o número, de facto, está nos a enganar nessa leitura, se não tivermos atenção a ela.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Está terminada então a discussão desta Recomendação n.º 037/02, vamos então passar à votação da mesma, ela tem uma Proposta de alteração no seu número dois. ----

----- Não tenho nenhum pedido para votar em separado, tem sim para votar por pontos, muito bem! -----

----- Então vamos votar o ponto, número um e laboro e submeto Assembleia Municipal de Lisboa de imediato e de forma a acompanhar a entrada em vigor da Lei n.º 62/2018 de 22 de agosto, proposta com vista à suspensão por um máximo de um ano, a autorização de novos registos em áreas especificamente delimitadas, até à aprovação do Regulamento respetivo, ao abrigo do disposto no art.º 15-A, n.º1 e n.º 6 do RAEEAL.” -----

---- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação n.º 037/02**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP e PPM abstenções do MPT, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV e 9 IND. O **Ponto 1 da Recomendação n.º 037/02** foi **Rejeitado**. -----

----- Votação do **Ponto 2 da Recomendação n.º 037/02**. -----

----- (Prejudicado em resultado da rejeição do Ponto 1 desta Recomendação) -----

----- Votação do **Ponto 3 da Recomendação n.º 037/02**. -----

----- (Prejudicado em resultado da rejeição do Ponto 1 desta Recomendação) -----

----- Votação do **Ponto 4 da Recomendação n.º 037/02**. Não há votos contra, em abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 9 IND. O **Ponto 4 da Recomendação n.º 037/02** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, continuou: -----

---- “Muito bem Senhores Deputados, uma Declaração Oral por parte do PCP, microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro e o CDS-PP fará posteriormente uma Declaração por escrito.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro, do PCP** apresentou, a seguinte **Declaração de Voto Oral**: -----

---- “O que nós queremos dizer em Declaração de Voto, em relação a esta proposta é que os números são sucessivos na violência da ocupação. -----

---- Os números a que nós tivemos acesso, não se condoem em quinze dias, com um mês, com dois meses, com três meses, isto é, digamos assim, beneficiar o negócio da ocupação. -----

---- E aquilo que é importante é evidente que estamos de acordo com o estudo sobre a matéria de uma maior ocupação, ir o mais rapidamente ao cerne das questões em Lisboa, sem utilizar números de outras regiões, não é! Mas, isto tem uma permanência, tal que, de facto, esta Assembleia deve ficar responsabilizada e a Câmara também, e que rapidamente trate disto como deve ser.” -----

---- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto** escrita: -----

---- “DECLARAÇÃO de VOTO -----

---- Recomendação 037/02 (IND) -----

---- Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram contra os pontos 1 a 3 da recomendação acima referenciada por considerarem que: -----

---- O CDS entende que, face à aprovação em Assembleia da República do novo Regime Jurídico do Alojamento Local, deve o Município iniciar, tão breve quanto possível, a elaboração de regulamentação municipal sobre a emissão de registos de alojamento local (AL). -----

---- Contudo, a recomendação propõe a aprovação de despacho de suspensão, por um ano, de novos registos de AL, optando assim pela via do facilitismo e de querer adiar decisões que o Município há tanto reclama para si. -----

---- A recomendação propõe ainda uma suspensão abrangente e discricionária, aplicada a 6 freguesias e anexando as limítrofes, sem ter por base um estudo específico que deveria sustentar, tecnicamente, as zonas de contenção ou de monitorização -----

---- Em suma, pretende-se uma medida proibitiva, que viola o espírito do legislador. -

---- Lisboa, 16 de outubro de 2018 -----

---- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP -----

---- Diogo Moura” -----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

---- Senhor Presidente de Câmara.” -----

---- **O Senhor Presidente de Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

---- “Senhor Presidente, é só para dar um esclarecimento o Senhor Deputado e outros Senhores Deputados sobre quais é que são os nossos poderes, e o que é que está na

Lei. Nenhuma decisão pode ser tomada com valor por esta Assembleia antes dia vinte e um, primeiro ponto. -----

----- Segundo ponto, nada obstaculiza que uma vez tomadas decisões sobre zonas de contenção que venha a haver novas decisões sobre outras zonas de contenção, o que a lei diz é que as zonas de contenção tem um limite de uma duração de um ano, não há uma decisão única, isto é, pode haver processos evolutivos de avaliação, avaliação sobre a matéria.-----

----- Terceiro lugar, só faz sentido termos em conta que estas decisões para serem operativas, não basta a nossa decisão. Que volte a dizer, só pode ser tomada depois de dia vinte um, não pode ser antes, ao contrário do que já aqui ouvi dizer. Ela para produzir efeitos, tem que ter uma correspondência de que o registo nacional seja partilhado com as câmaras, ele seja eficaz em não admitir novos elementos de registo o que, neste momento, para já ainda não está assegurado que ele esteja a funcionar nessas condições.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, eu colocaria então conforme coloquei há pouco à consideração da Assembleia, tendo em conta a intervenção do Senhor Deputado Modesto Navarro e que pareceu quase unânime por parte do plenário, a questão de alterarmos a Ordem de Trabalhos como foi solicitado à Mesa, para que pudéssemos passar desde já ao Ponto 8, das perguntas à Câmara. Não registo nenhuma intervenção dos Senhores Deputados, a esse efeito. Muito bem! -----

----- Passaríamos desde já ao Ponto 8, as perguntas à Câmara, vamos começar com o Grupo Municipal do PSD.”-----

---- (Foi submetida à consideração do Plenário a alteração da sequência das matérias fixadas na Ordem de Trabalhos, no sentido de debater o ponto 8 “Perguntas à Câmara” antes dos pontos 6 e 7, não tendo havido qualquer objeção à proposta apresentada pela Mesa.) -----

----- **8. PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATO INCLUÍDOS NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 HORAS.**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton, segue-se a Senhora Deputados Ana Mateus Senhor Deputado do Partido Socialista, André Couto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereadores, Público aqui presente.-----

----- No passado dia treze de outubro, a cidade de Lisboa foi ameaçada por uma tempestade que se anunciava, como a maior tempestade dos últimos cento e cinquenta anos.-----

----- Felizmente para os lisboetas, mas para infelicidade de muitas outras comunidades portuguesas “*Leslie*” passou ao largo com consequências muito inferiores àquelas para os quais nos preparáramos. -----

----- Numa altura em que muitos dos que procuravam assegurar a devida informação e preparação para esse momento, soubemos de esforços de privados e entidades públicas para fazer chegar essas mesmas informações ao maior número possível de pessoas e que ninguém nunca esqueça que a primeira arma para salvar vidas é a informação. -----

----- Por isso, desta Assembleia, julgo ser de louvar todo e qualquer iniciativa pública ou privada, com maior ou menor articulação, que tinha como objetivo proporcionar o devido alerta às populações que poderiam estar em perigo. -----

----- Gostaria por isso, deixar uma primeira palavra ao Senhor Presidente da Câmara e aos esforços e iniciativas que teve tempo para procurar promover, assim como a todos os serviços municipais que, de forma empenhada, estiveram disponíveis para acudir a todas as solicitações. -----

----- Quero igualmente deixar uma palavra aos outros vinte e três Presidentes de Junta e às suas equipas, pela forma que também, empenhada e dedicada com que apoiaram as suas populações. -----

----- Por fim, quero destacar a iniciativa da Empresa Municipal EMEL, como esforço para complementar a ação de divulgação das entidades públicas com informação relevante nesta matéria. Não podemos andar preocupados com as dificuldades de fazer chegar a comunicação à população e depois fazermos politiquices com quem o procura o fazer. E se há preocupações com matérias de base de dados e privacidade, temos total confiança nas iniciativas da Comissão Nacional de Proteção de Dados pelo seu cabal esclarecimento. -----

----- Desta minha intervenção, surge a primeira pergunta para o Senhor Presidente de Câmara.-----

----- Senhor Presidente fará, sentido passar a incluir as empresas municipais numa rede de apoio à estrutura de Proteção Civil na cidade? Também sobre a EMEL tenho um conjunto de questões que queremos colocar.-----

----- A EMEL tem vários lugares na via pública, funcionando como parques diários dissuasores no interior da cidade, como sejam os casos da Rua de Campolide, Marquês de Fronteira, junto às estações de metro de Sete Rios, Laranjeiras, Alto dos Moinhos, Rui Jorge Castilho e Avenida do Colégio Militar. Onde se pergunta: Os parques diários funcionam como dissuasores ou como geradores de fluxos rodoviários desnecessários e frequentadores do automóvel privado nas deslocações pendulares agravando a qualidade de vida de quem cá vive e trabalha? -----

----- Segunda: O valor do bilhete diário e incentivador ou desmotivador ao uso do transporte individual, é que para valores de dois euros para bilhete diário na zona

verde corresponderá a, dois vírgula cinco horas num lugar de rotação da EMEL, nessa mesma zona? -----

----- Terceira: Afinal qual a política de mobilidade que a EMEL patrocina? -----

----- E por fim, Senhor Presidente, questões relacionadas, obviamente e como não podia deixar de ser, sobre a Higiene Urbana. -----

----- Em primeiro lugar, Senhor Presidente, porque se demitiu o anterior diretor municipal? -----

----- Em segundo lugar, que capacidades novas e sobretudo que objetivos é que estão colocados à nova Diretora Municipal de Higiene Urbana? -----

----- E em terceiro o lugar, por que razão não abre a Câmara Municipal de Lisboa concursos para os cargos de dirigentes há três anos? Quando é que o vai fazer e tendo em atenção que já foi publicada a própria reestruturação da Câmara? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputados Ana Mateus do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Assessores, restante Público. -----

----- Começo pela questão do Desporto. Uma vez que este assunto já tarda em muito, pretendemos saber qual o ponto de situação da Piscina da Penha de França? Para quando prevê a entrega do relatório da auditoria, já esperado desde o início de setembro? E quando prevê a entrega do memorando que o Vereador Duarte Cordeiro disse que iria enviar e até ao momento, nada foi recebido? -----

----- Também, quanto às medidas de autoproteção nas escolas da cidade que iniciativas foram tomadas? -----

----- Agora, relativamente à questão das lojas com história. Em 2015 por iniciativa municipal surgiu o programa lojas com história, a par da distinção, estão estas lojas consagradas pela aplicação de uma placa de metal identificativa, as chamadas chancela, perguntarmos: As lojas distinguida, já foram colocadas as referidas chancelas e se ainda não, para quando preveem a sua colocação? -----

----- Também, estas lojas distinguidas beneficiam de um fundo municipal para apoiar ações de divulgação e dinamização e modernização dos procedimentos empresariais e comerciais e obras requalificação. Pretendemos saber, quantas lojas com história recorreram a este fundo municipal? E quanto ao nível fiscal garante o acesso a benefícios e isenções por parte dos proprietários dos imóveis que mantenham estas lojas no seu edificado e o direito de preferência nas transmissões onerosas dos imóveis por parte dos arrendatários. Pergunta que fazemos: Têm sido compridos estes benefícios com isenções bem como o direito de preferência? -----

----- Passando ao Teatro Maria Matos. -----



----- Tomamos conhecimento de que a segunda classificada a *Yellow Star Company* não aceitou a decisão da EGEAC tendo avançado assim para o Tribunal Administrativo, por se considerar lesada pela prática ou omissão de atos administrativos. Assim e atendendo a que este processo se encontra em tribunal, pretendemos saber qual o ponto de situação e para quando preveem o reinício da programação cultural no local? -----

----- Mas, verdade é que, também, tomamos conhecimento através de um *email* recebido por um dos candidatos ao terceiro Concurso de Atribuição de Ateliês Municipais para as Artes, publicado no Boletim Municipal da Câmara a vinte e seis de abril de 2018, com o Anúncio nº 4/2018, que a Comissão de Análise, composta por cinco elementos, reuniu a três de setembro, e analisou este concurso ou seja analisou duzentas e dez candidaturas, num só dia. -----

----- Do concurso em questão, cujas as listas dos classificados foram publicadas, alguns dos candidatos não conformados com a classificação, solicitaram a consulta aos processos, de acordo com o regulamento. Sendo que, no decurso da consulta aos mesmos se aperceberam de algumas irregularidades, tais como: Não foi dada a conhecer aos candidatos qualquer fundamentação ou justificação que tenha dado origem à pontuação ou classificação dada pela Comissão de Análise, que resultasse na classificação final e respetiva publicação da lista dos candidatos selecionados. -----

----- Por isso, pretendemos saber como é que a Comissão de Análise chegou às referidas classificações e não apresentou de forma clara, rigorosa e fundamentada a respetiva pontuação, conforme critérios exigidos no Regulamento? Que sentido faz, darem oportunidade de consulta aos processos de candidatura e estarem os mesmos a branco? Onde está a ficha, o documento, o memorando, o relatório que resultou na atribuição da pontuação?-----

----- Também, o Regulamento de Ateliês entre vários critérios, como a adoção de procedimentos pautados por regras da transparência e simplicidade, constitui um instrumento de apoio aos jovens artistas em início de carreira, proporcionando condições para o desenvolvimento da sua atividade artística. A pergunta que fazemos é: Foi tido em conta o justo impulso à política cultural municipal de disponibilizar espaços de trabalho a jovens criadores previstos no Regulamento dos Ateliês Municipais para as Artes? -----

----- Pois, da pesquisa feita concluíram os lesados, segundo informação no *email* recebido, que muitos dos candidatos que beneficiam do ateliê estão no escalão etário entre cinquenta e oitenta e oito anos. Note-se que os primeiros dezanove candidatos a assinar contrato de arrendamento estão nesta faixa etária.-----

----- Também, os candidatos lesados constataram na lista de seleção aos candidatos a assinarem o contrato de arrendamento dos ateliês, que nos critérios, não foram tidos em conta os artistas que têm ateliê próprio!-----

----- Ora, se têm *ateliê* próprio, por que razão lhes foi atribuído um *ateliê* com rendas acessíveis? E artistas cujas carreiras se situam em fase de evolução e com exposições agendadas e trabalhos em produção e que utilizam diariamente os *ateliês*, por não

terem recursos, perdem os seus locais de trabalho e de apresentação das suas peças, sem qualquer alternativa ou apoios!-----

----- Esperemos que esta situação não siga o caminho do Teatro Maria Matos, pelo que tendo havido reclamação a este terceiro Concurso, que a houve, ainda vão em tempo de anular, modificar ou substituir os atos reclamados!-----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, excelentíssimos Deputados, Excelentíssimos Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Estando-se a poucos meses de se comemorarem dois anos de gestão da CARRIS, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, recorda-se que uma das promessas então feitas dizia respeito, à importante medida, desejada pela população dos nossos bairros, de implementação de vinte e uma novas carreiras de autocarro, as chamadas “carreiras de bairro”, até ao ano de 2019.-----

----- Decorridos que estão quase dois anos, verifica-se que ainda só se encontram em funcionamento cinco dessas carreiras (26-B - Parque das Nações, 29-B – Olivais, 31-B – Marvila, 32-B – Marvila e 40-B – Lumiar). -----

----- Por esse motivo, gostaríamos de saber, qual o calendário previsível para a implementação das restantes dezasseis carreiras de bairro ainda por concretizar e se até ao final do presente ano, alguma dessas carreiras será implementada?-----

----- Tendo a CARRIS contratado uma empresa de segurança para prestar colaboração nas fiscalizações que realiza dentro dos seus veículos, gostaríamos de saber se a percentagem de passageiros transportados em situação fraudulenta diminuiu após essa contratação, e qual o valor atual de passageiros transportados de forma ilegal? -----

----- A CARRIS tinha como pretensão que todos os seus veículos, estivessem em condições de fornecer *wi-fi* gratuito aos seus clientes até ao Verão de 2018. Verificando-se que essa pretensão não se concretizou, gostaríamos de saber o que faltou para que essa intenção não se concretizasse e se existe alguma data para que esse serviço seja disponibilizado? -----

----- No dia 1 de Fevereiro deste ano, foi anunciado que se iria iniciar, a título experimental, a semaforização prioritária para os autocarros das carreiras números 783 e 736, quando circulassem no eixo central, mais concretamente entre o Marquês de Pombal e Entrecampos, tendo de igual forma sido anunciado que era intenção da Câmara Municipal de Lisboa alargar, ainda este ano, o sistema de semaforização prioritária, bem como a criação de novos corredores *BUS* de alto desempenho. -----

----- Nesse sentido, gostaríamos de saber como correu a experiência da semaforização prioritária no eixo central, se ainda se encontra em funcionamento, se foi alargada a outras carreiras de autocarros que circulam no eixo central, e a que artérias da nossa cidade a Câmara Municipal de Lisboa está a pensar alargar essa experiência?-----

----- Tendo presente o aumento exponencial do uso de bicicletas por parte dos lisboetas bem como pelos inúmeros turistas que nos visitam, e que existem apenas cinco carreiras de autocarros em que é permitido o transporte de bicicletas, mais concretamente as carreiras número 708, 723, 724, 725 e 731, gostaríamos de saber o que obsta ao alargamento desse serviço?-----

----- Por fim, gostaríamos de saber, se é conhecida a percentagem de painéis informativos que se encontram inoperacionais, atenta a perceção que eu enquanto utilizador do serviço da CARRIS tenho de que há cada vez mais aparelhos destes avariados, e qual tem sido o motivo para a sua não reparação?-----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente para responder ao Grupo Municipal do PSD.”-----

----- **O Senhor Presidente de Câmara** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados quero agradecer as perguntas feitas. -----

----- E quero em primeiro lugar, agradecer, deixar pública uma palavra de agradecimento que, já fiz em privado a todos os Senhores Presidentes de Junta a todos os Departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, em particular ao Regimento Sapadores de Bombeiros, Proteção Civil, Polícia Municipal, Obras, Higiene Urbana, Espaços Verdes, Unidade de Coordenação Territorial, Departamentos Direitos Sociais, a todas as Instituições Particulares que o Empresas Municipais, EMEL a Gebalis e todas as Associações da cidade que colaboraram connosco, no fim de semana na preparação e na resposta da cidade a ameaça de furacão que tivemos.-----

----- Foi um fenómeno de extrema exigência para a cidade. Pelo prazo curtíssimo prazo de aviso que tivemos para poder montar e preparar um sistema e que ainda assim, foi possível montar com a colaboração e com a dedicação de uma vastíssima equipa que até de madrugada, tinha nos seus postos mais de 750 pessoas por toda a cidade de Lisboa.-----

----- Tivemos a sorte do nosso lado. Não aconteceu o que temíamos às seis da tarde, mas foi possível dentro das brevíssimas horas que tivemos de preparação uma resposta importante. -----

----- E é por essa razão que me permite, também, dizer que tenho assistido com uma imensa perplexidade ao absurdo deste debate sobre o envio ou não envio de mensagens pela EMEL. -----

----- Absurdo, absurdo, é ouvir responsáveis da Proteção Civil do país, dizer que não emitiram mensagens para as populações afetadas, porque o protocolo com a Comissão

Nacional de Proteção de Dados, só lhes permite enviar mensagens em caso de fogos rurais. -----

----- Deve haver aqui algum problema, porque eu não percebo, porque é que os municípios de Lisboa, os munícipes da Figueira da Foz que felizmente não foram afetados com a gravidade que foram, da Figueira da Foz que foram afetados ou de qualquer outra localidade do país. Não dispõe de instituições em todo o lado que, façam tudo o que estiver ao seu alcance para prevenir ainda por cima, quando prazo de resposta era tão curto como naquele que foi dado. E por isso, já ouvi, aliás, até um relato bizarro que a Comissão Nacional de Proteção de Dados se preparava para fazer uma notificação à Câmara. -----

----- Pois eu digo, olhe, tenho todo o gosto e, terei todo o gosto de debater com os senhores burocratas, se entenderem fazer alguma interpretação sobre a lei, nessa matéria que a venham fazer com todo o gosto, porque da próxima eu vou convidá-los para assistir à noite dentro da sala de operações, que é para depois, não se ficarem sem perceber o que é a realidade de uma cidade que se tem confrontar com a ameaça que se deve confrontar. -----

----- Como digo, com uma enorme mobilização dos seus recursos próprios, com a convicção que estávamos a fazer com os nossos recursos próprios e que depois de tudo porque, de facto, tivemos sorte, porque se chama sorte, o facto, de a partir das seis da tarde ter sido mais evidente, que o fenómeno furacão ou tempestade tropical como tecnicamente se dominava naquela fase, ter ascendido a Norte do país, não ter causado enormes estragos na cidade de Lisboa e que poderia ter sido, de facto, uma situação dramática na cidade de Lisboa -----

----- E por isso, quer reagir de forma muito clara e muito afirmativa, contra o que tenho visto de perfeito e absoluto, disparate na opinião pública e lamentar que a Comissão Nacional de Proteção de Dados, se esteja a prestar a este serviço calcinando esse debate, portanto, se quiserem notificar, notifiquem para o que entenderem que terão a resposta que verdadeiramente esse comportamento merece. -----

----- E para concluir, gostava de dizer o seguinte, agradecer a EMEL a prontidão com que disponibilizou as bases de dados que dispõe, como todas as outras empresas tem e dizer os muito claramente como Presidente da Câmara que, em qualquer circunstância análoga usaremos todas as bases de dados que tivermos em qualquer lado, para podermos e todos os meios só não fazemos sinais de fumo, porque seria contraproducente, mas quais queres que sejam necessários, estava a chover, pombos também não, com o vento podiam ir parar a outro sítio, mas quaisquer sinais e quais queres meios que sejam necessários para cumprirmos a nossa principal missão é proteger a cidade de Lisboa. -----

----- Segundo conjunto de questões sobre a questão da Mobilidade e este é um dia para nós aqui, também, na Assembleia Municipal, mostrarmos o nosso regozijo por uma importantíssima conquista que está consagrada no Orçamento de Estado por iniciativa do Governo que, é a redução dos passes na Área Metropolitana de Lisboa e na cidade de Lisboa. -----

----- O que nós sabemos o documento apresentado ontem pelo Governo e que a proposta que em tempo fizemos, foi acolhida como prioritária pelo Governo, o que se vai traduzir na redução do passe normal na cidade de Lisboa de trinta e seis para trinta euros e que se vai traduzir na redução dos passes na Área Metropolitana dos diversos valores acima, para um máximo de quarenta euros e que se vai alargar a todos os concelhos da Área Metropolitana, o passe intermodal. Esta é uma vitória da maior importância.-----

----- Esta é uma decisão que o Governo toma da maior importância que, terá o condão de vir alterar o padrão de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa que, como sabemos cada vez mais dependente do automóvel.-----

----- E é precisamente esta mudança que vai apoiar o conjunto de transformações que temos vindo a fazer na Carris. A Carris hoje aumenta, regista, aumentos de oferta na casa dos seis por cento, regista aumentos de procura na casa dos três e meio por cento e esta é uma estratégia que vai ampliar de ritmo com a chegada dos novos autocarros, que estão previstos, já estão, aliás, os protótipos, neste momento em Lisboa, mas que estão previstos três durante o mês de outubro, vinte durante o mês de novembro mais de trinta no mês de dezembro e sucessivamente, até ao mês de agosto do próximo ano com a chegada global de mais de duzentos autocarros.-----

----- Trata-se de um dos maiores investimentos de sempre da Carris, seguramente, o maior de uma só vez que é conhecido, porque representa sozinho, um terço da frota da Carris. E nesse aumento iremos dar cumprimento àquilo que está estabelecido relativamente às carreiras de bairro, que estavam calendarizadas.-----

----- É este aumento do parque de viaturas que nos vai permitir cumprir esse projeto e acho, também, que o devemos avaliar, porque, acho que da experiência que nós temos, temos experiências em que as carreiras de bairro verdadeiramente se traduziram num incentivo significativo à utilização do transporte público, porque verdadeiramente há um funcionamento do bairro, da freguesia dentro daquela dinâmica, há outras freguesias em que a vantagem, o acréscimo não é tão significativo na medida em que a organização da vida das pessoas não é tão compatível com aquelas rotas. Mas, esse trabalho vai sendo feito de avaliação e de adaptação.-----

----- Obviamente que, o Senhor Deputado Luís Newton colocou uma questão sobre a articulação dos tarifários dos parques dissuasores, é importante dizer que todos os parques que estão, neste momento a ser executados na cidade de Lisboa, por privados não resultam de concessões feitas atualmente, resultam da execução de concessões e direitos de superfícies feitos com muitos anos. Falou no caso de Sete Rios não consigo recordar, não consigo recordar a presidência, mas, provavelmente terá sido João Soares, se não foi presidência João Soares terá sido na presidência seguinte. Todos os parques privados estão nessa execução e, por isso, têm condições do ponto de vista da sua operação que vão ter que ser de adaptados ao novo modelo de gestão da cidade.-----

----- Mas a questão fundamental, é mesmo tarifário do transporte público, por pagar cento e vinte, cento e trinta ou cento e quarenta euros para se vir de Sintra para Lisboa. Não é o valor do parque à chegada, é precisamente o valor do transporte público que é o grande inibidor da utilização deste meio.-----

----- Relativamente aos parques dissuasores, feitos pela Câmara Municipal de Lisboa já no mandato passado e neste mandato, vigora uma política de uma tarifação de cinquenta cêntimos por dia, sendo possível, aliás, ela passar a gratuita, elas neste momento, está em cinquenta cêntimos por uma questão técnica, de não incentivar o depósito viaturas indesejadas, mas pode perfeitamente passar um tarifário gratuito como forma de incentivo ao estacionamento nessas zonas. -----

----- Última questão na Área da Mobilidade e antes de passaram Vice-presidente e à Vereadora Catarina Vaz Pinto, quero registar com agrado afirmação do Senhor Deputado do PSD, sobre o aumento exponencial do número de bicicletas, ainda bem que dizia isso, só lhe fica bem, aliás, primeiro reconhecer o óbvio, que é o que está a acontecer, segundo porque pode dar um muito melhor guionista para os próximos vídeos do PSD, relativamente às ciclovias e a mobilidade ciclável, pelo menos serão vídeos mais aderentes à realidade.-----

----- E que vem demonstrar um ponto muito importante que o Senhor Deputado coloca, que é o seguinte, o número de ciclistas depende da dimensão de uma rede ciclável que, permite às pessoas andarem em segurança e é isso que nós estamos apostados em fazer crescer ainda mais a rede, não como rede de lazer, mas como uma rede verdadeiramente de mobilidade que complementa oferta de transportes públicos, o transporte individual para melhorarmos as condições de mobilidade na cidade de Lisboa.-----

----- Passo agora a palavra, ao Vice-presidente e depois à Vereadora Catarina Vaz Pinto, favor.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente de Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Em relação às questões de Higiene Urbana, muitas vezes nas grandes organizações existe estes os momentos em que em conjunto, nós entendemos que há um ciclo que termina e que há outro que se tem que iniciar. -----

----- A Diretora Municipal a Doutora Filipa Penedos era Diretor de Departamento da Direção Municipal para o qual agora é responsável da mesma forma que o anterior Diretor Municipal tinha anteriormente sido Diretor de Departamento, portanto, é uma promoção natural.-----

----- Como objetivos foi determinada entre outros aspetos, no imediato, a questão da contratação de pessoal, a elaboração que vai ser apresentada em breve do Regulamento Higiene Urbana, da preparação que está a ultimar dos Contratos Interadministrativos do Turismo que financiarão as Juntas de Freguesia do centro histórico, preparação dos Contratos de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, o cumprimento do Programa Municipal de Resíduos que define metas ambientais e para os quais nesse capítulo Lisboa está a ter resultados muito positivos, portanto, estes são os objetivos concretos que foram definidos à Senhora Diretora Municipal.-----

----- No que diz respeito, às lojas com histórias, referir que já se candidataram ao fundo cerca de nove lojas, eu vou ler os nomes: Galetto, Joalheria Ferreira Marques,

Restaurante Leão de Ouro, Manuel Tavares Mercearia, Espingardaria, Palácio do Correio Velho ou seja são nove, nem eu próprio estou a conseguir ler a minha própria letra, mas são nove lojas, eu darei se quiser essa informação, o valor é mais ou menos cerca de cem mil euros, está bem!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- Ah! Peço desculpa, porque eu não me apercebi da pergunta sobre a Piscina da Penha de França. Estamos na fase final, já temos o resultado da auditoria, temos a informação que precisávamos, estamos a conversar com o empreiteiro, conversaremos, pensou eu na próxima semana com o clube. Do resultado desta conversa poderão resultar duas possíveis decisões, conforme sempre foi dito ou levar a reunião de Câmara, modificação objetiva de contratos no pressuposto que todas as partes têm condições para terminar a obra. Ou dois, rescisão do contrato e abertura da empreitada urgente para terminarem, de todo o modo a Junta de Freguesia esta informada sobre o assunto, já tivemos a reunião explicar.-----

----- Eu volto a dizer, estamos na fase final em que já temos resultado auditoria e estamos a conversar, quer com o empreiteiro, quer com o dono da obras que neste caso é o clube.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, a todas e a todos.-----

----- Em relação à questão colocada sobre o concurso Teatro Maria Matos, a EGEAC já contestou, apresentou contestação na ação interposta pela *Yellow Star Company* que foi a entidade que ficou classificada em segundo lugar, portanto, estamos a aguardar o resultado de decisão judicial, uma vez que, também, é um procedimento urgente, portanto, contamos ter uma decisão para breve.-----

----- Em relação à questão dos Ateliês Municipais, portanto, o Regulamento para a atribuição dos *Ateliers* Municipais é um concurso que já vai nestes moldes na sua segunda edição. O programa estabelece três critérios para as cedências de *Ateliês*, o mérito do candidato aferido pelo currículo, a qualidade e singularidade do projeto e a adequação do candidato e do projeto artístico aos objetivos do concurso e foi com base nestes três critérios que o júri que elaborou, ordenou, as candidaturas.-----

----- Devo dizer que o júri é constituído por duas pessoas do universo da Câmara, neste caso o Diretor Municipal de Cultura e a responsável pelas Galerias Municipais e tem três membros extremos, sendo que um é indicado pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, um pela Academia Nacional de Belas Artes e um terceiro que é neste caso foi uma decoradora independente.-----

----- Todos os elementos do júri são bastante conhecedores, são pessoas do meio, conhecedores dos vários artistas e dos vários projetos a concurso, portanto, neste momento, estamos precisamente na fase de resposta às reclamações, que julgo que será recebida em breve.-----

----- Devo dizer que, neste contexto há dois aspetos específicos relativos ao contexto deste concurso, por um lado que é como os artistas, tais como toda a classe média

lisboeta, neste momento, muitos deles que tinham *ateliês* deixaram de pagar as rendas que pagavam, que estão obrigados e, portanto, daí, também, uma afluência bastante garante a este concurso. Inclusive de artistas já com um percurso de carreira relativamente consolidado, que na verdade, também, não tem meios para suportar rendas muito elevadas e, por outro lado, continua a haver nos Coruchéus um conjunto de artistas já com um percurso, já bastante estabelecido e com alguma idade e que, enfim, que já estão há bastante anos naquele espaço e, portanto, relativamente aos quais também, enfim, que foi dado um olhar especial.-----

----- De qualquer forma, há muitos novos artistas que, também, estão a ser incluídos e, portanto, há sempre estes equilíbrios que é preciso fazer e espero que, em breve as poucas questões relativas a conteúdos próprios ditos, a avaliação de critérios artísticos possam ser diminuídas. A maior parte das reclamações teve a ver com procedimentos administrativos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora-----

----- Terminamos assim as intervenções do PSD-----

----- Vamos dar início as intervenções.-----

----- Peço desculpa a Senhora Deputada Ana Mateus queria usar da palavra para?-----

----- Microfone a Senhora Deputada Ana Mateus.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas:-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora, Senhor Vereador, também.-----

----- É assim, uma das perguntas que eu gostava de ver respondida, é exatamente a fundamentação para terem levado à classificação de acordo com os critérios que me disse.-----

----- Segundo aquilo que me constou, como é óbvio, não vi, mas que me chegou a informação, é que os candidatos ao se verem confrontados com os projetos de candidatura, para verem as avaliações que foram dadas, para terem chegado àquela classificação, não têm lá nada ou seja, a pergunta que eu faço é: Como é que é possível, eu ir querer consultar um caderno de candidatura para ver porque é que foi dada aquela pontuação e não está lá nada? E a pergunta é esta, até porque foi muito estranho, duzentas e dez candidaturas terem ser analisadas num só dia. Fizeram a estimativa que praticamente a Comissão de análise, teria gasto três minutos e vinte e cinco segundos, salvo erro, por cada candidato e estamos a falar de projetos que importa *portfolio*, importam uma quantidade de páginas, currículos, etc...-----

----- Aquela pergunta que mais me preocupa e é essa que eu queria ver respondida: É como é que se chegue a uma classificação e confrontado com os cadernos, com os cadernos da candidatura não está lá nenhuma pontuação, como é que se chega àquela classificação? É só, se pudesse responder, agradecia.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta às perguntas colocadas:-----



----- “Eu não conheço o concurso em detalhe, nem tomei conhecimento do que o júri faz. -----

----- De acordo com o Regulamento dá uma pontuação, é evidente que os júris quando vão para uma reunião já fizeram o trabalho de casa e, portanto, não vou estar todos a analisar coletivamente durante a reunião do júri, todos os projetos um por um, portanto, cada um dos júris, normalmente é assim que se faz, nos vários júris. -----

----- Portanto, tal como foi feito este concurso e como foi feito o anterior, foi assim que foi feito, disse apenas uma pontuação, que eu saiba. -----

----- Portanto, está lá exatamente dita a pontuação ou não! Não sei! Julgo que deveria estar! Se não está, isso é o objeto de reclamação e júri terá que responder se não está a cumprir o critério.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora.” -----

----- Terminou então as respostas ao PSD. -----

----- Vamos dar início às intervenções do Bloco de Esquerda, Senhora Segunda Secretária.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Rita Calvário, Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Calvário (BE)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, a Senhoras e Senhores Vereadores, saudar também o Público aqui presente. -----

----- E muito em especial as intervenções que tivemos aqui hoje, no que diz respeito à habitação, muito em especial à Rita Vieira, à Filipa Mascate, à Vanessa Godinho que nos trouxeram aqui exemplos numa situação dramática que se vive na cidade de Lisboa e de tantas pessoas e muito em especial de mulheres com crianças pequenas a cargo que, estão em risco de despejo ou mesmo já enfrentaram situações de despejo que não conseguem encontrar alternativa de habitação no mercado e que se veem barradas pelos próprios regulamentos no acesso à habitação municipal. -----

----- E é precisamente, na área do Património e da Habitação Municipal que gostaria de colocar as primeiras questões. -----

----- As histórias que hoje aqui ouvimos mostram que a situação dos bairros municipais tem que ser urgentemente revista, do nosso ponto de vista, não podem continuar a existir despejos quando não há qualquer alternativa de habitação e muito menos quando não há qualquer acompanhamento do ponto de vista social, a estas pessoas que, de facto, estão a viver situações muito complicadas nas suas vidas. -----

----- E, também, não se pode continuar com um Regulamento que não responde com eficácia às necessidades e tão pouco com habitações vazias, quando há tanta gente a necessitar de habitação. -----

----- Nós sabemos que os processos são lentos, há estas casas vazias há anos e, por isso mesmo o desespero das famílias aumenta. E gostaríamos então de perguntar ao executivo que soluções estão pensadas para responder a todos estes problemas no curto prazo, mas também sabemos que há falta de oferta de habitação municipal. -----

----- Sabemos, também, que existe no património disperso do município, várias casas devolutas, várias casas vazias. Gostaríamos de saber qual é o número destes imóveis e frações que se encontram devolutas e que integram o património municipal e, também, saber quando é que este volume de edificado pode ser resgatado para a oferta pública de habitação municipal. -----

----- Sabemos, também, conhecemos bem o caso, também, dos edifícios, dos imóveis, as frações da fidelidade e que há bem pouco tempo, foram vendidos a fundos imobiliários e empresas com sede em *offshores*. Estamos a falar na cidade de Lisboa com mil e quinhentas frações, estamos a falar por isso de um número significativo de pessoas e de famílias, que algumas já começaram a receber cartas de despejo e outras prevê-se que irão receber estas cartas ao longo dos próximos anos e, portanto, isto vai representar um ponto de pressão a nível do problema habitacional. -----

----- Gostaríamos de saber, portanto, que perspectivas é que a Câmara Municipal dá a estas pessoas? Que tipo de resposta é que estão previstas para as famílias e pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade e dificuldade de encontrar alternativas de habitação, que se vão ver ameaçadas de despejo e terem que sair das suas casas. -----

----- Depois gostaria também de colocar algumas questões a nível do Urbanismo, relativamente ao miradouro ou espaço público do Adamastor, portanto, houve em reunião de Câmara Municipal aprovada uma deliberação para a reabertura deste espaço, no entanto, verificámos que esta reabertura ainda não foi realizada. -----

----- Também, não sabemos qual é o calendário previsto para a intervenção e que intervenção neste espaço é que está a ser pensada pelo município e, por isso, gostaríamos de saber, quando vai ser este espaço reaberto? Qual é o calendário previsto para a intervenção? E que tipo de intervenção vai ser realizada? -----

----- Quanto à situação da Rua dos Lagares 25. É uma situação que teve bastantes avanços para a resolução da situação destas moradoras, no entanto, têm sido denunciadas situações, inclusivamente aqui na Assembleia Municipal, de que as obras necessárias neste edifício, não estão a decorrer nos prazos previstos e acordados com o senhorio e muito menos com uma intervenção de qualidade e, portanto, gostaríamos de saber precisamente, como é que está o município a acompanhar esta situação e para garantir, de facto, que estas obras ocorram dentro dos prazos previstos. -----

----- E, por fim na área da mobilidade, as bicicletas “Gira”, este é um programa que tem tido uma grande adesão por parte dos lisboetas, no entanto, também tem subido o número de queixas quer pela escassez número de bicicletas quer por várias falhas e avarias que têm sido reportadas. -----

----- Ainda não conseguimos perceber exatamente, o que está a falhar neste programa e que partes do contrato que foi assinado com a empresa responsável pelo programa, que partes do contrato é que não estão a ser cumpridas e tendo em conta que este é um programa que, ainda está no início da sua implementação de um contrato de nove

anos, como se vai garantir que, de facto, se possam resolver estes problemas e que o programa possa, de facto, avançar conforme está estipulado para garantir que há bicicletas suficientes e que tudo funciona sem dificuldades. Gostaríamos, também, se possível de ter acesso aos relatórios mensais que estão estipulados no próprio contrato com esta empresa e que não estão disponíveis publicamente.-----

---- Muito obrigada.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

---- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

---- “Senhora Deputada Isabel Pires, Bloco de Esquerda.”-----

---- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas:-----

---- “Obrigado, Senhor Presidente.-----

---- Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público presente. --

---- Mais algumas questões que foram também já remetidas previamente. A primeira tem a ver com o PREVPAP, processo de integração de precários, neste caso no município de Lisboa e as questões que aqui gostaríamos de colocar prendem-se com o andamento esse mesmo processo.-----

----- De sessões anteriores, percebeu-se que ele estaria já em andamento, tal como muitas outras câmaras do país, no entanto, também se percebe que existem ritmos diferentes de integração nos vários municípios e até em alguns sítios com utilização de critérios ligeiramente diferentes, para aplicação deste processo.-----

---- Em agosto deste ano, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, questionou por escrito todos os municípios do país, sendo que da parte do município de Lisboa, ainda não obteve resposta e, portanto, aquilo que gostaríamos perceber é, neste momento, quantos precários e precárias foram até agora incluídas no processo? Quantos é que já estarão integrados nos quadros? Quantos é que foram excluídos e porquê?-----

----- Relativamente a outra questão, tem a ver com a concessão de espaços e já anteriormente, o Bloco de Esquerda aqui trouxe esta questão e tem a ver com os esclarecimentos que, neste momento se prendem com a concessão do espaço em Monsanto, nomeadamente a Casa do Presidente, o Moinho do Penedo, a Quinta da Pimenta Pimenteira neste o conjunto são de cinquenta e três mil metros quadrados e duas casas de função dos guardas florestais, supostamente para a instalação de equipamentos hoteleiros e restauração e, portanto, perguntar qual é o processo desta concessão destes espaços?-----

---- Relativamente à mobilidade e falando da Carris. Sabemos e temos ouvido também em Comissão, várias vezes o Vereador da Mobilidade, relativamente, à situação da Carris, já foi anunciado a vinte e nove de setembro que já estariam nas oficinas da Carris, os novos autocarros e, portanto, perguntar quando é que eles começaram a circular?-----

----- E sobre a entrada de novos trabalhadores na Carris, perguntar como estão os concursos e quando se prevê um novo reforço destes trabalhadores? Sendo que aqui dentro da área laboral na Carris, aproveitar para questionar o executivo sobre críticas recentes que vieram a partir da FECTRANS e também da STRUP sobre o processo negocial do acordo de empresa, nomeadamente sobre as tentativas cortar a liberdade sindical discriminando desta forma sócios do STRUP e perceber em que ponto é que estão as negociações com o sindicato? -----

----- Noutra questão, relativamente ao processo de descentralização. É um dos processos políticos com maior relevância para os municípios nos próximos anos que representa o novo acordo de regime entre PS e PSD que o Bloco de Esquerda tem criticado, por várias razões mas, acima de tudo, porque se trata sim de mais um processo de municipalização do que propriamente de um processo descentralização ficando vertente democrática, muito aquém daquilo que seria aconselhável e a perguntar nesta sessão de perguntas à Câmara: Como é que a Câmara, neste momento, vê o processo que análise faz dos diplomas já aprovados e que consequência é que prevê que terá na prática para o Município de Lisboa. -----

----- Em último lugar. Duas questões que também remetemos por escrito para esta sessão tem a ver em primeiro lugar com a intervenção no Jardim do Arco do Cego, tem sido reportados problemas neste Jardim, depois de meses de obras e do Jardim encerrado e que é indicado que a intervenção em causa não teve os resultados que eram pretendidos, contínua sem bancos, foram retirados os tradicionais de madeira colocados bancos de pedra, que causa algum desconforto, continua com bastante lixo por falta de limpeza regular e o parque para cães, não é suficiente para o número de pessoas que lá vai e, portanto, perceber em que ponto é que está isto? -----

----- E uma última questão. Senhor Presidente sobre o ponto de situação da expansão da Casa dos Animais e do novo equipamento para tratamento e esterilização dos animais. -----

----- E também sobre a recolha de lixo e especialmente arvoredos cortados sobre esta matéria, também, nos tem chegado alguns reportes de que em várias freguesias há acumulação recorrente nos passeios, obstruindo passagens e atraindo também a animais que põe em causa a saúde pública e, portanto, perguntar se existe alguma previsão de reforço para resolver esta situação? -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhor presidente da Câmara para responder.” -----

----- **O Senhor Presidente de Câmara** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, para responder eu passo a palavra a Vereadora Paula Marques, o Vereador João Paulo Saraiva e ao Vice-presidente Duarte Cordeiro.” -----

----- **A Senhora Vereadora, Paula Marques**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente, boa tarde a todas e a todas, Senhora Deputada, Senhores Deputados e Senhora Deputada do Bloco de Esquerda.-----

----- A Câmara tem feito porventura nos últimos anos, esta Câmara e anterior, tem feito nos últimos anos a maior intervenção de reabilitação do património municipal, que alguma vez foi feita.-----

----- Durante muitos anos, não houve nem reabilitação dos bairros municipais, nem reabilitação de património disperso, nem o investimento que a Câmara tem feito e quando eu falo em investimento não falo só em investimentos financeiros, falo de meios e de energia, para por nos à disposição das famílias o património municipal e responder com os instrumentos que o município tem, à questão do direito à habitação.-

----- A reabilitação integrada dos bairros municipais que abrange as mais de vinte e cinco mil famílias que vivem em habitação municipal da cidade de Lisboa, a mobilização do património disperso para o concurso de habitar o centro histórico que permite àquelas famílias, ficarem a viver no centro histórico em habitação pública, sendo que se não fosse esse concurso estariam, neste momento fora do centro histórico e fora da cidade de Lisboa.-----

----- O investimento que a Câmara tem feito através do Programa de Arrendamento Acessível, seja ele através do PRA (Programa de Rendamentos Acessíveis) Concessões, seja do PRA Público na mobilização de terrenos, edifícios para produzir mais habitação pública, estamos todos de acordo numa coisa, o que é necessário essencialmente é mais habitação pública.-----

----- A reabilitação dos fogos que estão neste momento em curso para podermos afetar as famílias, a estas que aqui estão, e a outras que estão em processo de atribuição de casa. E tudo isto tem sido um esforço que há muitos anos não era feito na cidade de Lisboa e, portanto, a metodologia que a Câmara tem alterado para as obras serem mais rápidas para afetação das casas às famílias, de maneira a que as famílias possam acompanhar as obras, tendo em consideração e tendo a preocupação com a Rita, mas também com Andreia que precisa de ocupar a casa que lhe foi atribuída e que não consegue porque não conseguimos entrar em obras por razões várias, nomeadamente por situações de ocupação.-----

----- Mas preocupamo-nos com Rita, também, e com a Joana e com a Susana que tinha a sua situação de habitação não regular e que está regular. As situações são muito diferentes e ninguém põe em causa a necessidade de habitação na cidade de Lisboa.-----

----- Agora, o que nós sabemos é que para podermos responder de forma igual a toda gente, temos que perceber o que é que se passa com cada uma das famílias e não é verdade e não é verdade que não se faça acompanhamento as famílias.-----

----- Neste momento, a Gebalis, a Câmara Municipal Lisboa e a Polícia Municipal fazem uma ida à casa das pessoas para perceber qual é a situação, o que é que pretendem, qual é a situação da família até do ponto de vista da vulnerabilidade social e, eu tenho a certeza absoluta que passaremos a contar com os Direitos Sociais no apoio, tenho a certeza absoluta que daqui para a frente contaremos com os Direitos

Sociais e com a Segurança Social e com a Santa Casa da Misericórdia, para maior apoio, para maior apoio das nossas famílias. -----

----- Mas, também, sabemos, mas, também, sabemos, ao conversar com estas famílias, com as famílias que estão em cima, com outras famílias que as situações são muito diversas e procuramos responder dentro daquilo que é equidade e justiça para toda gente. Se precisamos de fazer mais...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Vereadora, eu peço desculpa! -----

----- Senhores Municípios, eu agradecia que não interrompessem, eu compreendo, eu já vos expliquei, eu compreendo que são situações dramáticas a que nós assistimos, mas era importante que os senhores ouvissem a Senhora Vereadora e que nos deixassem também ouvir a Senhora Vereadora, portanto, por favor, deixem-nos ouvir.

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora, Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se precisamos de fazer mais. Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício.---

----- Se precisamos de fazer mais com certeza que precisamos, todos. -----

----- Precisamos de fazer a alteração que é necessário fazer neste momento, o mais rapidamente possível, para que este mercado que não existe de arrendamento e para a desregulação do mercado deixe de ser desregulação e passámos a ter mercado regulado. -----

----- Passámos a ter mais investimento na habitação pública, que as Câmaras tenham mais condições para fazer mais habitação pública, precisamos disto tudo e, eu tenho a certeza absoluta que todos os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas que aqui estão presentes que, têm responsabilidade na Assembleia da República se juntaram aos municípios para o fazer. -----

----- No entanto, trabalharemos com estas famílias e com as outras famílias para encontramos soluções e muitas vezes e, muitas vezes sabemos de situação muito sensível de cada uma destas famílias e procurámos alternativas. -----

----- Às vezes as respostas que as pessoas querem ou as respostas que dizem às pessoas ou que as pessoas vão ter, podem não ser exatamente as respostas que nós conseguimos dar, mas são respostas que são dadas. -----

----- E custa-me muito e custa-me muito que, muitas vezes haja possibilidades de termos alternativas para que não tenha-se que chegar a uma situação extrema e que essas alternativas, ainda que provisórias não sejam aceites pelas famílias, muitas vezes não por vontade das famílias, mas por aconselhamentos de terceiros. -----

----- E eu tenho a certeza absoluta que estamos todos a concorrer para o mesmo fim e, portanto, preocupação com esta e outras famílias, percebendo cada um dos casos, como temos estado a fazer e, como ainda há bocadinho lá fora estive a fazer com algumas destas famílias e com outras famílias que não ocupam e tem situação idêntica, nós vamos continuar a fazer. -----

----- Agora há uma coisa que eu sei que as famílias, eventualmente, gostariam de ouvir aqui hoje da minha parte, que era: a regularização de todas as ocupações. Isso é uma coisa que frontalmente já disse individualmente a cada uma e digo aqui hoje, isso é uma coisa que nós não vamos fazer. -----

----- Vamos ver cada uma das situações e vemos que resolução elas podem ter, mas pedir-nos à Câmara ou a Assembleia para fazer a regularização de todas as ocupações, isso não é possível, isso não vai acontecer, é frontalmente que digo isto. E é com toda a consideração e, nem é justo, e é com toda a consideração por todas estas famílias e por outras famílias que faço.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, agora para usar da palavra, Senhor Presidente, próximo Vereador, seria?” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- A mim cabe-me responder às questões relacionadas com o PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública) e com a Mobilidade e Transportes. -----

----- Sobre o PREVPAP, como sabem o Município havia duas metodologias possíveis, uma mais participada pelos sindicatos, a outra menos, nós adotámos a mais participada pelos sindicatos, com as Comissões Arbitrais Bipartidas, entre a Câmara Municipal de Lisboa e os sindicatos. E, elas já terminaram o seu trabalho, na primeira fase de análise dos duzentos e dezassete requerimentos, foram apresentados à Câmara, realizaram doze reuniões e já emitiram cento e cinquenta e oito pareceres favoráveis e vinte e cinco a tempo parcial e, portanto, favoráveis na totalidade e outros, a tempo parcial e estão agora na fase de audiência de interessados com todos aqueles a quem o parecer foi desfavorável. -----

----- Nessa fase todos vão poder apresentar os seus contra argumentos relativamente aos pareceres emitidos, de seguida CAB (Comissão Avaliação Bipartida) apresentará à Câmara as suas conclusões e a Câmara decidirá. -----

----- Ainda, o processo não termina aqui, como os que conhecem a lei sabem, haverá de seguida a abertura de concursos para que cada uma destas pessoas que tiveram parecer favorável e que a Câmara vote favoravelmente, serem integradas definitivamente na administração pública. -----

----- Eu estimo que este processo, se tudo correr, dentro da normalidade que, esteja terminado no final do primeiro trimestre, é preciso um grande esforço, temos muitas coisas para fazemos mas, vamos tentar que, assim seja. -----

----- Quando a Mobilidade e nomeadamente as questões relacionadas com a “GIRA”. A “Gira” tem neste momento alguns problemas, alguns problemas que são causados pelo próprio sucesso, e por a negação de todos aqueles que diziam que, não era possível andar de bicicleta em Lisboa, qualquer sistema seria um insucesso garantido

à partida. Pois como acontece muitas vezes, essas pessoas não tinham razão, esses grupos não tinham razão, isso mesmo traz algumas dificuldades ao próprio sistema. ----

----- E, portanto, o que está acontecer, neste momento é que, em face deste sucesso algumas dificuldades, algumas dificuldades da própria gestão do contrato, mas está a ser feito um esforço conjunto entre a empresa EMEL e a empresa que ganhou a concessão, para que estas situações sejam ultrapassadas, o mais rapidamente possível se conclua todo o processo de implementação quer de docas, quer de disponibilização de todas as bicicletas de forma a minimizar estes impactos dos utilizadores. -----

----- Também, foi possível, está em fase de ajustamento, uma condição especial de tarifário. Estas condições especiais de tarifário vão manter-se até dia trinta e um de dezembro de 2018 e, portanto, de forma a podermos também de alguma forma, ajustar o processo sem prejuízo para os utilizadores.-----

----- Uma penúltima questão, quanto aos autocarros e à CARRIS, o Presidente já respondeu na resposta anterior com grande detalhe.-----

----- Quanto a admissão de novos trabalhadores na Carris, o objetivo inicial era admissão de duzentos e vinte novos motoristas, já foram admitidos cento e quarenta e sete, dez técnicos oficinais já foram emitidos cinco, vinte técnicos superiores já foram emitidos catorze e até ao final de 2018 é expectável que se chega aos duzentos tripulantes, aos dez trabalhadores oficinais e aos dezoito técnicos superiores. Apetrechando assim, invertendo completamente o ciclo de admissão de novos trabalhadores na Carris, dotando a Carris de uma nova geração e de uma geração ainda mais fortemente capacitada para prestar o melhor serviço público que é assim que todos desejamos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, se me permitir tomar a palavra para completar as respostas que ficaram ainda por responder.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro, lugar referir no que diz respeito às questões relacionadas com a Casa dos Animais, referir que o projeto está em curso e que, em princípio será entregue em Novembro. No que diz respeito à questão do equipamento para esterilização não compreendemos bem a questão. Nós em 2018 à data estamos com um crescimento no número de esterilizações quer de cães quer de gatos e obviamente estamos a cumprir com o nosso papel, sem qualquer questão. Se, obviamente houver um crescimento muito significativo ai sim, precisaremos de um reforço.-----

----- Neste momento, estamos com oitenta e quatro por cento, daquilo que era o número de esterilizações de cães e noventa e oito por cento de gatos.-----



----- Temos um programa com muito sucesso, com cerca de oitocentas colónias na cidade, a serem cuidadas. -----

----- Claro, que temos objetivos de expansão da nossa capacidade, essencialmente, é para isso que serve a expansão da Casa dos Animais e União Zoófila. -----

----- No que diz respeito à recolha do lixo, na parte do lixo verde, a situação está a ser normalizada nós acreditamos que, até ao final desta semana, fique completamente normalizada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, terminamos assim as intervenções do Bloco de Esquerda. -----

----- Vamos dar início às intervenções do PAN.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavras, a Senhora Deputada, Inês Sousa Real.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssima Senhores Secretários, Excelentíssimo e Excelentíssima Senhores Vereadores, Excelentíssimo e Excelentíssima Colegas Deputadas e Deputados, restante Público na plateia e Comunicação Social. -----

----- Antes de mais, permitam-me que acompanhe, obviamente e louvar a atuação preventiva que Lisboa teve em relação ao furacão “*Leslie*”, pois é, de facto essencial que tínhamos uma maior cultura de prevenção e segurança da nossa cidade e, portanto, o PAN vem reconhecer que ando bem a autarquia, pecou por excesso e não por defeito, porque, de facto, é assim que devemos atuar quando está em causa a segurança de todos e todas nós, na nossa cidade. -----

----- Em relação às perguntas que temos aqui a colocar à Câmara Municipal começaria pela questão do turismo, pelo tema do turismo, pois, de facto, no passado dia vinte de março, esta Assembleia Municipal aprovou uma Recomendação proposta pelo Grupo Municipal do PAN no sentido da autarquia elaborar um estudo sobre a capacidade de carga turística de Lisboa, precisamente pelo aumento da pressão sentida em diversos setores da vida quotidiana da cidade. -----

----- Importa assim agora saber, qual o ponto de situação da realização deste estudo? Se já se encontra em execução ou se não, qual a previsão para o mesmo, atendendo à importância que ele tem para as diferentes áreas que vamos ter que abordar em relação a esta temática? -----

----- Quanto a um segundo tema, a habitação. Tendo em conta precisamente os preços da habitação em Lisboa e o facto de muitos agregados recorrerem à autarquia para tentarem encontrar uma solução que consigam suportar financeiramente, voltamos a perguntar o que já foi questionado em julho, mas que não foi respondido, que tem a ver com a necessidade de um levantamento do parque habitacional municipal, da sua ocupação, estado de conservação, falta de cumprimento das obrigações, dados de

procura de habitação no município e do tipo de agregados e também os rendimentos que a procuram?-----

----- Queríamos também saber, quantas habitações há municipais para pessoas vítimas de violência doméstica e qual a taxa e tipologia de ocupação das mesmas e quantos agregados se encontram à espera da sua atribuição? -----

----- Uma terceira questão tinha a ver com o Campo Pequeno e dos direitos de superfície que foram cedidos quer à Casa Pia de Lisboa, quer a Sociedade de Renovação Urbana do Campo Pequeno. Recebemos hoje uma resposta às quinze e trinta, que agradecemos, obviamente, mas tendo em conta o tempo que nos chegou ainda não nos foi possível observar em profundidade a resposta que foi remetida.-----

----- No entanto, apesar de ter sido enviado o contrato relativamente a cedência do direito de superfície em subsolo, continuam algumas questões aqui por responder. -----

----- Desde logo, se a Câmara pondera visitar a manutenção dos contratos, referente à cedência destes dois direitos de superfície, quer do parque de estacionamento, quanto tanta falta faz precisamente em Lisboa lugares para estacionar, quer em relação à Praça de Touros, sobretudo quando a Sociedade Renovação do Campo Pequeno está falida em processo de dissolução e liquidação e, portanto, numa situação jurídica no mínimo pouco clara. -----

----- Uma outra questão também que se impunha era saber se, de facto, o envio, ter o envio, portanto, do contrato celebrado entre a Câmara Municipal e Casa Pia de Lisboa relativamente à cedência do direito de superfície onde está construída a Praça de touros para saber se, de facto, decorre ou não desse contrato a imposição das corridas de touros. -----

----- Em relação depois, a um outro tema que aqui nos traz, relativo ao Regulamento do Bem-Estar Animal. A vinte e um de novembro de 2017, o Grupo Municipal do PAN propôs a esta Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal criasse um grupo de trabalho multidisciplinar para elaborar este Regulamento.-----

----- Esta Recomendação foi contudo, rejeitada com os votos contra do Partido Socialista de seis Deputados Independentes apesar de ter os votos a favor do PSD, PCP, CDS, BE, PAN, PPM, e a abstenção do MPT e dois Independentes. -----

----- De acordo com as declarações prestadas pelo Excelentíssimo Vereador Duarte Cordeiro estaria a ser preparado um Regulamento de Bem-Estar Animal, no entanto, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, o início do procedimento deve ser divulgado, na internet, no sítio institucional da entidade pública com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, designadamente da forma como se processa a Constituição como interessados, apresentação de atributos para a sua elaboração, do mesmo modo pela respetiva natureza o projeto regulamento deve também ser submetida, em prazo razoável não inferior a trinta dias a audiência de interessados que tenham interesse em se constituir no procedimento. -----

----- Assim gostaríamos de saber, para quando a elaboração deste Regulamento ou se, pelo menos para quando o início do procedimento conducente à respetiva elaboração e se já se encontra em procedimento a audiência de interessados. -----

----- Um outro tema que trazemos aqui hoje é o espaço onde foi instalado o *Rock in Rio Lisboa* no Parque da Bela Vista com o apoio institucional da Câmara Municipal, no passado mês de junho do corrente ano, em que o Parque Norte ficou fechado e com circulação interdita, obviamente que louvamos a receção de um espetáculo desta natureza na cidade de Lisboa, no entanto, verificámos que houve um tempo excessivo em que este parque esteve fechado e que pusesse ser usufruído pela restante população, de facto, trata-se de uma iniciativa privada não nos podemos esquecer que o bilhete custa sessenta e nove euros por dia, pelo que não é um espetáculo acessível a todos e a todas. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente tem feito uma grande divulgação em torno de Lisboa ser uma “Capital Verde Europeia em 2020” e “Capital do Desporto em 2021” o que louvamos, obviamente, no entanto, quem reside ou visita a cidade de Lisboa, vem este espaço verde, veado e os circuitos de corrida e bicicletas cortados em prol de iniciativas privadas. -----

----- Isto aconteceu precisamente e coincidiu com o período de férias e também tivemos o melhor clima, portanto e que as pessoas não puderam usufruir deste espaço.

----- Tendo em conta que o executivo concretiza não é coerente com o que apregoa o Grupo Municipal do PAN, vem assim solicitar informação relativamente ao seguinte: Em que data foi o Parque da Bela Vista encerrado para o início dos trabalhos do *Rock in Rio*? -----

----- Quando é que foi libertado as instalações e novamente devolvidas à sua comunidade para que possam usufruir deste espaço? -----

----- Qual o prazo que foi dado à organização para efeitos de montagem e desmontagem das instalações? -----

----- Se foi cumprido ou se houve sanções decorrentes desse incumprimento? -----

----- Se houve fiscalização e foram verificadas as condições de limpeza total da área, nomeadamente ao nível da recuperação das estruturas verdes que possam ter sido danificadas e também, obviamente, com a remoção das estruturas inerentes ao eventos? -----

----- Se houve, também, esta fiscalização e se existem relatórios da mesma que possam ser disponibilizados? -----

----- Por fim, mas já mais por último, uma questão em relação à Mobilidade. De facto, a mobilidade afeta diariamente todos os que vivem nesta cidade, decorreram obras recentemente em diversas áreas da cidade e foi gasto dinheiro nesse mesmo investimento. No entanto, existem já muitos pavimentos que estão degradados, nomeadamente em áreas pedonais e é certo que esta degradação surge na sua maioria no seguimento de uma má utilização estacionamento abusivo em passadeiras licenciamentos que são propícias esta degradação, como feiras, descargas, entre outros. -----

----- Assim importa informar, se têm sido feitas alterações aos projetos no sentido de existirem opções que não facilitam a má utilização dos passeios? -----

----- Se tem sido acautelada em fase de projeto e lançamento da empreitada o reforço dos pavimentos de forma a aumentar a capacidade de resistência destas áreas, nas áreas pedonais?-----

----- Se existe algum caso concluído de processo de contraordenação com pedido e ressarcimento a autarquia por danos causados na via pública, nomeadamente em locais incorretos como sejam os passeios?-----

----- Agradecemos a prestação de informação ao solicitado.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Senhor Presidente para responder ao PAN, por favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---

----- “Senhor Presidente, eu vou pedir ao Vice-Presidente, a Vereadora Paula Marques, ao Vereador José Sá Fernandes e ao Vereador Manuel Salgado para respostas breves e ao Vereador Manuel Grilo.-----

----- Relativamente, à questão colocada sobre o turismo, eu acho que uma parte importante do tema, nomeadamente, na parte relacionada com a questão habitacional e de alojamento local será discutida muito em breve nesta Assembleia com o relatório que apresentaremos.-----

----- Senhor Vice-Presidente por favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Muito rapidamente só para referir que foi combinado que a Senhora Provedora do Bem-Estar Animal que nos propusesse uma proposta de Regulamento Municipal que está em fase final de conclusão, assim que estiver concluído, seguirá aquilo que são os procedimentos normais de Regulamentos Municipais que a Senhora Deputada tão bem nos descreveu.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora, Paula Marques**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- ”Obrigada Senhor Presidente.-----

----- Senhora Deputada Inês de Sousa Real, há três questões que me põe que são dados muito concretos e na altura quando fez a pergunta em julho remeti a informação para aquilo que é público, que são os concursos de habitação da Câmara Municipal de Lisboa mas, acho que mais fácil do que eu estar lhe aqui a dizer é enviar-lhe o estudo que nós temos do perfil, quer da renda convencionada, quer da renda apoiada, de cada um dos concursos da renda condicionada.-----

----- Mas daquilo que são os nossos concidadãos que concorrem à habitação, porque são bastante diferentes a característica socioeconómicas e a situação quer num concurso, quer noutros, um é mais classe média, média baixa e outros são pessoas em situação de maior vulnerabilidade.-----

----- Quanto à questão do levantamento do património, tudo aquilo que é intervenção por parte da Câmara nos bairros municipais, é através de Contrato-programa e que vem à Assembleia Municipal para discussão e aprovação e, portanto, o resultado desse Contrato-programa é, exatamente isso, é análise do edificado e processo de intervenção e proposta de intervenção que, é vertida no Contrato-programa, um está a correr e o outro correrá, agora que foi aprovado, correrá durante os próximos dois anos.-----

----- Mas, essa é o trabalho que nós fazemos permanentemente, isto é, avaliação do património e necessidades de intervenção, daí termos feito a Proposta de vinte e um bairros a correr e mais dez que entram agora em reabilitação.-----

----- Sobre a questão das pessoas dos fogos afetos às pessoas de violência doméstica, a Câmara Municipal Lisboa tem um programa, que é uma parceria entre a habitação e os direitos sociais, já há bastante tempo e que tem a ver com a afetação neste momento, de dezoito fogos, três organizações que são parceiras da Câmara e que são casas, aquilo que se chama “casas de autonomização pessoas vítimas de violência doméstica”. E são através destes três parceiros a AMCV (Associação de Mulheres contra a Violência), UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vitima) que nós fazemos, no fundo a relação e a discriminação positiva de pessoas vítimas de violência doméstica.-----

---- Neste momento, são dezoito fogos, há a Proposta minha e do Senhor Manuel Grilo para que se alargue este número de fogos de dezoito para vinte e quatro, eventualmente equacionar mais e que são direcionados a pessoas vítimas de violência doméstica e volto a dizer, processo de autonomização.-----

----- O pormenor de como é que o programa funciona, entenderá a Senhora Deputada que é restrito à matéria em si, portanto, já tinha dito isso em julho. É público o programa não é público a forma como as pessoas ingressam nas nossas casas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- Senhor Vereador, José Sá Fernandes e depois Manuel Grilo, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhora Deputada, eu não tenho aqui informações, não estava enunciado das perguntas mas, sim, normalmente é cumprido o prazo, nós as próximas edições, esperemos conseguir reduzir o prazo de abertura e de fecho durante o evento, mas depois lhe farei chegar, exatamente, quanto tempo é que teve fechado para a montagem e desmontagem, portanto, montagem, evento e desmontagem.-----

----- Julgo de qualquer maneira que este ano não foi mais rápido do que costuma ser mas isso, no futuro vamos estar mais atentos a essa matéria.-----

----- Agradece-lhe, também as palavras sobre o facto de Lisboa ter sido considerada “Capital Verde 2020” porque, de facto, é um orgulho para o trabalho que temos feito e para a visão que temos para a cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: --

----- “Muito boa tarde a todos e todas.-----  
----- Sobre a Escola de Alvalade, em concreto a Escola Básica Teixeira de Pascoais e para dizer que o contrato foi objeto de resolução sancionatória por incumprimento grave pelo empreiteiro das regras de segurança em obra. Com a interrupção da obra tornou-se necessário proceder ao levantamento dos trabalhos realizados e por realizar, bem como dos trabalhos deficientemente executados para efeitos de preparação de novo processo de contratação da empreitada.-----  
----- O projeto de execução deverá estar concluído até final de 2018, sendo a fase de revisão do projeto prevista para os meses de janeiro e fevereiro de 2019.-----  
----- Assim sendo, tudo aponta para que a obra se inicie ainda durante o decurso de 2019, neste momento, a Escola contínua instalada em monoblocos, tem tido diversos problemas de manutenção, tendo sofrido, no entanto, algumas beneficiações, tais como a colocação de um toldo de assombramento e de proteção para a chuva, substituição das caixas de esgoto nos monoblocos e beneficiação da zona de recreio.---  
----- Estamos a tentar agilizar a resposta na manutenção, para que esta seja dada no mais curto espaço de tempo, minimizando possibilidade de novas incidências e prevenindo ocorrência de outra forma evitáveis.-----  
----- Sobre a questão há pouco colocada pela Senhora Deputada Ana Mateus, sobre as medidas de autoproteção, elas já existem em duas escolas, esta é uma legislação que de há dez anos atrás, ela é efetivamente de 2008, foi contratada uma empresa que está a elaborar um estudo para que, no início de 2019 se comece a implementar medidas de autoproteção em vinte e quatro escolas.-----  
----- A partir daí, serão alargadas progressivamente a todos os noventa e quatro estabelecimentos do 1º ciclo e Jardim-de-infância da rede pública.-----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----  
----- Terminámos as perguntas do PAN, vamos estar início.-----  
----- Senhor Vereador Manuel Salgado, faz favor, Senhor Presidente o Senhor Vereador Manuel Salgado!”-----  
----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----  
----- “Senhor Vereador, por favor.”-----  
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----  
----- “Muito obrigado.-----  
----- Muito boa tarde Senhoras Deputados e Senhores Deputados, relativamente à questão dos passeios foram feitas intervenções por cada uma das Unidades de Intervenção Territoriais, houve intervenções de fundo em cerca de quarenta e dois arruamentos e a Brigada de Calceteiros fez duas mil intervenções pontuais para recuperação de calçadas.-----  
----- A calçada é por natureza um material flexível, aliás, essa é uma das virtudes é plástica e, não pode ter um suporte muito rígido e, portanto, a má utilização,

nomeadamente como referiu e bem, por estacionamento abusivo em cima das calçadas danifica muitas as calçadas. -----

----- Nós temos regras perfeitamente claras e definidas quanto à base sobre a qual deve ser instalada a calçada e que estão, aliás, naquele documento, Manual de Desenho da Rua, é isso que tem vindo a ser seguido, é esse o trabalho que é feito pelas Unidades de Intervenção Territorial. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, agora sim, está terminada a resposta ao executivo ao PAN, vai usar da palavra no Grupo Municipal do CDS.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CDS dispõe de tempo cedido pelo PPM, nos termos do Regimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, as primeiras três questões que aqui trago, estão relacionadas com o Pelouro da Mobilidade e a primeira é um assunto que nós trouxemos a esta Assembleia Municipal, pela última vez em maio de 2018 e tem ver com o estacionamento na Avenida Sidónio Pais. -----

----- Nós temos ali um grave problema de estacionamento, em particular para os residentes, esta é uma zona fustigada por muitos eventos já o era pelo Parque Eduardo Sétimo e agora com reabertura do Pavilhão Carlos Lopes piorou um pouco. -----

----- Estamos a falar de uma zona que existem duas unidades hoteleiras, que não têm estacionamento privado e ainda temos uma forte concentração e massificação daquilo que é a procura de estacionamento para acesso ao *Corte Inglês*, mas feito em espaço, em estacionamento público e não dentro desta superfície comercial. -----

----- Por outro lado, esta é uma zona que até ao Marquês de Pombal é muito bem servida de transportes públicos, não só pela Carris, mas por outros operadores e o próprio estacionamento público que exista no Marquês de Pombal, está abaixo da sua capacidade, tendo um a dois pisos permanentemente fechado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu agradecia que se pudesse fazer um bocadinho de silêncio na sala, porque torna-se quase impossível ouvir o Senhor Deputado Diogo Moura, portanto, Senhores Deputados se desejassem continuar as nossas conversas paralelas, certamente serão interessantes podiam-no fazer fora da sala e deixavam o Senhor Deputado Diogo Moura usar da palavra, para que nós pudéssemos ouvi-lo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS)**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente e é importante que a Câmara ouça para poder responder.-----

----- Mas, continuando com a questão do estacionamento, na Avenida Sidónio Pais e fazendo aqui a explanação daquilo que é a situação atual, isto leva a que haja uma massificação da procura de estacionamento, em particular e concentrada na Avenida Sidónio Pais e, em particular, também, passado a redundância a partir das dezanove horas durante os dias úteis e principalmente ao fim de semana e feriados, aliás, e ainda este fim de semana tivemos a Moda Lisboa e quem pude estar presente, viu que vários carros foram bloqueados e rebocados, obviamente, por pessoas que ocuparam de forma ilegal e abusiva, estacionaram em cima do passeio mas, porque eram moradores e falei com alguns e não tinham outra alternativa.-----

----- E, portanto, nós apresentámos uma Moção em maio de 2017 na Câmara para que se avaliasse e estudasse a implementação de uma zona para residentes. Essa Proposta foi aprovada por unanimidade, nunca recebemos resposta esse estudo e, entretanto e maio de 2018 nesta Assembleia Municipal, foi aprovada uma Recomendação em que propunha que fossem criadas duas bolsas de estacionamento para residentes na Avenida Sidónio Pais, com uma capacidade de cento e quatro lugares, num total de duzentos e sessenta, e que os lugares estacionamento para residentes ficassem afetos a no período noturno durante os dias úteis e no período de vinte e quatro horas aos sábados, domingos e feriados.-----

----- E, portanto, o que nós queremos saber por parte da Câmara é que, indicações é que foram dadas ou que diligências foram tomadas junto da EMEL para que se possa fazer esta alteração, uma vez que ela teve unanimidade na Câmara e foi acolhida por esta Assembleia Municipal?-----

----- Depois outra questão que trazemos e que foi levantada em agosto pelas notícias e que já aqui colocámos e o próprio PCP, também, já o colocou no regresso aos trabalhos, tem que ver com a Central de Camionagem de Sete Rios.-----

----- Em 2003, como todos sabemos houve uma passagem definitiva da Central de Camionagem do Arco Cego e da Casal Ribeiro, para as instalações do Metropolitano de Lisboa, em Sete Rios. Foi assinado um acordo com o metro de cedência desses de quase cento e um mil metros quadrados, praticamente quase vinte e um mil para esta Central de Camionagem.-----

----- Foi feito simultaneamente, um protocolo com a Rede Nacional de Expressos para gerir e explorar esta Central e, uma dessas premissas era de que, havia uma obrigatoriedade a partir de 2005 de tornar essa Central de Camionagem à data temporária como definitiva.-----

----- Entretanto, passaram-se treze anos, mas o que nós constatamos é que esta Central de Camionagem mantém-se temporária, isso foi dada notícia agora em agosto, porque ficou em risco e em perigo a saúde pública, tendo em conta a acumulação de gases dentro da Central, o desconforto, também, dos vários espaços para os utilizadores



também não é o melhor e as próprias saídas de emergência apresentam-se como deficitárias.-----

----- Da parte da Câmara, nós pedimos aqui um esclarecimento, ele não foi dado até hoje, era esse esclarecimento que hoje queríamos saber qual é esta a posição da Câmara, relativamente, ao cumprimento destes dois acordos/protocolos?-----

----- Saber também porque, nas notícias foi dito pelo Senhor Ministro, à data Ministro do Ambiente, já não é, de que a parte disponível dos terrenos ia ser agora vendida por um preço metade do valor avaliado em 2003, independentemente qual seria o objeto e a finalidade de utilização desse valor. Mas, também, saber por parte do Ministério do Ambiente, quer por parte do Governo, se existe alguma alteração da intenção daquilo que foram os pressupostos da Proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal e por esta Assembleia Municipal em 2003?-----

----- E, portanto, em particular a questão da Central de Camionagem, não nos deixam descansados, há aqui um perigo de saúde pública, a própria Rede Nacional de Expressos, foi a única que se pronunciou, a dizer que vai fazer umas obras de cosmética muito rápidas, porque aquele espaço não é definitivo e, portanto, nós queremos saber por parte da Câmara, por que razão é que este espaço deixou de ser definitivo? Quais é que são as alterações que foram feitas ao protocolo e às deliberações aprovadas, também, por esta Assembleia Municipal?-----

----- E, obviamente, saber quais é que são as obrigações do Metropolitano em relação a estes terrenos, uma vez que há uma intenção do Governo de vender os restantes quarenta mil metros.-----

----- Por outro lado, a própria Câmara Municipal, há duas três reuniões salvo erro, fez uma revogação do Plano de Pormenor de Sete Rios e, portanto, o que eu gostaria de saber é se alguns destes compromissos, porventura podiam estar assumidos neste Plano de Pormenor, se caem por terra, com esta revogação. Eu penso que não, porque é uma deliberação feita à parte em 2003, mas qualquer forma, gostaria deste esclarecimento?-----

----- Por fim, nós gostaríamos de colocar a questão das bicicletas “GIRA”, sei que já houve um o esclarecimento aqui, nos parece pouquinho, mas de qualquer forma esta é uma questão tem sido levantada nos últimos meses, tem havido muita coisa na comunicação social, os utilizadores tem-se manifestado contra aquilo que é alguma desinformação, quer por parte EMEL e da Câmara, portanto, penso que há aqui pontos que nós, também, como eleitos gostaríamos de ver esclarecidos em relação às bicicletas “Gira”.-----

----- Desde logo, a questão da escassez de bicicletas em circulação, nós sabemos que estava previsto nesta data já haver mil e quatrocentas bicicletas a circular e só existem quatrocentas e sendo grande parte delas não são elétricas, portanto, gostaríamos de ter esclarecimentos sobre estes números? Estamos a falar apenas de um terço em utilização ou em circulação?-----

----- E o mesmo se passa com as estações, penso que temos à volta de setenta e estava previsto a esta data já termos pelo menos cento e cinquenta estações e, portanto,

perceber qual é essa justificação e se é um problema da EMEL ou se é um problema da empresa em questão que é a Órbita? -----

----- Depois tivemos aqui uma altura, tivemos alguns acidentes e umas avarias e, portanto, temos várias bicicletas em manutenção e então perceber o porquê de não ter bicicletas para fazer a devida reposição, conforme está no contrato?-----

----- E pois, também, saber do ponto de vista das avarias, qual a sua origem? Ou seja, se ela é de origem de fabrico ou de origem de uso indivíduo? Nós sabemos que há vários casos relatados, eu próprio já vi de uso indivíduo das bicicletas “Giras”, mas gostávamos de ter esses números para podermos, obviamente, renunciarmos sobre eles antes de especular.-----

----- E depois, há aqui uma questão que acho que tem a ver com a gestão já da EMEL, não sei se a outra empresa também tem a ver com esta matéria, mas tem a ver com a fraca reposição. Ou seja há vários relatos sobre isso, eu próprio já me aconteceu, geralmente nos locais onde é por hábito os utilizadores de bicicleta terem o local de partida da sua viagem, geralmente não há bicicletas e no local onde devem deixar as bicicletas geralmente as estações estão repletas. E, portanto, perceber o que é que se está a passar pelo sistema de reposição ou o que já foi feito? Porque isto já é relatado há meses, à Câmara e a EMEL, e o que é que tem sido feito para combater e diminuir esta problemática? -----

----- Depois, também, temos visto que há uma utilização por parte de menores de dezoito anos, isto leva-nos a uma questão que nós colocamos na altura, as principais capitais da Europa tem uma utilização a partir dos catorze anos e dos dezasseis, o nosso próprio Código da Estrada prevê a partir dos doze e, portanto, saber se a Câmara, também, não quer repensar se essa utilização, deve ser dada a menores de dezoito anos? Porque vimos que há um número significativo de utilizadores e obviamente de forma indevida. -----

----- E depois também saber, porque o tempo se esgota, relativamente à isenção de pagamento. A EMEL tem feito para promover a utilização das bicicletas, exatamente, porque grande parte dos utilizadores são estes menores de dezoito anos, tem feito uma isenção de pagamento para estimular cada vez mais a utilização das bicicletas. Eu pergunto é qual é o plano da EMEL e até quando é que se esta isenção se vai manter e se isto causa alguma quebra naquilo que é o equilíbrio entre receitas e despesas que estava previsto no contrato que, lembro era de vinte e três milhões, oito anos? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gabriel Batista Fernandes (CDS),** no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhora Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras e Senhores. -----

----- O CDS vem mais uma vez questionar o executivo sobre o Quartel e Museu do Regimento Sapadores Bombeiros em Carnide, mandado demolir pela Câmara para ampliação do Hospital da Luz. Este acolheu um importante espólio e, por isso, vimos novamente colocar as questões efetuadas na audição ao Senhor Presidente em Sede de Comissão de Mobilidade e Segurança e que até hoje e apesar de promessas sua, nunca obtivemos qualquer esclarecimento. -----

----- Há precisamente três meses e em Sede de Comissão, solicitamos ao Senhor Presidente que nos informasse onde se encontra o espólio do Museu e se o mesmo se encontra em devidas condições de acondicionamento? -----

----- Entretanto, o CDS teve conhecimento do espólio automóvel do RSB composto por algumas peças únicas, que se encontram no armazém na zona oriental da cidade, em condições de preservação e segurança muito duvidosas. Confirma Senhor Presidente? -----

----- Nesse sentido, voltamos a reiterar o nosso pedido: onde e como se encontra o espólio do Museu do Bombeiro, neste momento? -----

----- Que medidas foram tomadas para garantir a sua preservação e salvaguarda? -----

----- E, após três meses de termos levantado a questão, já se dirigiu ao local Senhor Presidente? Já averiguou o estado de conservação dos mesmos? Contrariamente aos últimos meses, gostaríamos de sair daqui hoje com esclarecimentos sobre este assunto. -----

----- Sobre o Parque das Nações, temos uma situação preocupante e um conflito de interesses devido ao condicionamento dos acessos, antes, durante e após inúmeros eventos que ali acontecem. Há comerciantes e industriais de hotelaria que tem o seu negócio em risco e consequentemente os postos de trabalho também estão em risco. Pensam até em abandonar o local, um deles afirmou à imprensa: ”Se somarmos todos os eventos que há no Parque das Nações, incluindo o tempos montagem e desmontagem no total só este ano foram noventa dias, em que os acessos aos nossos restaurantes estão fechados ou condicionados, só durante a Eurovisão foram cinquenta dias consecutivos. -----

----- Se concordamos que os eventos acolhidos nesta zona são importantes de Lisboa, também, não podemos esquecer quem ali tem os seus negócios e empregos designadamente entre o Pavilhão de Portugal e a FIL. -----

----- E, por isso, a segunda pergunta é esta, Senhor Presidente: O CDS gostaria que a Câmara explicasse que medidas têm, previstas para atenuar o efeito descrito, uma vez que os representantes dos comerciantes dizem não ser ouvidos pela Câmara e que alguns ponderam mesmo abandonar esta zona da cidade? -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Só dar nota que há pouco o Senhor Deputado Diogo Moura, fez referência ao Senhor Ministro do Ambiente que já não era, mas ainda é, não foi remodelado o Senhor Ministro João Pedro de Matos Fernandes.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “ Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS),** no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados é ponto assente que Lisboa precisa de atrair um maior número de cidadãos residentes e, para isso tem de garantir que existem casas disponíveis e a preços razoáveis, com um tecido urbano, quase todo consolidado de malha apertada e em certas zonas muito antigo e frágil, a reabilitação é o melhor caminho. -----

----- Cada bairro e cada edifício precisam de se transformarem numa nova versão de si próprios, que sejam compatível com o nosso tempo e com a maneira como se vive hoje. -----

----- Sabemos que uma obra não se faz de um dia para o outro até porque, tem de ser licenciada, para ter um conhecimento aproximado do parque habitacional de Lisboa nos próximos anos, o CDS pergunta: Considerando apenas edifícios destinados à habitação e durante um ano de 2017. Quantas comunicações prévias deram entrada na Câmara Municipal de Lisboa? Destas quantas foram recusadas e porquê? Qual o tempo médio de resposta? -----

----- Dois: Quantos pedidos de licenciamento para ocupação da via pública associados a estas comunicações prévias, deram entrada na Câmara Municipal de Lisboa? Quantos foram aprovados e qual o tempo médio de aprovação? -----

----- Três: Quantos pedidos de licenciamento para obras de reabilitação, manutenção, alteração e ou ampliação deram entrada na Câmara Municipal de Lisboa? Quantos foram recusados? Qual foi o motivo e quem recusou, foi a Câmara Municipal? Foram entidades externas, como a DGPC, a EPAL, EDP, etc....? Qual o tempo médio de indeferimento? Quantos foram aprovados? Qual o tempo médio de aprovação? -----

----- Quatro: Em média quanto tempo decorre, desde que um projeto dá entrada na Câmara Municipal de Lisboa para pedido o licenciamento de obras até à emissão pela Câmara Municipal de Lisboa da respetiva licença de utilização? -----

----- Por fim, cinco: Quantos fogos para habitação estão neste momento em apreciação na Câmara Municipal de Lisboa? Destes quantos entraram em 2018? -----

----- Sabemos que esta informação terá de ser reunida, por isso, não esperamos que seja dada durante esta sessão. -----

----- As perguntas foram feitas aqui hoje e vão voltar a ser feitas pelo CDS, aqui e dos médios, uma e outra e outra vez, tantas quantas as necessárias, até obtermos da Câmara Municipal de Lisboa uma resposta completa, clara e satisfatória. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CDS dispõe ainda de dez segundos e o Senhor Deputado Diogo Moura queria voltar a usar da palavra, portanto, se em dez segundos conseguir elaborar uma pergunta à Câmara faz favor, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS),** no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, digamos que, por lapso não fiz uma pergunta, mas é muito rápido porque há um consenso generalizado, nós apresentamos aqui uma proposta de 2014, para instalações sanitárias no Cais Sodré nas zonas de concentração turística, a Câmara já apresentou para o ano que vai ter duplicações desta taxa, portanto, gostaríamos de saber para quando? Já passaram quatro anos, para quando é que teremos estas instalações sanitárias, também, para resolver o problema que os comerciantes têm de forte procura de instalações sanitárias nos seus estabelecimentos privados? -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente para responder ao CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: ---

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, relativamente à questão de colocada sobre Sete Rios. Voltamos a repetir aqui informação que já aqui demos. -----

----- Está em curso um trabalho com o Metro de Lisboa no sentido de valorizar e requalificar a zona, isso significa ou passa pela construção em definitivo de novas instalações ou de instalações definitivas para a Central de Camionagem que possam obviar o carácter precário das atuais e também os fortes impactos no trânsito que a solução comporta. Os trabalhos têm vindo a decorrer de forma muito positiva com o Metro, com amplo espírito de colaboração e, espero em breve chegarmos a uma solução final, que possa ser apresentada à cidade para valorização do património do Metro, para a resolução da questão relativamente à Central de Camionagem e também para a melhoria franca da mobilidade naquela zona. -----

----- Segundo conjunto de questões, relativamente ao sistema das bicicletas da “Gira”. O sistema enfrenta hoje dificuldades, que resultam umas do que é o processo normal da aprendizagem, em particular de um sistema que cresceu muito mais rapidamente do que os mais otimistas previam. Isto é, o mesmo que dizer um sistema que foi muitíssimo melhor sucedido do que qualquer pessimista previa ou de qualquer pessimista desejava e nisto incluo bastantes membros dos Deputados da oposição, que foram muito descrentes da solução desde do início. -----

----- É verdade também, que além destas dificuldades naturais da aprendizagem onde se incluem, naturalmente, toda a aprendizagem sobre os fluxos de mobilidade e como é que as bicicletas são utilizadas ao longo do dia. Há hoje, temos hoje dificuldades

operacionais, responsabilidade da empresa vencedora do concurso que não tem sido até à data, capaz de assegurar o número de bicicletas correspondentes às estações existentes. -----

----- Tenho informação por parte do Vereador Miguel Gaspar, que tem acompanhado o processo de forma muito direta que, esperamos melhorias sensíveis na recuperação da situação a partir do mês de novembro. -----

----- Relativamente, à questão sobre o Museu dos Bombeiros, eu creio que só por distração do Senhor Deputado é que não fixou resposta, porque quando aqui disse, quando aqui vim à Comissão, referi que o espólio dos bombeiros está, não são os quais queres armazéns na zona oriental, os armazéns da zona oriental são os armazéns dentro do Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros. E há outro espólio colocado em armazéns e junto à entrada do Parque das Nações, onde está outra parte do espólio.-----

----- Diz o Senhor Deputado que eu desde essa reunião não foi lá, é verdade não fui, mas não fui e também não foi o Senhor Deputado e, por isso, estaremos iguais nessa matéria. O que lhe posso dizer é que, mantemos o plano que também informei a Comissão, de que as instalações definitivas do Museu do Regimento Sapadores Bombeiros sejam em Alcântara, junto ao Museu da Carris, criando um núcleo museológico que, no fundo, abarcará três partes, corresponde à Carris, aos Bombeiros e também ao Elevador do Pilar da Ponte 25 de Abril.-----

----- Sobre os eventos no Parque das Nações, é uma decorrência natural da atratividade do espaço, é uma decorrência natural de no Parque das Nações se situarem dois dos principais equipamentos de eventos da cidade e vai manter-se com essa característica e é importante para a cidade que se mantenha, vamos reforçar a colaboração com as Juntas de Freguesia para tentar com mais tempo, puder prever e também fazer as reparações devidas quando se justificam.-----

----- Relativamente, às questões das casas disponíveis, faremos chegar a informação à Senhora Deputada sobre isso, eu próprio já tive sobre as novas construções e intenções de nova construção, o Senhor Vereador Manuel Salgado já referiu o número histórico de cerca de construção de pouco mais de mil e setecentas casas novas, que foram construídas num período de sete anos, é o *stock* nova habitação entrada no *stock* de habitação de casas disponíveis dos últimos sete anos. A este valor acresce, oito mil casas que se encontravam devolutas ou vazias que, relativamente, e entraram no *stock* de casas disponíveis e o número hoje existente na Câmara de Lisboa, o *stock* total de casas disponíveis, em qualquer estado do processo que estejam do seu pedido de licenciamento, seja de construção nova, seja de reabilitação, anda na casa das seis mil.

----- Significa isto e falo de reabilitação e de construção nova, significa isto, que é um valor relativamente modesto, face às necessidades isto é, estou a referi números de iniciativa privada que estão neste momento dentro da Câmara Municipal de Lisboa. Faremos depois chegar essa informação à Assembleia, mas é um número aquém daquilo que já vivemos noutras fases e é também um número, porque uma parte destas casas, para não dizer uma parte importante destas casas situou-se em segmentos

médios altos ou altos, que não é desta resposta, não é deste elemento que poderemos esperar uma resposta importante.-----

----- Resta por um lado, o que eu considero, consideramos fundamental a aprovação de um quadro de alteração ao Regime de Arrendamento, com aprovação de incentivos fiscais para o arrendamento de longa duração, a promoção de todo o conjunto de vastos programas de iniciativa pública que estamos a pôr em marcha e, também, aquilo que espero que possa acontecer que é, um empenho e o aparecimento de investimento estritamente privado que não em parceria com a Câmara de Lisboa, relativamente, à arrendamento de longa duração e arrendamento a título acessível. -----

----- Por último, sobre a questão da EMEL na Sidónio Pais, tenho informação da parte do Vereador Miguel Gaspar que estão a ser feitos os trabalhos, para executar a Proposta que foi por nós apresentada e defendida de assegurar maior proteção aos residentes da zona.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Microfone, o Senhor Deputado de Diogo Moura, para um pedido de esclarecimento, creio!-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente, não sei se o Senhor Vice-Presidente, penso que ia responde à questão das instalações sanitárias? Mas só pedir um esclarecimento, os dados que nós pedimos vem, nós recebemos relatórios modernização urbanística, mas os dados não tem depurados e, portanto, aquilo que nós fizemos, sabemos que é exercício e que hoje é impossível a Câmara dar-nos os dados neste momento da discussão e, portanto, queríamos da parte da Câmara era o compromisso de nos enviar esses dados, os dados aqui apresentados caso contrário nós podemos, também, apresentar um requerimento nesse sentido.-----

----- Relativamente, ao Museu do Regimento Sapadores Bombeiros, nós relembramos aqui a audição do Senhor Presidente da reunião, porque é verdade que o Senhor Presidente disse nessa audição de que o Museu iria para junto do Museu da Carris, mas, também, quando lhe foi perguntado sobre as condições de preservação do espólio, onde é que ele estaria, Senhor Presidente disse que não sabia e disse que iria investigar e que enviaria essa informação.-----

----- Portanto, o que nós, lhe dissemos aqui foi que essa informação, claro que o Senhor não foi lá, nem não queríamos que fosse, nós também não iríamos porque não poderíamos entrar.-----

----- Agora o que nós pedimos, foi que nos enviem o ponto de situação do estado de conservação do espólio e é essa pergunta que o Senhor, aliás, é essa questão que o Senhor se comprometeu a responder há três meses atrás e enviar a Comissão e ao

CDS e era essa a resposta que nós gostaríamos de ter tido hoje, se não que nos possa fazer chegar a curto prazo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor deputado. -----

----- Senhor Presidente, para prestar esclarecimentos solicitados.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: ----

----- “Senhor Presidente, só para dizer ao Senhor Deputado que estranho um pouco essa pergunta também e, aliás, esse comentário, porque eu sei onde está o espólio, sei onde está guardado o espólio do Regimento Sapadores Bombeiros está em dois locais, um dos quais o Quartel do Regimento Sapadores em Chelas e outro nos armazéns que estão antes, perto da “Santogal”, creio eu que é “Santogal” antes de chegar ao Parque das Nações, é onde estão armazenadas as peças e uma parte importante desse espólio, aliás, encontrava-se em exposição a época que nós falamos na reunião da Comissão no Museu dos Coches. -----

----- Sobre as casas de banho, Senhor Vice-Presidente, favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Estão previstas casas sanitárias no concurso de publicidade, independentemente, desse recurso que nós temos para instalar sanitários, estamos a negociar com a ATL a colocação de sanitários nas zonas de maior pressão turística, através do Fundo de Desenvolvimento Turístico.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vice-Presidente. -----

----- Vamos dar agora início às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PCP.”----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Ana Margarida Carvalho.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Margarida Carvalho (PCP)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- Senhor Presidente em Exercício, Senhores Eleitos.-----

----- Queria começar por saudar e por felicitar as munícipes mães solteiras e com dificuldades de manter as suas casas que vieram cá dar o seu testemunho trágico e quero lembrar ao mesmo tempo lembrar que, na semana passada pelos mesmos partidos que tanta preocupação mostra com esses casos dramáticos, foram os mesmos que votaram contra o aumento do salário mínimo nacional. -----

----- É uma questão vital a questão da habitação, vamos voltar a ela, é impossível uma cidade ter futuro quando expulsa os seus cidadãos desta maneira, tão pouco humana. --

----- Mas, agora muito especificamente e também saltando outras questões que vamos passar, porque já foram a floradas, muito especificamente quando em dezembro de 2017, a Câmara decidiu unilateralmente e sem diálogo concessionar a uma empresa



privada o Teatro Maria Matos, o PCP e vários Grupos de Cidadãos que chegaram a reunir duas mil e quinhentas assinaturas alertaram para o erro da decisão. -----

----- Fizemos um debate temático, como se lembram, tentamos equacionar alternativas, evitar de se consumasse essa falha, esse desrespeito para com o público lisboeta e tentámos pôr todas as formas, requerimentos, etc.,... o erro de alienar ainda que, temporariamente uma sala como esta, aqui ao lado, intervencionada como esta e bem localizado como esta, pensámos que seria mau para a cidade e para os lisboetas, agora percebemos que foi de mal a pior. -----

----- Nesta ânsia de se libertar de funções, a Câmara não acautelou até à conclusão do processo administrativo do concurso, uma programação e atividade naquele espaço que tem hoje, um letreiro à porta a dizer encerrado. -----

----- Obviamente, que os trâmites processuais e os tempos dos recursos judiciais não são da responsabilidade da autarquia. Mas a vossa passividade face ao letreiro encerrado, já é. -----

----- Prometeram-nos dois teatros em troca de um, muito bem. O LU.CA – Teatro Luís de Camões, embora tenham algumas reservas quanto ao plano de segurança, e o Teatro do Bairro Alto que continua num buraco em obras sem fim à vista. -----

----- Resultado passado quase um ano temos, um teatro fechado Cine-dia até que o imbróglgio se desfaça, o Senhor Vereador disse em breve, em fim, esperemos e outro teatro desventrado. -----

----- Nos três resta-nos o Teatrinho para público infantil que é excelente, mas que não colmata, obviamente, a falha noutro tipo de programação. -----

----- Enquanto isso, também, temos os vinte e quatro trabalhadores do Maria Matos em “bolandas” ainda sem saber do seu destino. -----

----- Portanto, o que se pergunta aqui também ao Senhor Presidente Fernando Medina, que tão, digamos, convictamente se envolver no assunto, aliás, devo dizer com toda a franqueza que nunca vi tanto alvoroço e entusiasmo numa discussão, tanto aqui, como no plenário, como em comissão, porque se fosse para adquirir um equipamento novo, nós percebemos melhor o empenho e o entusiasmo, a veemência, mas quando se trata de se livrarem de um, pareceu-nos que a vossa reação foi um pouco excessiva. -----

----- Passo então às questões muito rapidamente, a situação então laboral destes vinte e quatro trabalhadores que estavam afetos ao Maria Matos e que agora passam para o Teatro do Bairro Alto. Passarão, não sabemos? -----

----- O ponto de situação do Teatro Maria Matos, durante quanto tempo é que permanecerá um sítio fechado e sem atividade ou será que é possível fazer alguma coisa entretanto enquanto não tem fim à vista o processo judicial? -----

----- O ponto de situação nas obras do Teatro do Bairro Alto, que investimentos são necessários? Quais os *timings* previstos para a sua abertura? -----

----- Quais os custos financeiros estimados para com os investimentos necessários no Teatro do Bairro Alto? -----

----- Quando já custou ao município o arrendamento do espaço no futuro espaço do Teatro do Bairro Alto? -----

----- Em relação ao plano de segurança do Teatro Luís de Camões está operacional? ---

----- Quanto à programação que dantes era oferecida pelo Maria Matos, que alternativa a final foi criada este ano? -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado. Senhora Deputada.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia de PCP.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----  
----- “Senhor Presidente em Exercício, da respetiva Mesa, Senhores Deputados, e Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público em geral, boa tarde. -----  
----- O tempo é pouco, tinha aqui várias questões relativas à conservação do espaço público na Expo se tiver tempo ainda lá vou, mas voltando aqui uma questão importante.-----  
----- Esta questão dos transportes na área de Lisboa é, de facto, uma verdadeira revolução que nós saudamos, só lamentamos que em 2016, uma Proposta nossa tenha sido chumbada pelo Partido Socialista na Assembleia da República podíamos, de facto, ter antecipado substancialmente, estamos a falar em quase dois anos este processo, de qualquer maneira, ela está em curso, estamos envolvidos nela temos o maior interesse e nesta situação uma questão concreta em relação à Carris.-----  
----- Há uma série de questões que já foram respondidas sobre Carris, não vamos colocar, mas a recuperação da Carris, nomeadamente em termos de passageiros, na nossa opinião, continua a ser insuficiente e já trouxemos esta questão aqui pelo menos uma vez. Compara-se os números com 2016 com um aumento de enfim, de um virgula quatro milhões de passageiros que houve um crescimento em 2017 de cerca de três por cento, mas a verdade é que se compararmos a 2009, a Carris, de facto, sofreu um processo de erosão decorrente das decisões do anterior Governo, em que teve quebras superiores a trinta por cento.-----  
----- Portanto, a questão que se coloca, uma parte da recuperação entendemos, tem a ver sobretudo com o turismo e com os elétricos, com os elevadores, a nossa preocupação é, de facto, se com este novo sistema de passe, que se anuncia e que agora vem contemplado no Orçamento Geral do Estado que nos dá alguma confiança de que isto vai, de facto, avançar rapidamente.-----  
----- Se os autocarros que vão começar a chegar ainda este mês e o pessoal que entretanto foi contratado nós, temos referência de que até trinta e um de dezembro, havia um efetivo de mil oitocentos e quarenta trabalhadores na Carris, é suficiente para a resposta que vai ser preciso com o novo passe mais barato, com mais utentes de transportes que se pretende que existem.-----  
----- Sendo a Carris uma empresa central neste processo, como será o metro, no caso da cidade de Lisboa se estes meios, de facto, serão suficientes para a resposta que se espera, tendo em conta que não basta apenas que o preço desça, é importante para

credibilizar todo este processo que nos merece o maior interesse se, de facto, há oferta para os passageiros, tendo em conta que subsistem problemas vários, nomeadamente, sobretudo nas horas de ponta. -----

----- Começou o mês de outubro e os problemas voltaram a acentuar-se, autocarros cheios, sistema de informação nas paragens que não funciona ou funciona mal, nem toda a gente tem telemóvel e pode consultar por telemóvel e, portanto, há de facto, aqui uma serie de questões que nos preocupam, tendo em conta esta verdadeira revolução que se anuncia e que venha aí na questão dos transportes. -----

----- Voltando às questões, referiu há pouco e ainda há tempo. Primeira questão, a questão dos táxis. Aproveitando para saudar a luta dos táxi, isto estava agendado, esta sessão de perguntas para dois de outubro, pergunta à Câmara era face o anúncio do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que há um acordo entre o Governo e Associações Táxi no sentido da transferência de resolução dos problemas a para os municípios, nomeadamente a questão do licenciamento de competência para licenciamento dos contingentes dos veículos das plataformas eletrónicas. -----

----- Se a Câmara já está a tomar algumas providências para em tempo útil, quando esta questão se colocar dar uma resposta a este importante setor de atividade que é o táxi na cidade de Lisboa. Estamos a falar da cidade com maior número de táxis do país e, portanto, é um problema que nós não podemos e não devemos ignorar, independentemente das outras situações que, entretanto foram ocorrendo. -----

----- Uma questão ainda sobre eliminação pública da escadaria de ligação à Avenida recíproca com a Rua Conselheiro Lopo Vaz na Freguesia do Parque das Nações. Há iluminação insuficiente na escadaria o coloca em perigo todos quando se aproximam e de que pretendem usar essa escadaria. Em que data pretende a Câmara Municipal de implementar uma solução definitiva para o problema? -----

----- Uma questão não menos importante o passadiço de madeira existente ao longo do rio, entre a pista de *skate* e o rio Trancão, Freguesia do Parque das Nações que está degradado, é uma degradação daquelas estruturas que se tem vindo a acentuar no passadiço de madeira, pondo em causa uma questões de segurança, também de quem utiliza aquela infraestrutura. Para quando a resolução do problema? -----

----- A questão ainda do estacionamento indevido que já foi colocada aqui. O estacionamento indevido na zona de acesso condicionado circundante do Pavilhão de Portugal, o que é que a Câmara, também, pensa fazer em relação a isto, tendo em conta que há constantes perturbações e naquele espaço. E, portanto, eram estas questões que eu trazia aqui -----

----- Boa tarde.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Terminaram as intervenções do Grupo Municipal do PCP, Senhor Presidente para dar resposta.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Eu peço para a Vereadora Catarina Vaz Pinto e depois ao Vereador José Sá Fernandes para responder, eu próprio depois responderei às restantes questões.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em relação às questões que em foram colocadas relativamente aos Teatros e lembro-me que o Teatro Maria Matos, que a programação até julho deste ano e, portanto, até essa data a programação foi toda cumprida.-----

----- E na verdade a reabertura do Teatro do Bairro Alto, não será ainda este ano, em virtude de algumas obras que se tem que fazer, e sobretudo tem a ver com as questões de segurança do edifício, porque na verdade o edifício já não era intervencionado há bastante tempo e hoje em dia as regras são bastante mais exigente e, portanto, essas alterações vão ter que ser feitas. Eu não tenho aqui o montante, mas posso-lhe fazer chegar.-----

----- A renda já aqui uma vez diz que são cinco mil euros por mês. -----

----- E em relação, também, o Teatro do Maria Matos, também, nunca foi no fundo o concurso acabou e, enfim, não acabou, mas a decisão do júri foi tomada em finais de julho, portanto, nunca o Teatro podia reabrir antes do início de janeiro, uma vez que a entidade com quem será assinado o contrato terá sempre um prazo de sessenta dias, portanto, numa seria provável que ele reabrisse antes de janeiro. -----

----- No entanto, como que já tive oportunidade de explicar a EGEAC já apresentou a contestação e pensamos que poderá ser um processo célere porque, na verdade tem muito pouca substância, portanto, é um processo rápido em termos do procedimento judicial, mas esperamos ter uma resposta para breve. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Sobre os passadiços do Parque Tejo, de facto, há um passadiço que liga o Parque de *Skates* para diante em direção ao Trancão que está em muito mau estado e que vai ser interditado muito em breve e, vamos fazer um caminho junto do aterro em substituição para depois arranjar também passadiços e ficamos com dois caminhos. ----

----- São dois caminhos de grande importância, até para uma obra que vais ser de grande importância para Área Metropolitana, porque é a ligação entre Lisboa e Loures, onde Loures está a fazer um projeto que eu considero muito bom. Nós iremos fazer a ponte por cima do Trancão e, portanto, o Parque Tejo Trancão avançará para Loures e de Loures irá até Vila Franca. Vila Franca já tem feito um bom trabalho nesta matéria e, portanto, destes dois caminhos lhe garanto que vão ser arrançados, um mais rápido que vai ser juntou ao aterro com “*tout- venant*” e, portanto, seguro para a deslocação das pessoas na zona e depois o outro em fevereiro arranjado passadiço de madeira. Isto está tudo a ser articulado com a Junta de Freguesia, também, do Parque das Nações para que as coisas passem bem e neste momento, está em obra o Parque de “Skates”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado. -----  
----- Senhor Presidente!”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: ----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado, quero-lhe agradecer nas questões que coloca sobre Carris e quer começar por registar a diferença de tom, com que o PCP hoje fala sobre o estado da Carris, quero registar isso, deixar bem sublinhado que é com agrado, porque acho que corresponde, digamos, é uma evolução discursiva de acordo com a evolução que a Carris tem registado que é positiva, que é positivo. -----

----- Poderemos não chegarmos ao ponto de reconhecer que a municipalização da Carris foi positiva, mas eu também não peço isso, sei que essas com dizer, sei que esses momentos só ocorrem em momentos assim de sínodo, não é, assim de muitas e muitas décadas, mas fico, dou-me por satisfeito com este novo tom sobre a Carris, porque ele, de facto, corresponde a um novo momento na vida da empresa bem diferente daquilo que a direita deixou, queria conduzir e deixou a Carris e as restantes empresas de transportes públicos. -----

----- Diz o Senhor Deputado congratulando-se com a medida relativamente aos passes que ela só peca por tardia, repito aqui o lema bem conseguido PCP que é, a luta continua, por isso, vai-se lutando até se conseguir e, desta vez conseguimos e havemos de conseguir outros, outros aspetos. -----

----- Segundo lugar, relativamente à recuperação. A recuperação da Carris é muitíssimo significativa, porque dentro dos recursos que a Carris dispõe, nomeadamente autocarros, foi possível no período homólogo deste ano no acumulado janeiro a agosto, face a janeiro a agosto do ano passado, aumentar a oferta em seis por cento, seja em número de quilómetros percorridos, seja em número de lugares por quilómetros percorridos, ultrapassamos, aliás, já fasquia dos vinte milhões de quilómetros oferecidos como transporte. -----

----- A recuperação da procura tem sido também significativa, três por cento e friso este número dos seis por cento, porque ele é feito ainda antes da chegada dos novos autocarros, isto é, feito com mais eficácia na gestão da frota, efeito também fruto da contratação de mais cento e trinta e três trabalhadores que estão hoje ao serviço da Carris. -----

----- O aumento da procura tem também sido importante três por cento no seu global, mas gostava de destacar aqui o que me parece mais significativo, para não cometer nenhum erro que é um forte aumento do acesso das pessoas com sessenta e cinco, e mais anos ao serviço de transporte público, fruto da política que a Câmara assumiu de redução do tarifário. -----

----- Ora, nós já temos em comparativo face ao acumulado de agosto, que cobra basicamente todo o período no qual no ano passado já vigorou o novo tarifário, nós além disso, por isso temos que o crescimento de janeiro a agosto de 2018 face a janeiro a agosto de 2017, sendo que o tarifário foi reduzido em fevereiro de 2017, nós

estamos com o número de vendas de trezentos e dezanove mil, quase trezentos e vinte passes vendidos, isto é, mais catorze por cento do que no ano passado e o número de validações de quase doze milhões, onze vírgula nove milhões que compara com onze milhões no período homólogo do ano passado, isto e mais oito por cento. -----

----- Significa isto, que nós estamos já ter ao nível da procura os efeitos de termos uma melhor Carris, termos uma Carris mais eficaz, com um serviço de maior qualidade, mas também da política que assumimos desde a primeira hora de redução do preço do transporte público e de o tornar mais acessível à generalidade das pessoas.-----

----- E é com esta confiança e com a confiança que também nos dá, o facto, de termos feito acordos de empresa, novos acordos de empresa e creio eu no seu conteúdo serão novos em cerca de duas décadas, celebrados com todas as estruturas sindicais, admito que o último, aliás, já esteja mesmo a sair do forno, pronto, mas que será naturalmente, assinado, dá-nos uma grande confiança para prosseguirmos o trabalho nesta área.-----

----- A questão relativamente à regulamentação das plataformas de utilização dos veículos de transporte utilizados por plataformas, o que a Câmara de Lisboa vai fazer é executar a Lei no Parlamento e aqui com franqueza. Não vale a pena gastar muitas palavras, porque este foi um processo amplamente debatido, amplamente discutido, amplamente participado ao nível do debate parlamentar, motivou aprovação de uma Lei, uma lei que foi vetada pelo Senhor Presidente da República, o Parlamento reapreciação segunda vez, votou uma nova Lei, votou uma nova lei com dois terços de apoio no Parlamento.-----

----- Cabe-nos a nós, neste momento de executar a Lei e não tecer outra consideração que não essa, porque sobre este processo creio que já temos um histórico muito longo de intervenção parlamentar e, por isso, o nosso papel neste momento a executar a Lei que temos e que foi aprovada, repito, por mais de dois terços do Parlamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Eu pedia que fosse levado microfone a Senhora Deputada, Ana Margarida Carvalho, que ainda dispõe de cinquenta e sete segundos e que gostava de colocar uma questão de novo ao executivo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Margarida (PCP)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----

----- “Eu penso que por esquecimento, seguramente, a Senhora Vereadora não me respondeu quanto à questão e, nós gostávamos de ficar descansados mesmo sobre isso, porque se trata de crianças e trata-se de um sítio complicado, sobre a questão do Plano de Segurança no Teatro Luís de Camões e também, sobre o que é que vai ser dos vinte e quatro trabalhadores que estavam afetos ao Teatro Maria Matos, se já estão distribuídos e já podem ficar descansados quanto aos seus postos de trabalho? ---

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----  
----- “Muito obrigado, Senhora Deputada, eu vou pedir a Senhora Vereadora, para que responda, mas não considere isso a menor falta de entusiasmo na minha parte sobre o tema, que mantenho.-----  
----- Senhora Vereadora, por favor”-----  
----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----  
----- “Em relação ao Plano de Segurança, eu não sei exatamente o que está a ser feito, ele terá que existir, existe, mas posso dar-lhe a informação posterior.-----  
----- Também, em relação aos trabalhadores do Teatro Maria Matos, eles foram desde logo, houve logo uma reorganização interna, alguns estão a trabalhar, estão afetos a outros espaços da EGEAC temporariamente, mas já com previsão de irem para o Teatro Bairro Alto, alguns já foram para o LU.CA, houve uma reconversão das várias equipas, portanto, neste momento, toda a gente está trabalhar, evidentemente.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigada Senhora Vereadora.-----  
----- Terminámos então as respostas ao Grupo Municipal do PCP, vamos começar com as perguntas dos Deputados Municipais Independentes.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----  
----- “Senhor Deputado Miguel Graça, tem a palavra.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----  
----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Caros Colegas Deputados.-----  
----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa gostariam, também, de colocar nesta sessão uma série de perguntas à Câmara Municipal.-----  
----- A primeira relativa à área dos direitos sociais, seria e enunciarmo-la quando enviámos por escrito que é: Considerando que foi anunciado publicamente em abril a abertura de salas de consumo assistido em Lisboa até ao final de 2018. Pergunta-se para quando e onde estão previstas estas aberturas? Porém, gostaríamos de acompanhar, também, esta pergunta com relembrar do histórico desta situação que achamos que é importante para contextualizar: Primeiro, foi deixado preparado pelo último, perdão, pelo penúltimo Vereadores, isto é, no anterior mandato, uma estratégia de intervenção na área dos comportamentos aditivos e independências, assim com uma rede de parceiros em funcionamento no território, a “Rede de Perto LX”, faltando, obviamente apenas a construção das salas de consumo assistido.-----  
----- Sabemos, também, que o Plano Municipal de Saúde, Qualidade de vida e Bem-Estar, onde este é, obviamente um eixo fundamental, foi aprovado pela Câmara no mandato anterior nesta Assembleia e não chegou a voltar e, portanto, perguntamos, também, já agora, Senhor Vereador, para quando a vinda à Assembleia Municipal deste Plano?-----

----- E também é de referir, o constante no eixo vulnerabilidades sobre os comportamentos aditivos no Plano de Desenvolvimento Social 2017/2020 que refere a urgência da importância desta área de intervenção e, por isso e até porque esta é efetivamente a primeira medida que o Bloco de Esquerda tem que cumprir nas suas áreas, portanto, educação e direitos sociais até ao final do ano, do acordo que tem com o Partido Socialista na Câmara, perguntamos e a pergunta é, de facto, bastante objetiva: Quando e onde estão a ser previstas aberturas das salas de consumo assistido em Lisboa?-----

----- Relativamente, a área da habitação para nós é também extremamente importante perceber qual é o ponto da situação da nova regulamentação na área de habitação em Lisboa. Esta é uma área essencial e que já é pautada há vários anos relativamente a uma política de maior transparência regulamentação e, portanto, queremos perceber um pouco, quais são os avanços que esta área também nos traz e particularmente esta área da regulamentação. -----

----- E, por fim gostaríamos também na área do Urbanismo de perguntar: quando é que a Câmara Municipal de Lisboa trará o Regulamento de Gestão do Património do Imobiliário de Lisboa a Assembleia Municipal?-----

----- Esta é uma matéria que ficou por discutir desde o último mandato, ela foi abordada aqui várias vezes, é extremamente importante a sua discussão nesta Assembleia Municipal, até porque em sede inclusivamente de 3ª Comissão, estamos neste momento a discutir o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e da zona envolvente que, é uma matéria que sabemos, aliás, o que o Senhor Vereador Manuel Salgado até já enviou entretanto, informação que não conseguimos analisar mas, para toda a gestão relativamente ao património mobiliário de Lisboa, não ser uma matéria casuística é necessário haver aqui uma abordagem integrada, relativamente a este conceito e, portanto, queremos saber também, desenvolvimentos relativamente a esta área? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Alegre, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Joana Alegre (IND)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente em exercícios, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Mesa, Deputados e Público presente.-----

----- Em continuação do que o meu colega Miguel Graça vem dizendo, tendo em vista as mais recentes conquistas e trabalho desenvolvido no eixo da mobilidade e da estrutura verde, os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa, trazem à atenção a necessidade de pontos de situação sobre o atrativo e o bem-sucedido Projeto Gira e perguntamos como será o Plano de Expansão destas Redes na cidade? --



----- Sobre a estrutura verde e considerando a nomeação de Lisboa para a Capital Europeia Verde, gostaríamos de saber qual o ponto de situação, da implementação desta mesma estratégia e respetivo calendário das ações e projetos? -----

----- Por fim, mas não de sua menos importância, na área da Cultura, vemos com alguma apreensão o pedido de reavaliação enviado pelo cidadão João Biscainho, respeitante ao último concurso de atribuição de *ateliês* municipais para as artes. Consideramos que têm de ser esclarecidos com maior detalhe, quais os critérios de atribuição, considerados pela Comissão de análise das candidaturas, nomeadamente sobre a prioridade e elegibilidade a jovens artistas em início de carreira, coisa que surge no Regulamento de forma reiterada nos art.º n.º 2 e 5.-----

----- Mais ainda, consideramos da máxima importância a transparência e rigor destes processos e solicitamos que seja esclarecido se há ou não registo e possibilidade de acesso e consulta dos documentos referentes ao processo de apreciação de cada candidatura? -----

----- Concluindo e em face da afluência exponenciada pelas circunstâncias atuais, perguntamos se estará prevista a articulação com a Misericórdia, outras entidades, como Pelouros de Urbanismo e Inovação, no sentido de aumentar a oferta de espaços, como por exemplo, no Beato. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho dos Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, muito boa tarde. ---

----- Começamos por colocar algumas questões ao Vereador com o Pelouro da Educação, como é do conhecimento público os alunos da Escola Básica Luísa Ducla Soares, estão deslocados na Escola Básica das Gaivotas, porém a Escola Básica das Gaivotas não tem condições de segurança e a Provedora de Justiça recomendou, inclusivamente, à Câmara que retire os alunos da escola. Gostaríamos de saber que medidas está a Vereação a tomar para solucionar este problema?-----

----- Por outro lado em 2017, a Câmara comprometeu-se com a construção de um pequeno pavilhão na Escola Básica dos 2º e 3º ciclo, Luís de Camões, até ao momento, este processo não avançou e queremos, também, questionar se a Câmara mantém este compromisso e em caso afirmativo, quando é que está obra irá avançar?--

----- Relativamente, ao tema da mobilidade algumas semanas, um município aqui na Assembleia, pediu a intervenção da Câmara relativamente, ao acesso temporário de familiares de residentes idosos ou com dificuldades de locomoção a bairros históricos da cidade. Segundo este município, o acesso estaria a ser limitado neste momento,

impedindo que estas pessoas pudessem entrar nos bairros e prestar assistência aos seus familiares. Aquilo que queremos saber é se efetivamente esta situação se confirma e que medidas está a Câmara a tomar diretamente ou junto da EMEL para tentar resolver esta situação? -----

----- Relativamente, à política cultural queríamos, também, questionar sobre que iniciativas, tem a Câmara previstas para a promoção do livro, para além da Feira do Livro, outra e iniciativas da APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) e também, nesta matéria se está previsto algum melhoramento das condições da Feira de Alfarrabistas na Rua Anchieta? -----

----- Por fim, também, queríamos questionar qual o ponto de situação do trabalho da Câmara, no sentido da redução ou eliminação da utilização de plástico descartável na Cidade, nomeadamente ações que estejam a ser tomadas junto do comércio local ou em eventos apoiados pelo município? -----

----- Também, queríamos questionar, qual o ponto de situação do Programa de famílias de acolhimento temporário de animais, uma Recomendação que foi a remetida pela Senhora Provedora dos Animais, há cerca de um ano e que segundo sabemos até ao momento, ainda não foi posto em prática? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara para responder.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, eu peço para iniciar as repostas o Vereador Manuel Grilo, depois, a Vereadora Catarina Vaz Pinto, depois eu darei as respostas as últimas questões e o Vereador José Sá Fernandes.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: --

----- “Muito obrigado, Senhores Deputados pelas perguntas. -----

----- Em relação à primeira colocada pelo Senhor Deputado Miguel Graça, sobre salas de consumo assistido, ainda bem, que me faz essa pergunta, ela que tem sido objeto de um trabalho muito intenso nos últimos tempos por parte do Departamento de Direitos Sociais. Posso dizer com toda a clareza que até final do ano, deste ano 2018, teremos a sala de consumo assistido móvel em funcionamento, está tudo preparado para que assim seja. -----

----- Em relação às salas de consumo assistido fixas. Estamos a apontar para o primeiro semestre de 2019 e justifico porquê: É em primeiro lugar, tem que se respeitar alguns princípios. O primeiro princípio é este, elas terão que arrancar as duas ao mesmo tempo, para que não haja transferência de consumos entre diferentes espaços. Depois temos estado em conversas, em debates e também em negociação com as Juntas de Freguesia de duas áreas onde queremos instalar as salas de consumo assistidas fixas, nomeadamente na Freguesia do Lumiar e a Freguesia de Campo de Ourique. -----

----- Quer no caso da Freguesia do Lumiar, quer da Freguesia de Campo de Ourique, o debate está bastante bem encaminhado, temos estado agora a equacionar alguns outros parceiros que é necessário integrar, nomeadamente, as forças de segurança e também as associações estão com esta matéria. -----

----- É verdade que as salas de consumo assistido são o corolário de um conjunto de respostas articuladas a um conjunto de situações e, naturalmente, que é o corolário que falta para este conjunto de respostas ficar completo, existem as carrinhas, as chamadas carrinhas de metadona, existe outro tipo de acompanhamentos das pessoas que consomem substâncias, falem este.-----

----- É necessário, também, ganhar as respetivas populações e, portanto, faremos debates e faremos encontros com as forças vivas das duas freguesias, também, com isto nos comprometemos, porque é necessário fazer isto tranquilamente, mas ganhar também, a adesão das populações e não criar aqui a situações problemáticas. -----

----- Mas, como digo uma já, agora, até ao final do ano, está tudo já muito bem encaminhado entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Departamento dos Direitos Sociais, a Santa Casa da Misericórdia e outros parceiros, está tudo pronto para entrarmos até ao final do ano. -----

----- Em relação ao Plano Municipal de Saúde, vamos trazê-lo aqui muito em breve, está a ser reformulado no sentido de ser simplificado e no sentido de ser mais facilmente legível e mais facilmente compreensível.-----

----- Relativamente, ao Senhor Deputado que me falou da Escola Básica Ducla Soares, das Gaivotas e das medidas de segurança e, eu não vou fugir à questão.-----

----- Em relação a EB 2, 3 Luís de Camões e à questão da construção do pavilhão. A Escola Básica 2,3 Luís de Camões é da responsabilidade do Ministério da Educação e, portanto, com toda a clareza.-----

----- Em relação à prática desportiva em pavilhão, está neste momento a haver transporte da escola em relação ao Pavilhão do Casal Vistoso e, o resto terá que ser visto também no âmbito da própria revisão da Carta Educativa, como compreenderá não se vai construir um equipamento desta magnitude, sem fazermos com clareza o reordenamento da rede escolar.-----

----- Em relação a Escola Básica Ducla Soares, a obra de reabilitação e ampliação foi consignada a seis de julho de 2018, estando prevista a sua conclusão em dezembro de 2019. Como disse e muito bem, os alunos estão neste momento, separados em duas Escolas, na Maria Barroso, no antigo Tribunal da Boa Hora e nas Gaivotas. Em julho deste ano foi aprovada, aliás, uma Moção aqui em sessão de Câmara que instava o Governo, autorizar a instalação provisória da Escola Luísa Ducla Soares, no recinto a Academia Militar ou na impossibilidade nas suas instalações no Hospital Miguel Bombarda, assumido a Câmara Municipal de Lisboa, os custos da instalação provisória necessária.-----

----- Esta mesma Moção pedia ainda que fosse dada uma resposta a esta questão, antes do início do ano letivo 2018/2019 mas, até ao momento não foi dada qualquer resposta por parte do Governo, mantendo-se os alunos em dois estabelecimentos de ensino diferentes. -----

----- Em relação a Escola Básica das Gaivotas, este estabelecimento encontra-se instalado do edifício não municipal, ele pertence ao Ministério da Educação, adaptado para o ensino, desenvolvendo-se em cave, rés-do-chão e quatro andares. -----

----- A capacidade da Escola é de doze salas, sendo que do presente ano letivo, esta escola tem uma frequência de duas salas de Jardim de Infância e quatro salas de primeiro ciclo, isto é, está muito abaixo da sua capacidade máxima. -----

----- Desde o ano letivo 2016/2007 esta escola recebeu, também, crianças desta Básica Luísa Ducla Soares e, portanto, este presente ano letivo, o que é que podemos adiantar e avançar quanto a isto. -----

----- Em primeiro lugar que estamos a tentar encontrar uma solução para a Escola Básica das Gaivotas em conjunto com a Junta de Freguesia da Misericórdia.-----

----- Que depois de amanhã temos já uma reunião marcada e uma visita *in loco* à zona da Escola das Gaivotas, no sentido de tentar desbloquear, de encontrar primeiro um edifício, edifícios camarários ali não existem mas, encontrar um edifício que pertença ao Estado, para começarmos rapidamente a encontrar uma solução para aquela Escola Básica das Gaivotas que se tem vindo a prolongar no tempo. Mas para a qual não têm sido possíveis encontra soluções na zona de imóveis ou de terrenos que não existe em todo, ou de móveis que possa ser mobilizados.-----

----- Há pouco tempo, o Senhor Presidente Fernando Medina dizia-me: “nem que se alugue, nem que se alugue, façam o que fizerem, nós temos que resolver aquele problema”, é isso que faremos, qualquer solução, nós encontrá-la-emos, da nossa parte a Junta de Freguesia da Misericórdia sabe bem, terá todo o empenho no sentido de encontrarmos uma solução para a Escola Básica das Gaivotas está, de facto, numa situação muito muito complicado, até do ponto de vista da segurança como disseram e muito bem. -----

----- E para já creio que respondi que tudo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Vereador José Sá Fernandes.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Falar da “Capital Verde Europeia 2020” é falar dos doze parâmetros ambientais e não só apenas da estrutura verde mas, assim resumidamente, eu julgo que em 2020 podemos apresentar, aliás, porque há várias obras neste momento em curso como por exemplo, uma parte do Vale de Alcântara, em que toda a estrutura ecológica que constituía o Plano Verde aprovar nesta Assembleia Municipal, não sei, há10 anos, fica concretizado em 2020 isso é uma boa amostra, para nós mostrarmos. -----

----- Mas vamos tendo bons exemplos, também, na água quer nas duas vertentes, o problema da escassez da água, com pouco ou muita rede de água reutilizada instalada na cidade, que é um bom exemplo para combater a escassez de água. -----

----- Em relação às inundações, provavelmente a obra da drenagem estará em obra nessa fase e todas as bacias de retenção que estavam previstas em espaços verdes, estão realizadas em 2020 e ainda, agora está em obra uma no Alto da Ajuda. -----

----- E, portanto, todas as áreas vão ter momentos importantes, estamos a trabalhar em todos, portanto, desde a energia, quer em eficiência energética, quer em produção de energia, estamos a trabalhar na água como disse, estamos a trabalhar na própria poluição atmosférica, no ruído, na biodiversidade e, portanto, em todas as áreas vamos ter bons momentos na área verde. -----

----- Estou a falar com os parceiros todos da Câmara, estou à espera agora, também, de ser aprovado o orçamento e depois de vermos como correm os CDC (Contratos de Delegação de Competências) com as Freguesias, para depois falarmos com as freguesias no mês de novembro, para estabelecermos como é que vamos atuar, também, ao longo de 2019 e principalmente em 2020, porque todos vamos ser “Capital Verde Europeia de 2020”, com as escolas também. -----

----- E, portanto, acho que vai ser um programa muito interessante, envolvendo a sociedade toda, tenho tido várias de reuniões com vários parceiros, quer culturais, quer sem ser culturais, empresas, etc..., grande apoio dos Vereadores todos da Câmara Municipal de Lisboa, todos os seus Pelouros vão dar o seu contributo para que haja, de facto, a “Capital Verde Europeia” seja um grande ano para a cidade de Lisboa em termos ambientais e que se discuta o problema ambiental não só de Lisboa, mas de Portugal e no mundo inteiro, como sabem os problemas do Ambiente não se podem reduzir a sítios mas, de facto, são problemas planetários. -----

----- Vamos ter a conferência da ONU, dos Oceanos em 2020 em Lisboa, o que é uma parte importante para falarmos dos oceanos e falarmos do plástico, falarmos de..., etc, -----

----- E, portanto, quer o Vereador Duarte Cordeiro na Higiene Urbana, quer o Vereador Miguel Gaspar na Mobilidade, quer Vereadora Catarina Vaz Pinto na cultura, vamos estar muito envolvidos nisto e os outros Vereadores, também, obviamente, porque acho que é um bom momento, foi um bom reconhecimento, terem-nos atribuído isto, foram peritos que nos atribuíram, tivemos uma evolução muito boa. Há coisas muito boas que vamos mostrar e uma delas vais ser a estrutura verde, porque essa foi idealizada há 50 anos e vamos concretizá-la.-----

----- É, de facto, muito importante, isto das CDC com as freguesias, porque há pequenas franjas que nós podemos adequar e melhorar nas ligações aos grandes corredores e aos grandes sítios. -----

----- Portanto, estou com grande esperança e podia ficar aqui uma hora a falar disto mas, penso que o Senhor Presidente não me vai deixar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora, Catarina Vaz Pinto-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- Em relação ao Concurso dos *ateliês*, não temos muito mais acrescentar àquilo que já foi dito, que já disse na minha intervenção anterior, confirmar apenas que os candidatos têm acesso a toda a documentação do concurso, portanto, tudo o que

puderam fazer para fazer as suas recomendações e sim, estamos a trabalhar no sentido de alargar a oferta, de tentar através de outro tipo de mecanismos alargar os espaços para artistas mais jovens de uma forma temporária. -----

----- Em relação à questão da política de apoio ao livro para além da Feira do Livro, acho que é das principais áreas em que o Pelouro da Cultura tem intervindo, nomeadamente, através da rede das bibliotecas municipais que são os principais instrumentos de promoção da leitura na cidade de Lisboa. São nove bibliotecas dispersas por todo o território da cidade e com uma política muito forte e empenhada no acesso à cultura e no acesso ao livro. -----

----- Portanto, já por várias vezes aqui nesta Assembleia, tive ocasião de dizer os princípios orientadores da “Biblioteca 21” que são na verdade por um lado a promoção, o acesso à leitura mas, também, ao conhecimento em todos os seus suportes, porque hoje as bibliotecas, são os pequenos centros culturais de proximidade. -----

----- Vamos abrir no próximo dia nove de novembro o segundo Polo da Biblioteca, nas Penha de França e no próximo ano a Biblioteca de Alcântara. -----

----- Também, foi aprovado recentemente no executivo municipal, a criação do “Festival Literário de Lisboa” que vai ser um grande evento, também, literário na cidade, que vai envolver as bibliotecas, as escolas, as livrarias, toda a população com um impacto nacional e internacional, estamos a pensar que seja ainda no final do próximo ano ou em princípios de 2020. -----

----- Temos a Casa Fernando Pessoa, também, um importante foco de divulgação da obra de Fernando Pessoa e da poesia portuguesa, em particular. -----

----- Há o apoio à edição e publicação de obras sobre a temática de Lisboa e, ainda também, a cidade de Lisboa que acolhe a Fundação José Saramago, é um edifício municipal e nós prestamos todo o apoio a atuação da Fundação e também, apoiamos algumas das suas atividades, nomeadamente, em relação a esta comemoração dos vinte anos do Nobel, vamos ter em dezembro deste ano, uma exposição no Torreão poente, do Terreiro do Paço, precisamente, que se chama “A rebeldia do Nobel”. -----

----- E para já era tudo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Queria responder a duas questões, uma diz respeito ao Programa de acolhimento temporário de animais. Dizer que é, no fundo é um programa que nós estamos a trabalhar em conjunto com várias áreas da Vereação, em particular com o Senhor Vereador Manuel Grilo, exige uma alteração ao Regulamento de Voluntariado e, portanto, nós apresentaremos em breve essa alteração, para poder prosseguir com o programa. -----

----- No que diz respeito, às questões que foram colocadas relativamente à redução dos plásticos, o contributo que eu acho que vai ser muito relevante que nós

pretendemos dar no imediato, é com a apresentação das alterações ao Regulamento da Higiene Urbana da Cidade, com proibição no fundo, da venda para o exterior da parte do comércio da cidade, de todo o tipo de bens que utilizem plástico descartável e, portanto, essa forma, vamos procurar reduzir substancialmente aquele plástico que nós sabemos que não tem forma de ser reutilizado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Relativamente às duas últimas questões, sobre o acesso aos bairros históricos não tem aqui nenhuma informação particular, não sei se fizer chegar o caso concreto que é colocado para se poder dar resposta, para isso há um regime de acesso que está estabelecido e ele funciona. -----

----- Sobre o Plano de expansão da “Gira” ele está definido, mas o que é neste momento para nós mais importante é recuperar o nível operacional de sistemas. Eu já há pouco aqui referi que o sistema tem hoje duas dificuldades, enfrenta dois desafios: -

----- O primeiro, tem a ver com a aprendizagem, quer dizer o sistema hoje cresceu muito, o número de utilizações por bicicleta é muito elevado, o número global de aderentes é muito elevado e, há aqui uma curva de aprendizagem sobre todo o processo de gestão do parque de bicicletas entre a zona mais norte da cidade, as zonas centrais, a zona ribeirinha que tem implicações diretas na operacionalidade do sistema. -----

----- Mas, há um segundo problema, que é um problema mais grave que se tem colocado na dificuldade de o fornecedor assegurar o número de bicicletas que está contratualmente obrigado nesta fase. -----

----- Por isso, nós estamos concentrados em apoiar para que esta situação seja resolvida e uma vez que tínhamos a confiança que tudo está resolvido, podemos então avançar para a fase de expansão que, implicará mais umas centenas de bicicletas, agora, neste momento a nossa própria intenção original não era esta, não era neste momento estarmos a resolver este problema, mas temos que resolver estes dois problemas antes de expandir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Vamos então dar início às perguntas da Câmara por parte do Partido Socialista.”--

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado José Moreno.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Moreno (PS)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores e Senhores Deputados e demais presentes.

----- Trazemos aqui hoje algumas questões sobre cinco temas: Primeiro a Educação, Saúde, Ambiente, Cultura e finalmente a Marina do Parque das Nações.-----

----- Quanto à Educação, colocamos desde já a seguinte questão: Qual a previsão de início de construção da segunda fase da Escola Parque das Nações, bem como da Escola Básica da zona norte do Parque das Nações?-----

----- Quanto à Saúde perguntou-se: Qual a previsão de início da construção de unidades de Saúde Familiar do Parque da Nações?-----

----- No que respeita ao Ambiente as questões são os seguintes: Para quando está programada a intervenção dos passadiços de madeira do Parque do Tejo e junto ao rio Trancão? É certo que o Senhor Vereador já respondeu em parte a esta matéria, mas ficaram ainda daqui algumas dúvidas a pairar, pelo que eu apelaria que dissesse mais alguma coisa concretamente a uma das questões que aqui formulei agora.-----

----- Por outro lado, para quando está programada a recuperação do sistema de rega dos relvados do Parque do Tejo de forma a retribuir-lhes a dignidade que já tiveram no passado?-----

----- Quatro, para quando colocação dos candeeiros na Alameda dos Oceanos, em frente à parcela quatro ponto trinta e oito, junto à rotunda das Oliveiras. Esta trata-se do troço da Alameda dos Oceanos onde inicialmente não havia construção, a construção veio posteriormente e nunca foram colocados os candeeiros de iluminação pública junto a este troço da Alameda, de forma que à noite há, de facto, ali um apagão que já dura há alguns anos, sendo certo que já pelo menos três anos a Câmara me tinha prometido e até me tinha dado o valor do orçamento para a essa obra, portanto, é saber, no fundo, sei que não está esquecida, mas saber no fundo para quando estará prevista finalmente a sua concretização.-----

----- No que respeito, à Cultura questão prende-se com uma obra de arte pública denominada sobre o Mar do Alberto Carneiro que foi construída, que é uma estrutura construída em madeira e mármore, que esteve nos jardins do Pavilhão de Portugal durante a exposição e muito depois da exposição e que certa altura, foi por iniciativa da Parque Expo, eu acompanhei na altura, tive a oportunidade de acompanhar de perto essa situação, só por razões de segurança, devido ser facilmente deteriorável e também para evitar que fosse danificada, foi entendido por bem pela Parque Expo que ela fosse recolhida até se encontrar um outro destino para o *hall* da entrada do edifício sede da Parque Expo que, nessa altura ainda propriedade da Parque Expo.-----

----- E a questão que se coloque se, entretanto, tratando-se de uma obra pública se entretanto, com a passagem de transferência de competências do património que teria, obviamente de haver da Parque Expo para a Câmara, nomeadamente de todas as obras públicas do Parque das Nações, se efetivamente, a Câmara já rececionou essa obra e se não o rececionou, o que é que está a fazer para lhe deitar mão, quanto antes, antes que ela possa ter outro caminho, uma vez que está num edifício que é de privados? ----

----- Finalmente, quanto a Marina do Parque das Nações, a questão é esta atendendo as responsabilidades transitadas para a CML, relativamente à Marina do Parque das Nações, na sequência da extinção da Parque Expo, pergunta-se que planos têm a



Câmara para revitalizar esta importante estrutura da cidade e da Freguesia do Parque das Nações e é tudo. Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente para responder.-----

----- Senhor Deputado José Leitão, microfone ao Senhor Deputados José Leitão por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto à Mesa: -----

----- Eu queria protestar, porque o Senhor Deputado José Moreno do Grupo Municipal do Partido Socialista, não teve direito a referência de início, uma referência incorreta de Deputado Independente e quando é Deputado do Grupo do Municipal do Partido Socialista, portanto, e depois não teve sequer ao nome, o que eu protesto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, nós tomámos nota na Mesa em tempo e alertamos os serviços para esse facto, de não foi possível corrigir durante a intervenção, mas foram avisados os serviços desse lapso, naturalmente, a Mesa pede desculpa por esse facto e, naturalmente, pedimos desculpa. Sabendo no entanto que o Deputado José Moreno faz parte do Grupo Municipal do Partido Socialista e pedimos naturalmente desculpa por esse facto. -----

----- Senhor Presidente para responder ao Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Eu antes de dar a palavra ao Vereador José Sá Fernandes, à Vereadora Catarina Vaz Pinto e ao Vereador Manuel Grilo e Vereador Manuel Salgado, quero dar uma resposta sobre a questão da Marina.-----

----- A Marina não transitou para a Câmara Municipal de Lisboa. A Marina e o teleférico mantiveram-se na esfera do Estado até terminarem os atuais contratos de concessão e quando terminarem os contratos, então sim, passaram para a gestão do Município de Lisboa, até lá mantém-se sobre gestão do Estado Central. -----

----- Aproveito já para referir aqui, porque não tive oportunidade, que esta solução encontrada para o conjunto final do património do Parque das Nações, do Parque Expo, peço desculpa, é uma excelente solução para a cidade, porque permitiu resolver, desbloquear os processos que estavam encravados, nomeadamente, relativamente à questão das escolas e que já no tempo do Presidente António Costa, ele tanto batalhou para que eles fossem resolvidos e não conseguiu que fossem resolvidos.-----

----- Esta solução resolve, o das duas Escolas, o do Centro de Saúde já estava resolvido por aquisição do Ministério da Saúde, mas permite também à Câmara incorporar um conjunto de ativo atualmente no Parque das Nações que se encontravam ou sem uso ou pior ainda, em risco de degradação, como a Torre Galp e que agora irão conhecer o tratamento adequado pelo seu proprietário adequado que é o

Município de Lisboa, exceção a esta transição, são aquelas duas que referi, por terem receitas associadas e que, no acordo foi entendido que assim ficaria, aliás, uma boa forma, celebrar os vinte anos na Expo, foi arrumar, de vez com este processo que se arrastava desde o tempo em que foi feito anúncio extemporâneo da extinção do Parque Expo sem nenhuma condição, depois prática dele ocorrer e passaram-se creio sete anos até aqui chegarmos. -----

----- Peço então aos Senhores Vereadores para que iniciem o período respostas.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

---- “Eu vou ser muito breve agora, já respondi em relação aos passadiços, nós vamos agora interditar o de madeira rapidamente, porque ele de facto está em muito más condições, vamos fazer um passadiço em “tout venant” junto ao aterro para ligar até ao Trancão e em Fevereiro tacaremos o de madeira, o tal que agora falou. -----

----- Rega, estamos a monitorizar a rega, há ali vários problemas no sistema de rega. Eu julgo que neste inverno vamos resolver praticamente todos os problemas e temos também um processo em curso de eventualmente utilizarmos água reutilizada na zona, o que vai ser um grande benefício para o Parque das Nações, com menos problemas nos sistemas de rega, estamos a tratar da monitorização da rega. -----

----- O Parque de *Skates* está em obra, não deve ter passado lá, porque já está em obra há umas semanas, estamos a fazer isto todo em articulação com a Junta de Freguesia e, portanto, eu acho que o Parque das Nações vai estar em boas condições na Primavera do ano que vem, em relação a todas estas áreas que falou.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador Manuel Grilo.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Em relação às escolas do Parque das Nações Sul é da responsabilidade da Parque Escolar e, portanto, não temos conhecimento de lançamento concurso para a construção da segunda fase, porque não sabemos. -----

----- Em relação ao Parque das Nações Norte, trata-se de uma escola nova orçada em quatro milhões e pouco mais de quatro milhões de euros, está previsto o início da obra para o segundo semestre de 2019.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: ----

----- “Gostava de relativamente à questão da escola do Sul dar a informação que tenho adicional à do Senhor Vereador, é que da informação que dispo-lho ainda está a decorrer um estudo de descontaminação que tinha sido pedido depois do célebre episódio registado aquando da obra do Hospital da CUF e por isso houve um despacho do secretário de Estado do Ambiente, a mandar que nas várias obras se fizessem essas análises prévias e é esse trabalho que está a ser feito que depois, também, poupará tempo na execução da obra em si. -----

----- Senhor Vereador, não sei se tem o ponto de informação sobre o Centro de Saúde? Este Centro de Saúde, aliás, é um Centro de Saúde cuja obra é realizada pelo Ministério da Saúde e não pela Câmara de Lisboa. -----

----- Senhor Vereador, por favor!” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Presidente. -----

----- Este Centro de Saúde, portanto, o projeto foi feito pela ARS ao contrário de todos os outros em que o projeto foi feito pela Câmara. O projeto já foi entregue à Câmara agora vai para a fase de revisão e está previsto que até ao final do ano, o mais tardar início, longo do ano que 2019 seja colocado em concurso de empreitada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto,** no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Em relação à obra do Alberto Carneiro, a Câmara já por várias vezes, reiterou a Secretaria de Estado do Tesouro, que estava interessada em adquirir a obra e ainda não tivemos resposta, mas a Câmara irá em princípio ficar com elas, restaura-la e colocá-la no circuito de arte pública da Expo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, penso que está concluída a resposta, por parte da Câmara. ----

----- Muito bem! Vamos avançar então para o penúltimo Grupo Municipal que está inscrito o MPT.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “ Senhor Deputado Mário Freitas, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT),** no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----

----- Para esta Sessão submetemos à consideração do Executivo Municipal, seis temas.

----- Para além do défice na limpeza da Cidade, deparamo-nos com a Venda Ambulante, de diversos modos e formas, junto a monumentos NACIONAIS da Nossa Lisboa. -----

----- A Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, que institui a Lei de Bases do Património Cultural, no seu artigo 15.º, n.º 3, estabelece que “Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional» (...)” -----

----- Complementando o seu n.º 4, que “Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”, logo necessariamente tal proteção e valorização, engloba e inclui a sua envolvente, o que é fundamental para o enquadramento e interpretação dos respetivos monumentos. -----

----- Contudo, o carácter permanente e constante da venda ambulante exercida junto aos Monumentos Nacionais da Cidade de Lisboa, - como se construções permanentes fossem - desrespeita-os e retira-lhes dignidade, para além de afetar o seu enquadramento e interpretação.-----

----- Colocamos assim as seguintes perguntas: A confirmar-se que a Venda Ambulante praticada junto a monumentos nacionais, se encontra licenciada pela CML ou pelas respetivas Junta de Freguesia, gostaríamos de saber até quando esta situação se irá manter?-----

----- Gostaríamos de saber se está a ser contemplada a importância e relevância da área envolvente dos Monumentos Nacionais? Pois o artigo 43.º da Lei de Bases do Património Cultural, prevê Zonas Gerais de Proteção e Zonas Especiais de Proteção, não inferior a 50 metros, a contar dos seus limites externos, ainda que inicialmente pensada para impedir quaisquer construções.-----

----- Na temática da Mobilidade, gostaríamos de abordar uma situação que tem vindo a verificar-se com frequência no centro histórico, em particular no Castelo.-----

----- Referimo-nos, Senhor Presidente, à “obrigatoriedade” dos residentes desta zona terem de solicitar à EMEL uma autorização com 48 horas de antecedência para poderem receber a família que se desloca de automóvel.-----

----- Não obstante compreendermos que se trata de uma Zona de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC), é inconcebível que os residentes, na sua maioria com idade avançada e parca mobilidade, estejam condicionados de serem auxiliados pelos seus familiares em caso de doença.-----

----- A título de exemplo, uma munícipe submetida a intervenção cirúrgica oftalmológica, teve de percorrer o caminho a pé até à sua residência, correndo o risco de queda, porque a EMEL, mesmo com apresentação de atestado médico, impediu o filho de passar com o seu automóvel.-----

----- Também os comerciantes desta zona se têm deparado com inúmeras dificuldades, visto que os cartões de visitante apenas permitem o estacionamento gratuito por períodos de 30 minutos. O que leva que muitos distribuidores deixassem de ir ao Castelo abastecer os seus clientes, causando prejuízos no negócio.-----

----- Senhor Presidente, reconhecemos que a EMEL, ao condicionar o acesso e o estacionamento nos bairros históricos, teve como premissa facilitar a vida de quem lá vive. Mas, na verdade, o sistema não está a funcionar como pretendido, causando danos, ao ponto de os residentes e respetivas famílias se sentirem condicionados na sua liberdade.-----

----- Assim, perante o exposto, gostaríamos de colocar as seguintes questões:-----

----- 1. Como é feita a triagem de quem entra no Castelo, designadamente, em casos de necessidade de prestação de auxílio aos familiares por motivo de doença?-----

----- 2. Considera a CML rever o regulamento em vigor, considerando que o atual modelo se encontra desajustado à realidade atual dos bairros históricos?-----

----- Após a recuperação do Chafariz de Dentro, em Alfama, em Outubro de 2017, uma obra que há muito se esperava, quer agora a junta de Santa Maria Maior colocar um quiosque no meio do largo histórico. A necessidade de um posto de turismo em

Alfama pode ser válida mas no centro do Largo do chafariz de Dentro, não nos parece o local correto. A instalação do Posto de Informação Turístico no Largo do Chafariz de Dentro consta no Documento “Opções do Plano para 2018”, no qual se resumem as atividades das Juntas de Freguesia. -----

----- Perguntamos, assim: Existindo na Freguesia de Santa Maria Maior vários postos de turismo, como: no Terreiro do Paço, nos Restauradores, no Martim Moniz, em Santa Apolónia e no interior do Museu do Fado, paredes meias com o Largo do Chafariz de Dentro, gostaríamos de questionar, a necessidade de outro posto de turismo e porquê no centro do largo? -----

----- Não menos importante, pretendemos obter alguns esclarecimentos sobre a Saúde dos funcionários da CML. Nas últimas Informações Escritas do Senhor Presidente, constatamos, na área dos Recursos Humanos/Medicina do Trabalho, que o absentismo apresenta números elevados. Constatamos que as consultas de nutrição têm vindo a aumentar, não existindo informação relativamente aos refeitórios, isto é, quantidade de refeições servidas ou quantas são servidas, quer a funcionários, quer a aposentados.

----- Tendo sido feita uma análise cuidada, e a propósito deste Dia Mundial da Alimentação preocupa que a lista de refeitórios existentes, da maior autarquia do País, tenha 6 refeitórios para quase 8 mil funcionários; destes 6 refeitórios, dois ficam localizados em cemitérios e os outros dispersos em locais como Monsanto ou Olivais. -

----- Sabemos que existem protocolos, como é o caso do existente com a Biblioteca Nacional, onde os funcionários do edifício do Campo Grande, algumas centenas, podem ir almoçar. Pena é que a lotação máxima da cantina da biblioteca nacional não esteja preparada para tal população, se entender lá ir. -----

----- Hoje em dia, são muitos os funcionários que trazem refeições de casa, por razões financeiras, mas certamente também pela falta de cantinas municipais. -----

----- Recordemos a eterna pescadinha de rabo na boca da saúde: mau e pouco investimento na saúde, e na sua promoção, e na prevenção da doença, implica inevitáveis custos acrescidos com a doença. -----

----- Outra preocupação é a existência de consultas antitabágicas junto dos funcionários. Sabemos que a preocupação maior da Higiene e Segurança do Trabalho, na área da limpeza urbana são o EPI – Equipamento de Proteção Individual, mas demasiadas observamos um cantoneiro de limpeza a efetuar a sua atividade, enquanto consome o seu cigarro. -----

----- 1. Tendo em conta que não encontramos referências a consultas antitabagismo gostaríamos de saber se existem e quais os números. -----

----- 2. Atendendo a que na última informação escrita se faz referência a 18.104 dias de absentismo por acidentes de trabalho, no período de 1 de Junho a 31 de Agosto de 2018 (período de férias de maioria dos funcionários), perguntamos: Sr. Presidente, que medidas estão a ser tomadas para conhecer as causas e para a redução deste número, que ainda de estimativa de dias de Incapacidade Temporária Absoluta, é absolutamente inaceitável? -----

----- 1. Que programas estão a ser implementados na CML, dirigidos aos seus trabalhadores para a promoção da saúde no local de trabalho, nomeadamente aos EVS, assim como da promoção da actividade física nos trabalhadores? -----

----- 2. Faz todo o sentido apostar em alimentação saudável nos parques escolares, mas também faz todo o sentido que tal suceda com os trabalhadores da CML. Assim, o que está proposto para aumentar o consumo de alimentação saudável, nas refeições em horário de trabalho? -----

----- Quanto às questões da Escola Básica Teixeira a de Pascoais, prescindimos das mesmas dado o senhor Vereador em tempo já ter esclarecido as mesmas ao longo deste debate. -----

----- Por último, sentimo-nos forçados a questionar o executivo sobre a manutenção dos elevadores dos bairros de habitação municipais. -----

----- Há moradores idosos dos bairros do Cabrinha e do Loureiro que passam meses sem sair de casa pela dificuldade imposta pelas escadas que a separam da rua. -----

----- Os edifícios estão dotados de elevadores mas estes equipamentos encontram-se frequentemente fora de serviço. Os moradores referem negligência e por vezes danos aplicados de forma intencional, no entanto apontam também o dedo à Gebalis. -----

----- Gostaríamos, então, de saber, senhor Vereador: Se é verdade que a Gebalis não tem acesso a material adequado a uma eficaz manutenção mecânica dos elevadores dos bairros municipais que gere; -----

----- Se a Câmara Municipal está a par das dificuldades a que os moradores destes bairros estão sujeitos, da privação de acesso ao exterior de suas casas e dos riscos de saúde a que estas situações de isolamento podem levar; -----

----- E se, enquanto a situação dos elevadores não estiver resolvida, o Pelouro dos Direitos Sociais pretende prestar o apoio necessário a estes moradores para quem a casa se tornou prisão. -----

----- Obrigado! -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente para as respostas, por favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora, Paula Marques, por favor.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, eu aproveitaria sinteticamente para dar a informação e também do qual é universo de trabalho sobre a questão dos elevadores. -----

----- A Gebalis tem, neste momento, sobre gestão associada à gestão do património dos bairros municipais, um número como mil, cento e oitenta e oito elevadores, como mil cento e oitenta e oito elevadores. E tem dos quais mil, cento e setenta e seis, tanto a sua grande maioria estão ao abrigo do contrato de manutenção completa, isto é

durante muito tempo, a manutenção era feita, eu não vou dizer casuisticamente mas, sem um processo de manutenção completa e integral. Neste momento, temos já em função do contrato que abrange todos estes mil, cento e setenta e seis e os outros doze que são o diferencial com contrato de manutenção simples. -----

----- E, portanto, aquilo que nós temos vindo a fazer é, fazer uma reabilitação para além da manutenção fazer, também, reabilitação daquilo que são os nossos elevadores e já agora dizer que, neste momento estão cerca de oito e meio por cento, por razões diversas de elevadores sem estarem a funcionar na sua plenitude, e um dos motivos que nós temos para além do desgaste naturalmente e daí a manutenção completa e termos reforçado aquilo que é a intervenção, temos com muita frequência ou diria que noventa por cento das vezes a situação de paralisação, trata-se de atos de vandalismo e de uma apropriação. -----

----- Nós temos vindo a trabalhar com associações de moradores com as Juntas de Freguesia e com os próprias Comissões de Lote, nomeadamente, do Cabrinha e no Loureiro, mas mais no Cabrinha onde está o programa das Comissões de Lote a funcionar, para que se sensibilizemos as pessoas, que não danifiquem os elevadores, porque prejudicam em grande parte dos seus vizinhos especialmente a população mais velha. -----

----- Portanto, quanto ao acompanhamento, sim, temos noção da situação que muitas vezes as pessoas mais idosas sofrem por não terem o elevadores a funcionares na sua plenitude e, também, muito com o apoio muitas vezes, as organizações locais e Cabrinha um deles, a Gebalis dá apoio naquilo que é a sua competência, naturalmente para poder facilitar muitas vezes saída dos moradores e agilizar a saída dos moradores, para que eles não fiquem reféns, digamos, não poderem descer as escadas.

----- O que estamos a fazer, também, com esta preocupação não com está preocupação dos elevadores, mas também com a preocupação do envelhecimento da população é procurar por acordo com os moradores e passar, fazer uma transferência dos moradores sempre que possível dos andares mais altos, para os andares mais baixos, para que possam, não só pela questão dos elevadores não funcionarem, como claramente é exposto na sua pergunta mas, prevenindo assim situações de falta de mobilidade que possam acontecer. -----

----- Também nesse sentido, temos estado sempre que fazemos uma intervenção e uma reabilitação integrada nos bairros municipais, estamos a procurar fazer acessibilidade ao edifício de maneira a que as pessoas mais velhas possam ou pessoas com mobilidade reduzida, possam aceder, nomeadamente através de rampas, quando isso é possível no acesso ao lote. -----

----- Gostava também de dizer que, no ano de 2018 em manutenção, conservação e modernização e reparação, portanto, associada ao programa de requalificação esta intervenção e modernização dos elevadores, veja-se a questão das Torres do Alto da Eira, por exemplo, estamos a falar num valor de um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil euros em 2018 e, temos previsto para 2019, dois milhões, quinhentos e trinta e seis e, portanto, isto é um encargo neste momento de gestão e de manutenção e requalificação e modernização dos elevadores e temos apresentado muitas vezes

queixa-crime, quando são situações de vandalismo, porque, de facto, essas situações prejudicam os outros moradores.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora.-----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- Sem prejuízo de complementar a minha resposta, até numa interação com o MPT, porque as questões sobre saúde e dos trabalhadores do município foram tão vastas que isto dava agora aqui num pedaço de explicação, mas nós vamos fazer uma conversa, eventualmente, individualizadas e depois se alguma Comissão quiser ter acesso a esta informação também poderemos fazer com todo o gosto.-----

----- Mas eu gostava de dizer que o Município de Lisboa, neste momento, tem duas tendências que estamos a analisar e a diagnosticar e, ao mesmo tempo planear as intervenções sobre essa matéria que são, uma descida dos dias de trabalho perdidos por doença natural e, portanto, digamos que os trabalhadores do Município de Lisboa, certamente, pelos seus próprios cuidados de saúde mas, também, por alguma intervenção e a despenalização daquilo que é a prevenção na saúde, que município dá quer através do próprio município, quer através da forma como participa e cogere dos Serviços Sociais do Município de Lisboa temos tido uma descida de 2015 para 2017, tivemos cerca de menos dezassete de dias de trabalho perdidos do que em 2015.-----

----- Já a tendência dos acidentes de trabalho, tem vindo a ser contrária a esta. Ela atingiu níveis preocupantes nos últimos dois semestres e tem uma incidência principal na área da Higiene Urbana e estamos a trabalhar num plano de prevenção sobre acidentes de trabalho de uma forma muito mais assertiva, relativamente às questões que se colocam sobre acidentes de trabalho no Município de Lisboa e, portanto, adaptando aquilo que é uma prática já bastante consolidada sobre acidentes de trabalho a adaptando às novas circunstâncias que têm ocorrido nos últimos, como disse cerca de dois semestres portanto, último ano.-----

----- Agora, o facto com o Município de Lisboa tem sido referenciado positivamente em todas as análises têm sido feitas sobre as suas políticas de saúde higiene e segurança no trabalho, é visitado por inúmeras entidades congéneres de outros municípios e outros organismos da Administração Pública, temos partilhado as nossas boas práticas, tem sido reconhecidas pelas mais diversas entidades.-----

----- E, portanto, é com gosto que partilhamos essa informação sem estarmos hoje aqui detalhar mas, temos protocolos médicos multidisciplinares em que a fornecemos aos nossos trabalhadores, equipas saúde ocupacional contemplando psicologia, medicina do trabalho, nutrição, ergonomia, higiene, segurança, os múltiplos exames e análises necessárias. Temos um modelo centralizado nas pessoas, relativamente, a um conjunto de intervenções e de funções nesta área, temos consultas preventivas de saúde mental, só para referir algumas coisas, consultas de nutrição consultas de enfermagem com recolha de indicadores de saúde, no âmbito de exames periódicos de



medicina no trabalho, temos sessões de ginástica laboral, análise de capacidade de trabalho e fatores psicossociais em áreas muito relevantes e muito específicas como a área cemiterial, só para citar algumas. -----

----- Tenho aqui várias páginas que podia continuar e, portanto, eu acho que o que me parece que seria interessante era partilhar isto com o MPT, que foi quem mostrou agora aqui essa vontade e, portanto, convidar-vos para uma reunião onde apresentaremos esta informação toda e se considerarem que ela é relevante em Comissão, pois certamente, poderemos detalhar toda esta informação quer, relativamente ao histórico do último ano, que é um bom referencial quer, relativamente aos planos que estão em preparação ou que estão em execução para o próximo ano.-----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, antes de entrarmos na intervenção de perguntas à Câmara, do último Grupo Municipal, só alertar o plenário de que ainda temos dois pontos, nossa Ordem de Trabalhos, que convinha terminarmos hoje, tendo em conta que na sua próxima sessão, da semana que vem é o debate do “Estado da Cidade” que tem cinco horas.-----

----- E, portanto, não teremos certamente tempo para passar pontos de hoje para lá, portanto, eu pedi a compreensão dos Senhores Deputados, tendo em conta que para as cinco horas e vinte do limite nos trabalhos, ainda temos cerca de uma hora, eu gostaria sem querer condicionar o debate de nenhuma das Propostas apelava, naturalmente, a presença dos Senhores Deputados e daria para já a palavra à Senhora Segunda Secretária para chamar próximo.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, do Senhor Presidente já se ausentou, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas Funcionários.-----

----- O primeiro tema tem que ver com a ocupação do espaço público por venda ambulante de *roulottes*.-----

----- O Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Lisboa foi aprovado na AML de 13/7/1995. Nele se especifica que a venda em unidades móveis, quiosques e *roulottes* apenas será permitida em unidades especialmente equipadas para o efeito, que serão objeto de vistoria nos termos da legislação aplicável. De acordo com o art. 22º do referido Regulamento, a ocupação da via pública é circunscrita exclusivamente ao espaço da unidade amovível, não sendo permitido colocar qualquer objeto fora desse espaço, exceto um recipiente para o lixo.-----

----- Ora, em Telheiras, no cruzamento da Rua Professor Fernando da Fonseca com a Rua Professor Eduardo Araújo Coelho, há vários anos que ali se encontram instaladas duas a três ‘*roulottes*’ em vésperas e em dias de jogo, nacionais e europeus, do Sporting Clube de Portugal. -----

----- As referidas ‘*roulottes*’, procedem à venda de bebida e comida junto aos acessos do número quatro da Rua Professor Eduardo Coelho, mantendo-se em funcionamento até perto das duas horas da madrugada. Segundo os moradores, alguns consumidores recorrem ao hábito de expelirem as suas necessidades fisiológicas, literalmente, contra as paredes do edifício de habitação, deixando-as encardidas e com um odor por vezes insuportável. Para além do lixo, o ruído noturno torna-se por vezes desagradável, principalmente para quem tem crianças ou necessita levantar-se cedo pela manhã. -----

----- Considerando que, de acordo com o Anexo II do Regulamento da Venda Ambulante no Concelho de Lisboa, estão definidos vinte e seis lugares para *roulottes* nas imediações do Estádio José de Alvalade, mas onde não consta como autorizada a Rua Professor Eduardo Araújo Coelho. Os vinte e seis lugares previstos em edital para as imediações do estádio são: “por baixo do viaduto da Avenida Padre Cruz, em frente à estação do Metro do Campo Grande, no parque de estacionamento por baixo do viaduto da Avenida Norton de Matos”. -----

----- Pergunta-se: Foram já devidamente estimados os impactos negativos da localização das referidas ‘*roulottes*’ para a qualidade de vida dos residentes? -----

----- Que diligências foram iniciadas pela Câmara para serem reavaliadas as licenças para aquele local de venda não previsto em edital? -----

----- Foi já escolhida alguma potencial área mais afastada daquele espaço habitacional? Se sim, para quando se prevê proceder à deslocalização daquelas inoportunas *roulottes*? -----

----- Tema seguinte: Reposição da segurança no separador central da Avenida Padre Cruz. -----

----- No ano transato, a Câmara procedeu à reformulação da ligação da Segunda Circular à Avenida Padre Cruz, bem como ao alcatroamento do piso e à substituição da iluminação pública, entre outras tarefas mais recentes. Desde então tem-se aguardado pela finalização desses trabalhos, para salvaguarda da segurança dos munícipes. -----

----- Este troço sul da Avenida Padre Cruz, desde o Campo Grande até ao cruzamento entre a Rua prof. Vieira de Almeida e a Avenida Rainha Dona Amélia, separa o estádio do Sporting do bairro de Telheiras. Aí se situam a Escola Nacional de Saúde Pública, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge ou a décima nona esquadra da PSP. Existem ainda dois postos de abastecimento de combustíveis com espaços de Auto restauração, paragem da Carris e um intensivo parqueamento de viaturas nas zonas envolventes. Ou seja, trata-se de uma área de frequente utilização pelos munícipes. -----

----- De forma a inviabilizar qualquer tentativa de atravessamento pedonal desta via para acesso aos transportes, aos equipamentos desportivos ou às zonas comerciais e habitacionais, desde sempre a Câmara procurou salvaguardar a segurança no local,

instalando, no separador central, uma divisória em rede de arame com altura superior à de um ser humano. No entanto, há já alguns anos que essa rede se encontra derrubada em alguns troços, não impedindo assim a indesejável passagem de pessoas e animais.-----

----- Deste modo, questionamos: Tem a Câmara conhecimento do estado deficiente da rede metálica? Se sim, porque há anos se encontra por ser reparada? -----

----- A que medidas pondera a Câmara recorrer para, com toda a urgência, reforçar a segurança no local e impedir o perigoso atravessamento pedonal da Avenida Padre Cruz?-----

----- Tema seguinte: Concurso de publicidade exterior ou *outdoors*. -----

----- A Câmara adjudicou, por quinze anos, a concessão da publicidade exterior ou *outdoor* da capital a uma determinada empresa. Surgiram depois acusações cruzadas entre as empresas concorrentes e o Município de Lisboa, seguidas de várias providências cautelares.-----

----- A Associação Portuguesa de Anunciantes decidiu dar entrada de um pedido de investigação a este concurso, considerando que a adjudicação inicial deveria ter sido previamente notificada à Autoridade da Concorrência para aprovação e que a “tentativa de concretização do contrato por parte da Câmara, era ilegal”. Por poder estar em causa um eventual processo de concentração ou de monopólio no sector da publicidade exterior, a Autoridade da Concorrência decidiu abrir uma investigação ao concurso de *outdoor*. -----

----- Perante as notícias vindas a lume, questionamos: qual o ponto de situação deste concurso? Que indemnizações, poderá ter a Câmara de vir a pagar? -----

----- Admite o executivo voltar a reabrir novo concurso, excluindo a hipótese de monopólio, com a adjudicação a mais de uma empresa, como aliás vinha sucedendo desde há décadas em Lisboa? -----

----- Tema seguinte: Obras em curso no MUDE -----

----- O MUDE, que foi inaugurado em 2009 com base na Coleção Francisco Capelo, está encerrado desde maio de 2016 para obras de requalificação integral do edifício, na Rua Augusta. Depois de terem sido anunciados atrasos já em Março deste ano, devido, supõe-se, ao fim do contrato com o empreiteiro por incumprimento, as obras no Museu continuam paradas. -----

----- Até à data de encerramento tinha recebido mais de um milhão, novecentos e vinte mil e quinhentos visitantes, apresentou cinquenta e oito exposições, realizou cento e setenta e sete eventos e trinta e nove edições relacionadas com o seu acervo de moda e *design*. Durante o período de obras, o Museu teve de recorrer a uma programação cultural e expositiva de recurso denominada ‘MUDE Fora de Portas’.-----

----- Pergunta-se: Quem originou o incumprimento contratual? Novas exigências do Município ou incapacidade técnica ou financeira do empreiteiro? -----

----- Está prevista alguma reavaliação do projeto de arquitetura e de especialidades? ---

----- Pondera a Câmara a abertura de um novo concurso internacional para conclusão da empreitada? -----

----- Quais os custos não previstos com a iniciativa ‘MUDE Fora de Portas’? -----

----- Obrigado, Senhor presidente em exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Vice-Presidente para responder.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu as seguintes respostas:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- No que diz respeito às questões relativas ao licenciamento de venda ambulante no espaço público, em particular junto do Estádio de Alvalade na Freguesia do Lumiar, estas são questões devem ser colocadas à Junta de Freguesia do Lumiar, provavelmente em Assembleia de Freguesia, porque, na realidade essas licenças foram emitidas pela Junta de Freguesia do Lumiar e não pela Câmara Municipal conforme competência própria que, neste momento, está na junta de Freguesia do Lumiar, portanto, o máximo que posso fazer para ajudar é reencaminhar ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia do Lumiar, no fundo os casos que me identifico.-----

----- No que diz respeito ao concurso de publicidade exterior. Há aqui um conjunto de confusões que importa clarificar porque, às vezes as notícias não são exatas e quando nós lemos as notícias muitas vezes, nós ficamos, por vezes baralhados. Nós não temos informação nenhuma de que a Autoridade da Concorrência tenha aberto uma investigação sobre o concurso de publicidade, portanto, o Senhor Deputado lê-o uma notícia.-----

----- Aquilo que nós sabemos é que a Autoridade da Concorrência nos pediu a nós Câmara Municipal de Lisboa em agosto, informação relativamente ao concurso, informação essa que foi dado a Autoridade da Concorrência e, portanto, nós respondemos Autoridade da concorrência com conjunto de informação que nos foi solicitada.-----

----- Sobre a questão que foi colocada pela APA (Associação Portuguesa de Anunciantes), nomeadamente a questão relativamente a uma suposta ilegalidade, porque a Autoridade da Concorrência devia ter sido notificada previamente a assinatura do contrato, pois bem como o contrato ainda não foi assinado, essa notificação prévia ainda vai a tempo de ser feita.-----

----- E, portanto, na realidade o que Autoridade da Concorrência, neste momento está a fazer com a informação que foi prestada por nós e provavelmente pelas empresas, é verificar se, se trata de um caso em que necessita da dita notificação prévia ou não, para no caso de existir notificação prévia, a Autoridade da Concorrência informar a empresa a quem nós adjudicamos, mas ainda não assinámos o contrato, que deve notificar previamente Autoridade da Concorrência, antes da dita assinatura do contrato.-----

----- E, portanto, no nosso entender, nós estamos a seguir as formalidades normais que decorrem deste tipo de procedimento e se a Autoridade da Concorrência, assim entender que se trata de um processo que careça de alguma matéria de notificação prévia, ou até no limite de algum tipo de concentração, imagino eu que a Autoridade

da Concorrência, o que fará é aplicar os remédios ao mercado como aplica em todos os outros mercados em que considera que possa existir algum tipo de abuso de posição dominante. -----

----- Não nos parece de todo que seja o caso e, portanto, eu não creio que, de forma alguma que nós tenhamos que andar para trás com o concurso da publicidade e muito menos tínhamos qualquer tipo de responsabilidades indemnizatórias, nós estamos a fazer as coisas todas como devem ser feitas nos termos da Lei e, portanto, inclusivamente, falaremos com a Autoridade da Concorrência para prestar mais informações, se eles assim o entenderem. -----

----- A Autoridade da Concorrência está num processo normal de análise, de apreciação em concreto ao concurso de publicidade exterior, portanto, vamos aguardar pela sua natural intervenção neste processo. -----

----- Agora eu ia pedir ao Senhor Vereador Manuel Salgado, para complementar com as questões que eu não respondi.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, deu as seguintes respostas: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Em relações à Avenida Padre Cruz, a reposição da rede e a sua manutenção foi concluída nesta primeira quinzena de outubro, portanto, segundo a informação que me é dada, já está feito. -----

----- Em relação à pergunta sobre o MUDE, o que originou que o incumprimento. -----

----- Eu não fui lá ver, foi o que comecei por dizer, a resposta que eu tenho aqui da Unidade de Coordenação Territorial, é que o trabalho ficou concluído na primeira quinzena de outubro, mas se o Senhor Deputado diz que é mentira, eu não sei se ainda cá está a Diretora Municipal? Já saiu, mas amanhã mesmo lhe perguntarei e informarei o Senhor Deputado. -----

----- Em relação à questão do MUDE que o que se passou foi que há uma empresa que ganhou o concurso, uma empresa aliás, muito conceituada, só que estava numa situação financeira crítica e, portanto, veio com um preço anormalmente baixo para ganhar este concurso e a empresa faliu e, portanto, abandonou a obra. Os atrasos excediam tudo o que era admissível e, portanto, foi rescindido o contrato. Como alguns trabalhos tinham sido feitos, foi preciso fazer a reavaliação dos trabalhos todos e corrigir o projeto, para retirar aquilo que já tinha sido feito. -----

----- Portanto, neste momento, é esse trabalho que está a ser feito, para se lançar uma nova empreitada, logo que estiver concluído será feita nova empreitada -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **6. APRECIACÃO CONJUNTA DAS INICIATIVAS ABAIXO INDICADAS; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- **6.1 - VOTO 038/01 (PAN) - PELO DIA MUNDIAL DO ANIMAL E POR TODAS AS ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS CÍVICOS ZOÓFILOS DE LISBOA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º E NA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 47.º CONJUGADA COM A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, TODOS DO REGIMENTO;** -----

----- (O Voto n.º 038/01 fica anexado à presente Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

**6.2 - RECOMENDAÇÃO 038/01 (PAN) - CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA E DE SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º E NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ART.º 47.º CONJUGADA COM A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, TODOS DO REGIMENTO;**-----

----- (O Recomendação n.º 038/01 fica anexado à presente Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Chegamos assim ao final do nosso Ponto oito das perguntas à Câmara e assim sendo, vamos retomar a nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- O ponto seis de apreciação conjunta das iniciativas do PAN.-----

----- Neste caso, o Voto 038/01 pelo do Dia Mundial do Animal e por todas as Associações e Movimentos Zoófilos de Lisboa e também pela Recomendação n.º 038/01, também do PAN, Campanha de Esterilização de Animais de Companhia e de Sensibilização da População.-----

----- Palavra à Senhora Segunda Secretária para chamar os Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Imprensa, Público em geral.-----

----- No dia 4 de Outubro celebrou-se o Dia Mundial do Animal, e obviamente não podíamos deixar passar esta data em branco. O Dia Mundial do Animal, também Dia do Médico Veterinário, tem como objetivo sensibilizar e educar a sociedade para a criação de um planeta onde os animais são sempre reconhecidos como seres sencientes e dignos do seu bem-estar. E é com base nestes valores e pressupostos, entre outros que damos continuidade ao nosso mandato, ano após ano.-----

----- A celebração deste dia une as associações e movimentos em prol dos animais a nível internacional, criando uma força global pela proteção animal e mobilizando milhares de pessoas em todo o mundo por esta causa.-----

----- Vivemos numa época em que os animais de companhia assumem uma importância cada vez maior no agregado familiar e em que existe uma maior consciência de que todos os animais, de companhia ou não, são seres que sentem e que sofrem tal como as pessoas.-----

----- A propósito deste dia, não podemos deixar de saudar todas as associações zoófilas e movimentos cívicos da nossa cidade nem de louvar o excelente trabalho que

desempenham em prol dos animais da nossa cidade, trabalho esse que na maioria das vezes substitui ou complementa o trabalho da Autarquia. Recolha de animais abandonados, alojamento desses mesmos animais, tratamentos médico-veterinários, encaminhamento de animais para adoção ou esterilização de animais de rua, são algumas das funções destas associações que tanto contribuem para o bem-estar dos animais em Lisboa. -----

----- Sabendo que todas estas funções deveriam ser desempenhadas pelo Município, tem sido uma constante preocupação do PAN garantir que estas questões estão asseguradas. Por essa razão, apresentámos no início deste ano a recomendação para a construção do Hospital Municipal Veterinário bem como temos questionado o Executivo por diversas vezes relativamente a matérias como campanhas de esterilização e adoção. Apresentámos, inclusive, este tema no Orçamento de 2018 pelo que o retomamos este ano. -----

----- Sabendo que foi aprovado um apoio financeiro no montante global de quinhentos mil euros, proveniente do orçamento da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, para promover uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, e podendo beneficiar deste apoio os municípios e as entidades gestoras de centros de recolha oficial de animais de companhia os CRO (Centros de Recolha Oficial), voltamos novamente a este tema conscientes da importância deste tipo de campanhas: campanhas de sensibilização e educação da população que promovam uma sociedade mais consciente e campanhas de esterilização que contribuam para evitar a reprodução descontrolada de animais de companhia. -----

----- Apresentamos hoje, por estas razões uma recomendação que visa a realização anual destas campanhas de esterilização de cães e de gatos, nomeadamente daqueles cujos detentores estejam em situação de carência económica, e ainda para as associações de proteção animal com sede em Lisboa que não tenham nas suas missões a prestação de cuidados médico-veterinários, bem como o reforço das campanhas de sensibilização e educação incentivando a adoção, a identificação eletrónica, o registo e os cuidados de saúde e bem-estar animal. -----

----- Por uma Lisboa mais amiga dos seus animais. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Vereadores, Funcionários, Público e Comunicação Social. -----

----- A dignidade e bem-estar animal aliada à segurança e saúde pública da população são duas premissas inadiáveis inseparáveis para as quais o PCP interveio e continuará a intervir. -----

----- Foi a partir do Projeto de Lei apresentado pelo PCP, para a criação de uma Rede de Centros de Recolha Oficial de Animais que chegou a Lei n.º 20 de setembro de 2016 e foi também, com a apresentação de um projeto de resolução por parte deste partido, em abril de 2017, que culminou na Portaria de Regulamentação n.º 146 que ficou definida a forma, os prazos para a realização do levantamento dos Centros de Recolha Animal e de necessidades existentes como condição prévia, à execução da sua construção e acondicionamento de forma a assegurar que o país fique dotado de uma Rede de Centros de Recolha Animal capaz de dar resposta aos objetivos fixados da referida Lei. -----

----- Segundo dados registados na Direção-geral de Alimentação e Veterinária, duzentas e setenta e sete Câmaras existem apenas sessenta e nove Centros de Recolha Oficial de Animais que servem apenas cento e quarenta e seis municípios, o que quer dizer que cento e trinta e uma Câmaras não têm qualquer serviço de Recolha Oficial. --

----- É também de acordo com os números da DGAV que temos conhecimento que, em 2017 foram abatidos cerca de dez mil cães saudáveis e adotados catorze mil. -----

----- O PCP mantém uma preocupação com o bem-estar animal, fundamentada pôr as várias iniciativas aqui referenciadas. -----

----- Face à situação existente dado ao desinvestimento do Governo e não empenho político na concretização da Lei, o PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto-lei, com o objetivo de criar um Plano de Emergência para a aplicação da referida Lei, de forma célere e sem prejuízo para o bem-estar animal e da segurança e saúde pública dos cidadãos. Este Plano de Emergência de caráter excecional estabelece que o Governo em colaboração com as autarquias e depois de ouvidas às Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Ordem dos veterinários, a Associação de Médicos Veterinários Municipais e os organismos da Administração Central, responsáveis pela proteção e bem-estar animal deve ser aplicado de forma célere o referido programa em todo o território nacional. -----

----- A iniciativa legislativa em causa visa a criação e reforço da rede, a adoção de medidas excecionais de captura de controlo de transporte, de recolha, de esterilização e vacinação de animais, com vista à salvaguarda da saúde pública, assim como, o reforço dos meios financeiros e de recursos humanos. -----

----- Este Plano de Emergência permitirá que o Governo e autarquias estabeleçam protocolos com instituições zoófilas e outras associações, considerando que os documentos agora apresentados caminham também em parte, neste sentido, votaremos favoravelmente. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputada. -----

----- Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----



----- Só queria fazer dois comentários muito rápidos, que são sempre necessários ser feitos nestes momentos.-----

----- A situação de Lisboa melhorou consideravelmente nos últimos quatro anos e que Lisboa já teve uma situação que não se orgulha e hoje está numa situação diferente e distinta e que realidade em Lisboa é diferente da realidade descrita pela Senhora Deputado Municipal e de muitos municípios neste país.-----

----- E que é possível, no fundo, a implementação desta Lei e penso que esta Lei de alguma maneira, também, se inspira nas concretizações, que foram possíveis em Lisboa.-----

----- E que seria importantíssimo haver, como já tive oportunidade até transmitir este caso à Senhora Deputada Inês de Sousa Real, mais partilha de informação, porque se nós conseguíssemos partilhar entre municípios, em áreas metropolitanas e com o Governo, com as organizações nacionais, informações sobre vagas disponíveis, muitas vezes mesmo quando nós não as temos, nós temos destino para dar aos animais, obviamente, que em Lisboa nós beneficiamos do facto de ter uma rede que foi sendo constituída e criada e pelos vistos é consensual o investimento que nós vamos fazer no alargamento da Casa dos Animais e a substituição do Canil da União Zoófila mas, também, admitamos que em todos os municípios tem os recursos que Lisboa tem.-----

----- Nesse sentido o que eu sugeria a todos os Senhores Deputados Municipais, os seus Partidos e os trabalhos que fazem para além desta Assembleia Municipal e muito do que aqui foi referido não nos diz respeito, porque é de enquadramento nacional é que existisse uma partilha da informação, no que diz respeito às vagas existentes a todo o momento num dado município e daquilo que podem ser parceiros podem facilmente receber animais e, pelo menos tê-los a seu cuidado durante um período de tempo, até voltamos a ter condições para os acolher.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-presidente.-----

----- Não se registam mais inscrições, pelo que passaríamos à votação dos dois documentos.”-----

----- Vamos passar à votação **do Ponto 6.1 Voto n.º 038/01 (PAN)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. O **Voto n.º 038/01** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT e PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- Vamos passar à votação **do Ponto 6.2 Recomendação n.º 038/01 (PAN)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. O **Recomendação n.º 038/01** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT e PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **7. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 001/PCP/2018 - PELA SALVAGUARDA DO LUSITANO CLUBE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º E NA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, DO REGIMENTO; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta n.º 001/PCP/2018 fica anexado à presente Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra continuo:-

---- “Vamos dar entrada no Ponto 7 da Ordem de Trabalhos, da Proposta de Deliberação 0001 do PCP de 2018 “Pela Salvaguarda do Lusitano Clube”, para chamar o Deputado inscrito Senhora Segunda Secretária.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora, o Lusitano Clube é uma coletividade centenária fundada em 1905 no coração de Alfama, com a missão de promover a cultura e a aproximação de pessoas do bairro, em Fevereiro de 2017 a coletividade centenária foi obrigada a abandonar o edifício que ocupava há mais de um século, depois de este ter sido vendido para a construção de apartamentos de luxo.-----

----- Perante esta situação, a solução encontrada em alternativa a extinção da coletividade foi aluguer de uma fração comercial nas Escolas Gerais Vinte cinco, Vinte e nove em Alfama, do domínio municipal a necessitar de obras de conservação e adaptação e, de segurança e conforto para a abertura ao público.-----

----- De acordo com a informação prestada aos eleitos do Partido Comunista Português, o Clube tem vindo a desenvolver diligências necessárias, com o intuito de retomar a sua atividade, nomeadamente a regularizando das questões relacionadas com as suas instalações através da apresentação do Projeto de Arquitetura, do Projeto de Especialidade, solicitando o licenciamento para obras e o licenciamento para autorização.-----

----- O Clube tem procurado pagar o valor acordado de arrendamento, embora alegue que existe um acordo verbal, carência de cinco rendas após a emissão da licença, que não foi cumprido nem no número de rendas, nem num número em que é aplicado foram apenas três rendas de carência e, após a emissão da licença de obra e não tem licença de utilização.-----

----- Este processo tem causado grandes constrangimentos ao Clube, seja na mobilização dos seus associados, sejam financeiros.-----

----- Para além das despesas associadas à renda e está-se aqui a falar de uma renda que triplicou enquanto que, o espaço disponível foi reduzido para um terço, inversamente proporcional, acresce os custos associados às obras da eletricidade, água, limpeza que podem colocar em causa a continuidade desta instituição.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do PS propõem desta Assembleia Municipal de Lisboa delibere assumir o seu total apoio às justas aspirações do Lusitano Clube,

nomeadamente a sua luta para se manterem enquanto coletividade da cidade de Lisboa.-----

----- Ponto 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que diligencie no sentido de encontrar uma solução em diálogo com o Lusitano Clube que, permita a continuação da existência desta coletividade Lisboa.-----

-----Ponto 3. Dar conhecimento desta Moção ao Lusitano Clube à Câmara de Lisboa enquanto senhorio desta coletividade. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados Municipais, não registamos qualquer intervenção sobre este Ponto, nem pedido do uso da palavra por parte da Mesa, por parte da Câmara, aliás, assim sem, vamos colocar à votação, não há pedidos para que seja votado por pontos.”

----- Vamos passar à votação da **Proposta de Deliberação 001/PCP/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. A **Proposta de Deliberação n.º 001/PCP/2018** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT e PPM da Sala de Plenário) -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- “Assim estão encerrados os nossos trabalhos, agradecendo a colaboração de todos por termos conseguido terminar os seus trabalhos dentro dos termos previstos e com a colaboração. -----

----- Muito obrigado e até para a semana.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e vinte minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----